



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ATA NÚMERO SETE

ATA DA 4.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA
NO DIA VINTE E SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TREZE.

----- Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 4.^a Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de treze de dezembro de dois e treze e com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 39.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----
2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 40.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----
3. Período da Ordem do Dia.-----
 - 3.1. Apreciação e votação da ata n.º 6.-----
 - 3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).-----
 - 3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2014.-----
 - 3.4. Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia.-----
 - 3.5. Abertura do processo concursal para realização de empréstimo com vista à celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA).-----
 - 3.6. Alteração do mapa de pessoal em virtude do aumento do número de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do concelho da Maia das atividades de enriquecimento curricular.-----



3.7. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.^a Revisão do Orçamento Financeiro para o ano financeiro de 2013.-----

3.8. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Festa de Natal 2013 – Atribuição de subsídio.-----

3.9. Indicação do nome do Presidente da Junta de Freguesia eleito para exercer o mandato de 2013/2017, na Assembleia Distrital do Porto.-----

3.10. Assunção de compromissos com plurianualidade referentes a processos de despesa desenvolvidos em 2013 ao abrigo da autorização genérica.-----

3.11. Assunção de compromissos com plurianualidade referentes a processos de despesa desenvolvidos em 2013 ao abrigo da autorização genérica – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia.-----

3.12. Competências da Assembleia Municipal – Documentos Previsionais da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., da Fundação do Conservatório de Música da Maia e do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou de seguida todos os Senhores Deputados, nomeadamente os Líderes das Bancadas sobre os documentos entretanto distribuídos: um relativo à “Aquisição de serviços de auditoria externa em cumprimento do estabelecido no art.º 48.º da atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) e artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Proposta de adjudicação”, para ser, a pedido da Câmara Municipal, adendado à Ordem de Trabalhos, tendo obtido a anuência dos presentes, sendo-lhe atribuído o ponto 3.13; as informações das Instituições Bancárias relativas ao ponto 3.5 da Ordem de Trabalhos – “Abertura do processo concursal para realização de empréstimo com vista à celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA)”. Deu nota dos seguintes pedidos de substituição: a Senhora Deputada Maria Alexandra Leite Torres Teles Menezes, da Coligação



“Sempre pela Maia”, tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituída pelo Senhor Deputado Vítor Rui da Costa Senra Laranjeira; o Senhor Deputado Carlos Manuel Pereira Assunção, da Coligação “Sempre pela Maia”, tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituído pela Senhora Deputada Fernanda Conceição Silva Pinheiro Gonzalez Machado, procedendo-se à sua identificação; o Senhor Deputado Pedro Miguel Machado Marques, da Coligação “Sempre pela Maia”, solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado José Tiago Carvalho França Martins Oliveira, procedendo-se à sua identificação. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, Carlos Joaquim de Ascensão Vieira, fez-se representar pelo Secretário do Executivo, Manuel António Sousa Ferreira. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos 1, 2, 3 e 4, respetivamente. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados convocados.-----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 39.º do Regimento da Assembleia Municipal:-----

-----Inscreveram-se os Senhores Deputados:-----

Maria de Fátima da Silva Garcia Ribeiro cumprimentou todos os presentes, desejando que todos tenham tido um Feliz Natal e estando o Ano Novo a chegar, que seja para todos repletos de novas conquistas a todos os níveis. Colocou ao Senhor Presidente da Câmara questões relativas à iluminação pública no Concelho, se existia cortes ou não, e existindo, quais foram os critérios adotados para esses mesmos cortes, já que se verificava em certas zonas ausência de iluminação, citando o exemplo da Rua Conselheiro Costa Aroso e a Rua Altino Coelho. Relativamente a esta rua, onde se localiza o Complexo Municipal de Ginástica, e que muitas pessoas abandonavam o local por volta das vinte e uma horas, verificando-se que é uma zona com pouca iluminação e até esta pouca iluminação faz com que a passadeira lá existente seja pouco visível. Acrescentou ainda o facto que há semáforos a meia dúzia de metros depois da passadeira, verificando-se que os automobilistas continuavam a não ter noção da passadeira e as crianças passavam por volta das vinte e uma horas, quando acabavam as suas atividades desportivas. Afirmou que, em nome do Partido Socialista, questionar se havia a

possibilidade de colocar lombas antes dessa passadeira até porque, desta forma, conseguir-se-ia que os automobilistas, em excesso de velocidade, que eram muitos, tivessem que abrandar, para acautelar a segurança das pessoas, das crianças que passavam nesta zona de grande afluência. -----

António Manuel dos Santos Teixeira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 5.-----

António Ferreira Neto Taveira cumprimentou todos os presentes, informando que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda decidiu apresentar à Mesa uma Moção relativa à morte de Nelson Mandela e duas propostas de recomendação: uma que decorria da última Assembleia Municipal e o compromisso assumido relativa à Taxa de Direito de Passagem e a outra relativa à redução do horário de trabalho dos serviços municipais da Maia. Relativamente à proposta de recomendação da Taxa de Direito de Passagem salientou que apenas lia a parte final, até porque suscitou algum debate na última Assembleia, e que não repetiria parte da sua intervenção da sessão anterior. De seguida, leu os documentos relativos à Moção sobre Nelson Mandela e à redução dos horários de trabalho. Os documentos referentes a estes três assuntos foram identificados com os números 6, 7 e 8.-----

---Relativamente ao voto de pesar da morte de Nelson Mandela foi feito pela Assembleia Municipal um voto de minuto de silêncio.-----

----Mais acrescentou que foi com agrado que registou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara em relação à redução dos horários de trabalho e a sensibilidade que demonstrou em haver alguma articulação municipal.-----

----Relativamente à proposta de recomendação sobre a Taxa Municipal de Direito de Passagem, apenas leu a parte final, conforme documento identificado com o n.º 8.-----

Pedro Miguel Neves Ferreira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o n.º 9.-----

José Manuel Almeida Sampaio cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o n.º 10.-----

Ricardo Filipe Almeida Oliveira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o n.º 11.-----



Hélder da Costa Pereira Ribeiro cumprimentou todos os presentes, e sendo a sua primeira intervenção como eleito pelo Partido pelos Animais e pela Natureza, dirigiu a todos os autarcas eleitos uma congratulação no sentido do trabalho tanto do ponto de vista pessoal como do grupo como também aquele que resultará da interação entre todos, seja positivo e profícuo, saindo assim todos beneficiados. Do ponto de vista pessoal, dirigiu a todos votos de saúde, felicidade e sorte para o ano de 2014. De seguida, leu o documento identificado com o n.º 12 – Proposta de constituição do Grupo de Trabalho para Estudar, Conceber e Definir o “Regulamento Municipal de Bem-Estar Animal para o concelho da Maia”, também subscrita pela Coligação “Sempre pela Maia”, pelo Bloco de Esquerda e pelo Senhor Presidente da Junta de Vila Nova da Telha.-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva cumprimentou todos os presentes, e na sua primeira intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, saudou todas as forças políticas com representação na Assembleia Municipal pela primeira vez, nomeadamente o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, do Partido pelos Animais e pela Natureza, bem como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, a Coligação Democrática Unitária que viu a sua representação reforçada no decurso das últimas eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda, o Partido Socialista e a todos afirmou que apesar dos maiatos, como vem sendo tradição, terem dado à Coligação “Sempre pela Maia” uma ampla maioria, estão e estarão, como já estiveram no passado, sempre disponíveis para criar plataformas de entendimento com a oposição, fazendo jus ao nome e ao slogan “Sempre pela Maia”. De seguida, apresentou o voto de pesar pelo falecimento do Doutor Albino Aroso, identificado como documento 13. Foi guardado em sua memória um minuto de silêncio.-----

O Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, saudou todos os presentes, desejando um bom ano de 2014. Em resposta à intervenção da Senhora Deputada Maria de Fátima da Silva Garcia Ribeiro, esclareceu que em tempos foi feito nas estradas com menos trânsito pedonal cortes da iluminação pública, poste sim poste não, por questões económicas financeiras; na Rua Altino Coelho isso não aconteceu; informou que, nesta data, ocorreu um problema na Central de Vermoim o qual pode ser tido consequências nesta rua, pois a mesma continuava a estar iluminada tal como a Rua Conselheiro Costa Aroso; no entanto, iria averiguar junto dos respetivos serviços e EDP;

em relação à colocação de lombas, havia sempre reclamações de quem habitava junto das mesmas, assim como recebiam reclamações do STCP, em que ou tiravam as lombas ou então deixariam de lá passar. Na rua referida, existia sinalização semaforica, a qual já implicava que os veículos circulassem a velocidade mais reduzida; no entanto, os serviços camarários de trânsito iriam averiguar a situação. Em relação à intervenção do Senhor António Manuel Santos Teixeira, informou que a Câmara solicitou à CEFA que a ação de formação relativa à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fosse realizada na Maia, com convite à Assembleia Municipal e a um leque vasto de entidades. Em relação à transferência de competências, informou que no primeiro trimestre de 2014, iria ser apresentado à Assembleia o estudo que estava a ser feito sobre as competências que serão transferidas, salientando que a limpeza urbana não seria transferida porque existia um contrato para todo o concelho, por três anos, e a meio do contrato não iria haver transferências. Em relação à intervenção do Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira, sobre a passagem das 35 horas de trabalho semanal para 40 horas, e respondendo também ao Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, informou que, oportunamente, iriam ter uma reunião com o sindicato. O que foi dito na Assembleia Metropolitana foi que achava que não havia nem trabalhadores de primeira nem de segunda, sendo todos iguais. Não havia lógica que se praticassem cargas de horário diferente de município para município. Teria que se definir uma carga horária e que a mesma fosse praticada por todos. A Lei foi votada e aprovada pelo Tribunal Constitucional, tendo que se trabalhar entre 35 a 40 horas semanais. Ao Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro, agradeceu as palavras de voto de sucesso e assegurou que a Câmara estaria disponível para trabalhar em conjunto e assim se a Assembleia entender, na elaboração do Regulamento. -----

----Posta à admissão o voto de louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, recentemente denominado por “Alma Mater Artis”, identificado com o número 14, subscrito pelo PS, o qual foi aprovada por **unanimidade**.-----

---- O Senhor Deputado leu o documento, acrescentando que este Grupo surgiu na sequência de uma conversa tida com vários encarregados de educação e pelo facto de se ter chegado à conclusão de que o trabalho realizado por estas crianças para além do feito alcançado neste último ano, devia ser digno



de homenagem por parte desta Assembleia Municipal, fazendo de seguida um historial deste Grupo: nasceu na Escola Secundária de Águas Santas, no ano letivo dois mil e sete/ dois mil e oito, no âmbito do Desporto Escolar, na modalidade de atividades rítmicas e expressivas; foi inicialmente composto, maioritariamente, por alunos pertencentes ao terceiro ciclo, tendo logo alcançado, no primeiro ano, resultados notáveis ao nível de competição inter-escolas; durante os dois primeiros anos, os trabalhos coreográficos foram elaborados dentro das danças/ritmos sociais (salsa, chachachá, merengue, etc.); a partir do terceiro ano, com tantos alunos interessados em participar e devido à formação do novo Agrupamento de Escolas de Águas Santas, o Grupo GDDE foi organizado em dois subgrupos: iniciados e intermédios com a autorização prévia do Ministério da Educação; o subgrupo mais evoluído iniciou a sua formação técnica em novos estilos de dança, como por exemplo, dança lírica e contemporânea; o outro subgrupo, com uma média de idade bastante baixa, com alunos do primeiro ciclo teve a oportunidade de competir no desporto escolar, sendo o grupo mais novo de sempre, em todas as escolas. Em simultâneo, o gosto pelas danças sociais – danças africanas – fez com que nesse mesmo ano, dois elementos do grupo se tornassem vencedores do Terceiro Congresso Internacional de Danças Africanas “Africa a Dançar”; em paralelo, os resultados obtidos ao nível do desporto escolar permitiram ao Grupo passar a evidenciar-se especialmente na área das danças sociais; a participação em saraus culturais, em espetáculos de solidariedade social, a nível local, permitiram um surgimento de convites para novos desafios, em vários municípios no norte do país; o próprio Ministério da Educação foi generoso no número de convites para várias cerimónias protocolares, destacando-se a participação em cerimónias de abertura das fases nacionais de desporto gínico e de atletismo e, principalmente, na cerimónia de abertura do campeonato do mundo de andebol na cidade de Guimarães. Por vontade e necessidade, o Agrupamento de Escolas candidatou-se no ano letivo dois mil e onze/dois mil e doze, a título excecional, a integrar um novo subgrupo de forma a dar resposta ao crescente interesse pela modalidade; o Ministério da Educação permitiu, pela primeira vez, a integração de três grupos/equipas da mesma modalidade, de uma mesma Escola, atribuindo o título de Escola de referência desportiva, na modalidade de atividades rítmicas expressivas; no último ano letivo, a participação do Grupo ao nível competitivo pautou-se por resultados excelentes, reconhecidos

por todos, e traduzidos nos títulos de vice-campeões nacional, vice-campeões regional e campeões do distrito do Porto. Mais importante do que a classificação obtida, o ano transato pautou-se por uma participação elevada em espetáculos de solidariedade, destacando-se a participação no primeiro espetáculo de solidariedade para o Banco de Leite de S. Tomé e Príncipe, organizado pela Câmara Municipal da Maia, em trinta de novembro de dois mil e doze e a organização artística do espetáculo itinerante designado por “Mamu África”, tendo como objetivo a divulgação da campanha de solidariedade “Banco de Leite para S. Tomé e Príncipe”, tendo o mesmo sido realizado por cerca de cento e vinte alunos, maioritariamente do Agrupamento de Escolas de Águas Santas; pelo trabalho já desenvolvido, pelos resultados obtidos e pela projeção alcançada, granjeando o respeito e admiração de todos os Maiatos, são estes jovens dignos deste Louvor.-----

---- Posta à votação o voto de louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, recentemente denominado por “Alma Mater Artis”, foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.----- —

----Posta à admissão o voto de louvor ao “Ensemble Vocal Notas Soltas”, previamente identificado com o **número 10**, subscrito pela Coligação “Sempre pela Maia”, foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----

----Posta à votação o voto de louvor ao “Ensemble Vocal Notas Soltas”, foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.----- —

----Posta à admissão a proposta de constituição do Grupo de Trabalho para “Estudar, Conceber e Definir o Regulamento Municipal de Bem-Estar Animal para o concelho da Maia”, subscrita pelo PAN, pela Coligação “Sempre pela Maia”, pelo BE e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, previamente identificado com o **número 12**, foi a mesma aprovada por **unanimidade**.-----

----Posta à votação a proposta de constituição do Grupo de Trabalho para “Estudar, Conceber e Definir o “Regulamento Municipal de Bem-Estar Animal para o concelho da Maia”, foi a mesma aprovado por **unanimidade**.-----

----Posta à admissão o voto de pesar por Nelson Mandela, subscrita pelo Bloco de Esquerda previamente identificado com o **número 6**, foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.-----



----Posta à votação o voto de pesar por Nelson Mandela, foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.----

----Posta à admissão a Proposta de Recomendação da Taxa Municipal de Direito de Passagem, subscrita pelo Bloco de Esquerda previamente identificado com o **número 8**, foi a mesma admitida por **unanimidade**.-----

----Posta à votação a Proposta de Recomendação da Taxa Municipal de Direito de Passagem, foi a mesma aprovada por **unanimidade**.-----

----Posta à admissão a Proposta de Recomendação da Redução do Horário de Trabalho nos Serviços Municipais da Maia, subscrita pelo Bloco de Esquerda previamente identificado com o **número 7**, foi a mesma admitida por **unanimidade**.-----

----Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **António Fernando Gomes de Oliveira e Silva**, fazendo uma breve nota: o título da proposta correto e pretendido era a redução do horário de trabalho nos serviços do Município da Maia, sendo coisas distintas. O Grupo Parlamentar da Coligação “Sempre pela Maia” votará contra esta proposta, pelas razões já aduzidas, até pelos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda; aproveitou a oportunidade para saudar a eleição do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia para a vice-presidência do Conselho Metropolitano e cumprimentou novamente pela sua avisadíssima posição nesta matéria e estando o Senhor Presidente da Câmara a consciencializar com os outros municípios da Área Metropolitana um horário uniforme em todos os municípios não era a altura propícia para imiscuir-se nesta matéria em questões de “guerrilha política”.-----

----Posta à votação a Proposta de Recomendação da Redução do Horário de Trabalho nos Serviços Municipais da Maia, foi a mesma rejeitada por maioria com 26 votos contra da Coligação “Sempre pela Maia”, três abstenções (Deputado do PS, António Manuel dos Santos Teixeira, do PAN e Independente por Vila Nova da Telha) e 14 votos a favor (PS, BE e CDU).-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes fez uma declaração de voto no sentido de que depois dos esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara, não via importância nesta proposta na medida em que se devia consciencializar todos os municípios da Área Metropolitana do Porto, sendo essa a razão do seu voto contra.-----

António Ferreira Neto Taveira fez a seguinte declaração de voto: “O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a moção, porque também a patrocinou, mas porque também por uma razão fundamental é que o acórdão do Tribunal Constitucional que nada impede que a redução do horário de trabalho seja definida município a município, é de acordo com a sua realidade concreta, é fugir à questão concreta que é isto: os trabalhadores vão ser penalizados, e os trabalhadores deste município também vão ser penalizados com o aumento da carga horária de trabalho; nós somos frontalmente contra esta medida e o Tribunal Constitucional no seu acórdão não fecha a porta e há já câmaras municipais até a sul e outras até na região centro que já definiram e estabeleceram o horário de trabalho para os seus colaboradores por 35 horas; nada impede que a Câmara Municipal da Maia possa definir em relação aos seus colaboradores, independentemente de nós considerarmos que esta deve ser uma medida alargada a toda a Área Metropolitana”.----- - -

António Manuel dos Santos Teixeira fez a seguinte declaração de voto: “Como sou funcionário camarário, penso que não devo fazer juízos de valor em relação a esta proposta e daí o meu voto ter sido a abstenção”.----- - -

----Posta à admissão a Moção em defesa das Freguesias, subscrita pela CDU, identificada com o número **15**, foi a mesma admitida por **unanimidade**.-----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:----- - -

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva afirmou que com esta proposta se voltava a discutir o processo de reorganização; afirmou aos Senhores Deputados da CDU que conhecia bem a posição deles relativamente a esta matéria, desconhecendo se este Grupo Parlamentar conhecia a posição da maioria, mas se não conhecia, recomendava a leitura da proposta de agregação de freguesias, aprovada por esta Assembleia Municipal, e, apesar de nunca ter sido um adepto do processo de agregação de freguesias, salientou que não entendia este tempo de discussão. Era uma moção fora de tempo e cujo conteúdo não acrescentava nem mais uma vírgula àquilo que se andou, mais de um ano, a discutir e que já há mais de nove meses foi deliberado. Não trazendo esta moção nada de novo, teria que, forçosamente, votar contra e recomendar às forças políticas presentes que, em detrimento de discutir algo que já estava concluído e que estava em curso, se concentrassem todos na resolução dos desafios



que este processo de agregação de freguesias originou e que devia merecer de todas as forças políticas com representação na Assembleia, uma especial atenção até para todos puderem “dilatar” as hipotéticas vantagens e desvantagens deste processo e puderem, se assim for o caso, tomar uma decisão concertada dando in foco àquilo que de mal possa vir, eventualmente, deste processo em detrimento de propostas genéricas que nada mais acrescentam.-----

António Neto Ferreira Taveira afirmou que, contrariamente à intervenção anterior, o BE revia-se na proposta apresentada, considerando pertinente por dois sentidos fundamentais: um – o processo foi feito à revelia das populações contra os seus interesses; a segunda questão fundamental era que este processo de destruição do poder local democrático tal como ele era, parou aqui. Se não houver um estancamento desta decisão, já se começava a discutir a questão dos municípios. Finalizou, afirmando que o BE, desde já, se revia e subscrevia totalmente o documento apresentado pela Bancada Municipal da CDU.-----

---Posta à votação a Moção em Defesa das Freguesias, foi a mesma rejeitada por maioria, com vinte e seis (26) votos contra da Coligação “Sempre pela Maia”, cinco (5) votos a favor da CDU e do BE e doze (12) abstenções do PS, do PAN e do Independente de Vila Nova da Telha.-----

Pedro Miguel Neves Ferreira pediu a palavra para fazer a declaração de voto: “Ao contrário do que disse o Senhor Deputado António Fernando a apresentação desta moção não é de facto fora de tempo, porque para todos os efeitos há aqui um problema que se prende com a agregação das freguesias, a extinção como querem chamar, e que precisa de ser resolvido, e achamos que tem toda a pertinência este tipo de posicionamento. Dizer também ao Senhor Deputado que conhecemos bem aquilo que é a posição da maioria e precisamente por isso parece-nos de redobrada importância este tipo de moção, nestes termos, nomeadamente até porque há situações que entendemos que prejudicam os maiatos em concreto e de resto as pessoas têm-nos falado disso e a seu tempo também traremos aqui a esta Assembleia”.-----

----Posta à admissão o Voto de Pesar do falecimento do Doutor Albino Aroso, subscrita pela Coligação “Sempre pela Maia” previamente identificado com o **número 13**, foi o mesmo admitido por unanimidade.-----

---Posta à votação o Voto de Pesar do falecimento do Doutor Albino Aroso, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo art.º 40.º do Regimento da Assembleia Municipal:----- - -

---Nenhum Município se inscreveu para usar da palavra. ----- - -

3. Período da Ordem do Dia:----- - -

3.1. Apreciação e Votação da ata n.º 6.----- - -

Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:----- - -

Maria de Fátima da Silva Garcia Ribeiro referiu que, apesar de ter que haver uma capacidade de resumo na elaboração das atas, e no que tocava às intervenções de alguns Deputados do Partido Socialista havia omissões, havia certos assuntos que foram referidos na ata, nomeadamente de pelo menos dois: João Velosa da Silva Torres e Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, solicitando a sua retificação. Mais informou da disponibilidade do Partido em apresentar um documento com as respectivas intervenções.----- - -

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes interveio para dizer que, não por vaidade pessoal nem por vaidade da Mesa, mas a Assembleia Municipal da Maia, a nível metropolitano, tinha a ata mais bem elaborada, que mais bem transmitia as questões. Afirmou que a ata era um resumo, e esta ata em concreto era mais do que um resumo. Se o PS entregar à Mesa o documento com as intervenções, far-se-á as devidas alterações e adiar-se-á a votação.-----

António Ferreira Neto Taveira informou que o que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia, não era rigorosamente verdade, já que foi Deputado na Assembleia Municipal do Porto, sendo bom conhecedor dessas atas. Apesar de ser prática desta Assembleia, estas atas não expressam o princípio fundamental que é o sentido de voto dos grupos municipais, quer em grupo quer individualmente. Neste sentido, afirmou que se abster-se-á sempre nas atas enquanto na mesma não vier expresso o sentido de voto do grupo municipal ou de cada Senhor Deputado.----- - -



O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes afirmou que relativamente à questão colocada pelo Partido Socialista, o mesmo terá que apresentar o documento, sem o qual não se poderá proceder à votação.-----

João Veloso da Silva Torres pediu a palavra, e após ter apresentado os devidos cumprimentos, afirmou que a intervenção da sua colega de Bancada foi bem clara. Era desde logo um sinal de recomendação para que, futuramente, haja mais cuidado na transcrição das intervenções dos deputados do Partido Socialista, tanto mais que muitas dessas intervenções, ocorrem sem suporte escrito para fundamentar as mesmas. Reconheciam que era um trabalho extremamente difícil e complexo de transcrever o teor das intervenções para papel. Mas pareceu que nesta sessão da assembleia ou na ata aqui apresentada houve um menor cuidado do que era habitual nesse trabalho e era também complicado para os deputados do Partido Socialista, quando a posse da gravação da intervenção estava do lado da Autarquia e, desde logo, nos serviços da Assembleia Municipal, recordar de tudo o que foi dito e apresentar-se um texto com as alterações. Portanto, este trabalho era um trabalho que estava mais do lado dos Serviços da Assembleia Municipal, que estimavam e que naturalmente saudavam, do que do lado dos deputados do Partido Socialista que vieram, em algumas circunstâncias, sem qualquer suporte escrito. Neste sentido, gostava de colocar a seguinte questão: se pretendia ou não, com base na gravação que tinha certamente em sua posse, retificar e melhorar alguns aspetos dessa ata. Caso contrário, o PS podia escrever um documento com toda a facilidade, mas, naturalmente, que esse documento teria que ser verificado de acordo com o tipo do teor de cada intervenção gravada. Uma última nota para dizer que não era verdade que as atas da Câmara ou Assembleia Municipal da Maia eram as melhores, no anterior mandato eram do país, agora são da Área Metropolitana do Porto. Já teve a oportunidade de participar em dezenas de Assembleias Municipais noutros concelhos do país e, sem nenhum desprimor para a forma como decorrem no nosso Concelho, de forma bastante digna, não podiam dizer que houvesse aqui um trabalho mais laboroso, designadamente no que diz respeito à redação das atas do que aquele constatado noutros concelhos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, perante as intervenções, afirmou que era a primeira vez, nos seus vinte e seis anos de autarca, que a ata apresentava, e segundo as

últimas intervenções, com tantos defeitos. Afirmou que a Mesa era clara: tudo o que qualquer Senhor Deputado afirmava, dentro do espírito da ata, tinha que estar refletido; era evidente que nem sempre as gravações ajudavam a quem ouve a transcrever com clareza; era por isso também que a Mesa afirmava que era sempre bom, assim como acontecia em outros órgãos, que houvesse um suporte de intervenção. Se houvesse, facilitava à Mesa. Também seria bom que todos os Senhores Deputados trouxessem um suporte escrito. Assim, proponha à Assembleia que a votação da ata n.º 6 ficasse adiada, para ser reformulada, para depois ser apresentada novamente em sessão do Plenário, recolhendo a anuência de todos os Senhores Deputados.-----

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

Pedro Miguel Monteiro Martins, cumprimentou os presentes, desejando um excelente 2014 e desejos que tenham tido Boas Festas, lendo de seguida o documento identificado com o n.º 16.-----

António Ferreira Neto Taveira, afirmou estar de acordo, no fundamental, com a anterior intervenção, salientando que iria aguardar pela próxima informação trimestral, já que a presente decorria ainda das eleições autárquicas. Aproveitou para colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara: uma tinha a ver com a situação atual da instalação do Tribunal – se havia informações e evoluções no processo – e a outra era em relação ao problema da Repartição de Finanças da Maia. O BE sabia que existia um problema de estrangulamento, decorrente do encerramento da de Águas Santas e do fluxo cada vez mais à qual, com a diminuição dos funcionários, a própria repartição de finanças não conseguia corresponder e agora havia uma indicação, pelo menos ventilada, que a Repartição de Finanças de S. Mamede poderia encerrar e que decorreria aqui, eventualmente, a passagem de alguns contribuintes de S. Mamede para Matosinhos e Maia. Com este estrangulamento, tornando impossível a própria qualidade do serviço pela Repartição de Finanças da Maia. Colocou duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: qual a informação que o Senhor Presidente tinha sobre esta matéria e qual tinha sido a sua intervenção no sentido de obviar estes factos



preocupantes, nomeadamente para os maiatos, mas também à população de Matosinhos, com todas as consequências que poderiam ocorrer.-----

O Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, interveio para dizer ao Senhor Deputado Pedro Miguel Monteiro Martins que as eleições foram a vinte e nove de setembro, sendo a tomada de posse em dezanove de outubro; este documento teve que ser entregue doze/quinze dias antes; a Câmara fez muito e está a fazer muito, mas nem tudo é transmitido. Nos primeiros tempos, apenas se fazia projetos, porque o mandato começou há pouco, estando a ser feitos projetos para os próximos quatros anos. Se escrevia muito, como já foi acusado, é porque escrevia muito, se escrevia pouco, era o contrário. Assegurou que iria tentar dar mais explicações, mas esperando não ser atacado. Sobre o Tribunal informou que estava no bom caminho, tendo havido um concurso público para o aluguer de um espaço no centro da Maia, só tendo aparecido apenas um candidato que era para o Tribunal ser transferido para o Pólo de Serviços. Esperava que este Governo adjudicasse este aluguer, sendo uma realidade, porque o Tribunal da Maia estava mal, os funcionários trabalhavam sob condições péssimas, e tudo estava a ser feito pela Câmara Municipal para arranjar um espaço para manter o mesmo nível judicial que se tinha no nosso Tribunal. Sobre as Finanças, informou que colocou à consideração do Senhor Primeiro-Ministro e do Diretor das Finanças que fosse também parte das finanças para o Pólo de Serviços; ficaram de estudar o assunto, de ver os atuais alugueres, se existiam verbas orçamentais para puderem também mudar para lá alguns dos serviços. A responsabilidade não era da Câmara Municipal, sendo da inteira responsabilidade do Governo – Ministério da Economia – e a Câmara estava a tentar minorar os problemas, dando como exemplo que atualmente estavam em melhores condições do que estavam há algum tempo atrás, quando estavam nas atuais instalações da Espaço Municipal.-----

3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais para o ano financeiro de 2014.-----

----Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

Silvestre Santos Gomes Pereira, cumprimentou todos os presentes, desejando que todos tenham tido boas festas e formulou desejos para um bom ano de 2014, com saúde para que estejam bem para

conseguir levar para a frente tudo o que é necessário, lendo de seguida o documento identificado com o n.º 17.-----

Joaquim Silva Azevedo Sousa cumprimentou os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 18.-----

Vítor Manuel Leal Alves cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 19.-----

Susana Filipa Coelho Rafael cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 20.-----

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha cumprimentou todos os presentes, afirmando que, e dirigindo-se ao Senhor Presidente e aos Deputados do PSD, concordava que este era o orçamento da continuidade, da continuidade de nada. De nada porque este Executivo vinha, efetivamente, apresentar aqui uma série de valores em que, no seu preâmbulo, dizia que iriam perder receita fiscal mas depois ao analisar as receitas no orçamento até tinham valor superior, expondo o seguinte: “são dezanove milhões o que quer dizer que perderam um milhão e quinhentos euros, em grosso modo, em receita fiscal no IMI, mas se olharmos para a orçamentação tem vinte e um milhões. Em que é que ficamos? Vai perder ou vai ganhar? Vai ter mais receita fiscal ou vai ter menos? Fico efetivamente com essa dúvida”. Não quiseram e, olhando para o orçamento de receita no IMI, tinha vinte e um milhões de euros; sendo um aumento, tinham logo margem para reduzir. O Executivo tinha margem para acolher as propostas do Partido Socialista, em reunião do Executivo. E vinha de encontro ao que estava explanado no preâmbulo. Dizia o Executivo que iria ouvir todas as vozes para contribuir com a Maia. Não foi isso que aconteceu. Sozinhos, porque diziam que têm legitimidade acrescida, não ouvindo ninguém e continuando a fazer tudo sozinhos. Afirmava o Senhor Presidente e bem, que no anuário constava que o Município da Maia estava em sétimo lugar no ranking. Era verdade, mas era possuidor de outros factos que dava esse ranking e outros factos que também vinham no anuário e que também colocavam o município da Maia nos patamares cimeiros: de trezentos e oito municípios em Portugal, a Maia estava em décimo nono lugar a nível do número de habitantes (centro e trinta e seis mil de modo grosso); aparecia efetivamente em sétimo, mas se juntarmos todos os concelhos passava para o

quadragésimo quarto lugar. Mas iriam só analisar os grandes, ficando aqui a Maia em sétimo lugar do ranking. Na receita fiscal, a Maia ocupava o segundo lugar ou seja era o segundo município que mais receita tinha em Portugal; logo, e mais uma vez, poderia reduzir e ajudar as famílias ainda mais, já que afirmavam que ajudavam, e fomentar até o investimento, até com a derrama porque captava investimento e empresas. Ocupava o segundo lugar no peso das receitas fiscais. Qual foi um dos municípios que teve maior aumento de IMI foi a Maia e dos grandes era o quinto. Efetivamente estavam sempre nos lugares primeiros. Sempre a aumentar os impostos. A Maia estava em quinto lugar. Em termos de variação de receita fiscal com maior impacto na receita total cobrada, a Maia ocupava novamente o segundo lugar a nível nacional. Outro facto e este efetivamente entristecia a Maia, municípios com maior passivo exigível – dívida – ocupava o décimo sexto lugar. Era evidente que quanto maior a dívida um bom pagador maior será a capacidade de redução da mesma. Por isso, também apregoavam que eram bons pagadores. Esta dívida não deixava de estar aqui e de ser grande, sendo o décimo sexto município. A Maia estava nos lugares cimeiros em tudo: na dívida, em não ajudar a captar investimento, teve aqui uma grande oportunidade de cumprir com uma promessa eleitoral, demonstrando que queria reduzir os impostos logo na primeira oportunidade, não reduziu, está no próprio orçamento que iria receber mais de imposto de IMI, tinha margem para reduzir, era o segundo maior município com receitas fiscais do país e, no entanto, quer, efetivamente, estar na continuidade, e nesta senda do sucesso, porque não queria ser o segundo, iria querer passar a ser o primeiro.-----

Baltasar e Sá Ferreira, cumprimentou todos os presentes, desejando a todos uma continuação de boas festas e um excelente ano 2014, lendo de seguida o documento identificado com o n.º 21.-----

Pedro Miguel Neves Ferreira leu o documento identificado com o n.º 22.-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva cumprimentou os presentes, afirmando que estavam a analisar e a votar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2014, estando a fazê-lo no primeiro orçamento de um mandato de quatro anos, e a primeira coisa a dizer a este propósito era que, realçando que era com alguma tristeza, ouvia dizer que este orçamento era a continuação do nada e que era um orçamento do desinvestimento. Ouviu com tristeza, não porque isso fazia alguma coisa ou

até porque não interessava aos maiatos, mas porque gostava que nesta casa quando se discutia um orçamento, mesmo sendo um instrumento de gestão importante para o município, gostava que as críticas fossem construtivas. Viu várias tentativas louváveis de acrescentar medidas concretas mas, de grosso modo, o tempo despendido foi feito a pedir o céu e a terra e sem querer ser adepto de nenhum escritor crê num ensaio sobre a cegueira que raras vezes aqui viu. Portanto, a primeira nota ia para esta tristeza. Analisou as grandes opções do plano, começando por afirmar que estavam perante um documento de setenta milhões de euros em receita e em despesa; este valor representava apenas setenta por cento da atividade do município. O orçamento do município em bom rigor era um orçamento de cem milhões de euros com uma taxa de execução, isto era, entre aquilo que estava orçamentado e aquilo que efetivamente seria feito, este orçamento de dois mil e catorze teria certamente uma taxa de execução muito próxima dos oitenta por cento. Relativamente à taxa de execução, afirmou que era recorrente a Oposição, nesta casa, clamar pela inflação existente em sede de orçamento das receitas de capital; era um discurso político muito acutilante, com uma ordem lógica que não a subscrevia e que continuava a não subscrever; mas, tirando hoje, uma breve menção - crê que de um Deputado do Bloco de Esquerda, não houve nenhuma força política que aqui viesse dizer que as receitas e despesas de capital orçadas iam mais de encontro com discurso político dessas mesmas forças. Ao discurso político das outras forças políticas porque nunca foi subscrito por estes. Porque o Governo no qual só viam gravíssimos defeitos, devia ter interiorizado o vosso discurso e numa lógica de controlador mor dos despesistas que diziam ser as autarquias, foi de encontro ao vosso caminho. Portanto, a Oposição devia ter dito ao Senhor Presidente da Câmara que ele estava de parabéns porque neste orçamento fez-vos a vontade, pelo menos a que tinham antes das últimas eleições, não sabendo se entretanto já não trocaram de vontade. Era um facto que o orçamento da Câmara refletia essa adequação entre receitas e despesas de capital. Ouviu dizer que as despesas de capital previstas andariam só nos vinte e sete milhões de euros. A Câmara da Maia iria só investir este valor, a Câmara iria investir na sua globalidade cerca de quarenta milhões. Aos setenta milhões de orçamento do município deviam ser somados os vinte milhões dos Serviços Municipalizados e deviam ser somados todos os orçamentos das Empresas Municipais para que se ter uma moção global daquilo



que era o orçamento do universo do município. Se ainda não era este ano que existia uma consolidação de toda esta matéria, afirmou estar convicto que a muito médio prazo, ela seria uma realidade. Mas apesar desta realidade ser apresentada de forma desfragmentada não quer dizer que os Deputados Municipais não tenham olhos para aquilo que existia para além do óbvio. Este orçamento previa investimento e previa apostas em áreas muito concretas. Essas áreas eram obviamente a educação, a ação social, o desporto e em todas estas matérias iriam continuar o nada, e o nada era sermos os melhores. O nosso nada era sermos os melhores! Em matéria de educação, o município tinha neste orçamento mais três escolas financiadas pelo QREN, por prémio de mérito, porque cumpriu, de forma exemplar, todas as candidaturas que apresentou, e ainda teve capacidade de conseguir “ir ao fundo do tacho” buscar mais três; o nosso nada na educação consubstanciava-se nisto; o nosso nada no desporto consubstanciava-se de facto de sermos Cidade Europeia do Desporto, era mais um nada. A ação escolar era elogiada pelo país: a Maia nas férias tinha cantinas abertas para os meninos almoçarem. A soma dos nados era para continuar. Continuavam na linha da frente dos municípios portugueses nestas áreas consideradas fundamentais. Mas, ao contrário do pensamento da Oposição que sistematicamente aqui espelhava, conseguiram continuar a investir, mas conseguiram ter o nosso município com uma grande saúde financeira. Alias, um anuário aqui amplamente citado, dizia que o município da Maia estava à frente do município do Porto no ranking da sustentabilidade. Crê que era unânime no país que o município do Porto e o Dr. Rui Rio considerado um guru das finanças locais, salientando que o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres dizia que não, mas a Maia conseguia estar um ponto à frente do Porto no que concernava à sustentabilidade. Por algumas declarações proferidas em anteriores intervenções não corresponderem à verdade, iria fazer algumas correções: queria informar os Senhores Deputados que no orçamento existia uma dotação previsional para arrecadar impostos e essa dotação cumpria a lei e a lei obrigava a que previsão orçamental fosse feita com critério. Na introdução era referido que havia ou iria haver uma diminuição da receita fiscal cobrada pelo IMI. A informação que o Município tem era uma informação que obtinha junto da repartição de finanças que não era uma informação oficial porque ainda não estava apurada. A informação obtida junto da Repartição de Finanças da Maia diz como estava a ser arrecadado o IMI no Concelho. A Câmara não

estava a mentir nem existia nenhum problema. Estava no orçamento uma verba superior sendo certo que a taxa de execução dessa verba seria aquela que a Câmara Municipal referia na introdução, isto era, a receita fiscal do IMI neste ano de dois mil e treze, iria diminuir. Era um facto. A Câmara não estava feliz com isto, não estava nas previsões mas era um facto. E tinha que saber lidar com estes mesmos factos. Também ouviu que o município da Maia era o segundo Município em Portugal a arrecadar receitas fiscais e isso atestava bem da capacidade empreendedora dos nossos empresários e dos maiatos que aqui viviam têm em produzir e em trabalhar. O que não percebia, em circunstância alguma, era como era possível transformar um indicador importante para aquilatar a pujança de um município num defeito. Afirmou que o PS que, por ser o segundo município em Portugal a arrecadar impostos, devia diminuir o IMI, tinha margem para diminuir o IMI, mas tinha porquê? Mas então o facto de nós termos arrecadado muito IVA, que tinha tanto a ver com o município da Maia como o de Coimbra, tinha que diminuir o IMI? Qual era a correlação? Não existia nenhuma. Era um exercício de demagogia absolutamente desconexo. Se as empresas do Concelho eram excelentes, teríamos que as proteger. O Governo devia diminuir o IVA? Eu não tinha nada contra. Desde que o pudesse fazer. Agora indexava IVA e IMI? Indexava IRC com IMI? Não percebia a lógica de uma coisa com outra. E para terminar, afirmou aos Senhores Deputados da Oposição que era com particular apreço que vinha sempre à equação o programa eleitoral da Coligação “Sempre pela Maia”. Ficava sempre muito satisfeito pelo facto de verificar que vocês liam aquilo que a Coligação propunha aos mandatos. No entanto, teriam qualquer dia de combinar e pedia ao Senhor Presidente da Câmara ou ele próprio, e quem mais fosse necessário, e fariam uma sessão de esclarecimento para explicar o que queriam dizer com as promessas que fizeram aos maiatos. Era que não era possível que tenham lido o programa eleitoral e afirmarem perentoriamente e até viu que houve membros da Câmara que o escreveram, aliás foi remetido no começo da Sessão um documento dos membros da Câmara a dizer que este documento que aqui estava não cumpria as promessas que a Coligação “Sempre pela Maia” fez aos maiatos. Queria dizer que cumpria rigorosamente as promessas feitas aos maiatos e como saíram de um processo eleitoral cujos resultados todos conheciam a única coisa que encontrou de positivo e



sensato naquilo que ouviu foi que este era um orçamento de continuidade. Tinham gosto nisso e os maiatos sabiam, sistematicamente, agradecer.-----

João Veloso da Silva Torres cumprimentou os presentes, afirmando que a tarefa de um partido de oposição, aquando da discussão de um documento como as Grandes Opções do Plano, e neste caso para o ano de dois mil e catorze, era o de defender, naturalmente, a visão que foi sufragada nas urnas, pelos eleitores que decidiram confiar o seu voto ao projeto que foi encabeçado pelo Partido Socialista, para a Câmara e Assembleia Municipal. E desse ponto de vista, gostava desde logo de fazer um elogio da valorização do papel da Oposição. Porque a ideia de que podia haver divergências, de que todos estavam condenados a um consenso, quer na política local quer na política nacional, era uma ideia que não devia prevalecer de forma alguma. A suposta desvalorização da democracia, de que o debate, a discussão de divergência não eram fatores importantes para poder-se aperfeiçoar a atividade política, e com isso servir melhor os cidadãos. Era uma dialecta para qual o Partido Socialista não contribuiu. E desse ponto de vista, já eram brindados, ao longo dos últimos anos nesta Assembleia Municipal, com argumentos de natureza diversa para menosprezar o papel da Oposição na Câmara e na Assembleia. Não aceitavam, embora aqui não tenha sido proferida essa afirmação, que nos digam que gostamos menos da Maia pelo facto de criticarmos o documento das Grandes Opções do Plano. Não admitiam ser acusados de algum desleixo pelo facto de termos críticas a fazer à atividade da Câmara Municipal da Maia. Era mais do que natural, era saudável. E desse ponto de vista, fazer o elogio do papel da Oposição era, desde logo, uma missão que com muita honra, em nome do PS, lhe cumpria fazer nesta Assembleia Municipal. Havia três eixos fundamentais que o Partido Socialista defendeu nas últimas eleições autárquicas – e poderiam os Deputados da Coligação “Sempre pela Maia” aqui referir com toda a legitimidade que os resultados fossem esclarecedores - já parabenizados e já cumprimentaram numa outra sessão as forças vencedoras desse ato eleitoral – mas havia ainda uma parcela de maiatos que decidiram confiar o seu voto numa outra visão para o concelho da Maia. E era essa visão política que aqui defendiam. Entre outras prioridades políticas que poderia elencar havia três que constituíram o esteio fundamental das propostas do partido socialista para o concelho da Maia e para as quais gostavam de ver uma resposta concreta neste orçamento para o município. Porque devia ser o

orçamento a aprovar aos partidos da oposição de que havia linhas e pontos de convergência com as suas propostas políticas e não o contrário. E era esse esforço que aqui já foi bem referido que a Coligação “Sempre pela Maia” não fez aquando da elaboração deste orçamento. Por isso eram também brindados com um enquadramento que era absolutamente sectário, enquadramento partidário, que não pretendiam estabelecer um denominador comum que podiam motivar e mobilizar em unísono para o desenvolvimento do nosso Concelho. Referiu três esteios fundamentais, três princípios, três orientações genéricas que o PS defendia para o concelho maiato: em primeiro lugar economia e emprego; o orçamento da Câmara Municipal da Maia não podia ser dissociado daquelas que eram as Grandes Opções do concelho em matéria fiscal; não podiam dissociar este documento designadamente das decisões que foram tomadas na última sessão no que diz respeito à fixação dos valores do IMI e da derrama para este município. E nesse ponto de vista, até porque isso afetava como todos sabiam o valor das receitas e como tal, por conseguinte, todo o valor global da Câmara Municipal da Maia, que se fixava estritamente nos setenta milhões de euros, com naturalmente à parcela adicional dos Serviços Municipalizados e das Empresas Municipais. Mas a primeira prioridade do Partido Socialista era o estímulo à economia e à criação de postos de trabalho. Porque entendiam que o município da Maia, afirmando que nasceu no final da década de oitenta, viveu bem os tempos áureos deste concelho na década de noventa – em que divergiram politicamente mas de facto o concelho da Maia se distanciava dos seus pares na Área Metropolitana do Porto. O concelho da Maia estava a perder fulgor na Área Metropolitana do Porto. Estava a perder fulgor e postos de trabalho face a outros municípios vizinhos; aliás percebia-se facilmente se olharmos para a fixação de empresas, de centros de investigação e de outras entidades que estavam hoje muito mais concentradas noutros municípios do que acontecia há dez ou vinte anos atrás neste Concelho, designadamente no que dizia respeito ao ensino superior, por exemplo. Gostava que explicassem e esta era uma pergunta retórica o que estava a fazer a Câmara Municipal para fixar mais empresas neste Concelho e para criar mais postos de trabalho para os cidadãos da Maia e para todos aqueles que desejassem fixar-se no concelho. E não via uma resposta fundada, devidamente enquadrada e também interligada com a desoneração de impostos municipais, como a derrama, que eram hoje dos impostos mais elevados que encontravam



um pouco por todo o país. E por isso não era nada tolo referir aqui o peso que tinham os impostos e as taxas municipais no conjunto da receita da Câmara Municipal da Maia. Porque quando o Partido Socialista vinha aqui dizer que a Maia era o segundo Concelho do país onde a receita, através de impostos e taxas, era mais elevada não significava que o valor nominal dessa receita fosse maior na Maia do que era em Lisboa ou do que era no Porto. O que significava era que, do conjunto de todos os municípios do país, dos 308 municípios do país, o concelho da Maia era o segundo em que a fatia que dizia respeito aos impostos e às taxas tinham um peso mais preponderante na consignação da receita total. Era um dado muito importante, porque significava que a Maia era o segundo concelho do país que mais onerava as suas empresas e os seus cidadãos para atingir o seu orçamento na final do ano. Esta era a verdade nua e crua dos factos. O que estava a fazer a Câmara da Maia para criar postos de trabalho, para fixar população neste território? Pouco ou nada. A segunda prioridade política era a ação social. Havia naturalmente um enorme conjunto de preocupações que partilhavam em matéria de ação social: muitas delas até foram respondidas na campanha eleitoral com os outdoors que a Câmara Municipal da Maia colocou junto de quase todos os empreendimentos de habitação social do concelho a enunciar obras muitas delas pouco ou nada concretizadas. Mas gostava de dizer o seguinte: a ação social para era uma matéria que distinguia fundamentalmente a esquerda da direita – ação social não era uma ação caritativa. O PS acreditava na justiça social como um valor, como um princípio, não acreditavam na “caridadezinha “ porque essa não permitia, naturalmente, que trilhassem um caminho de igualdade na sociedade na qual evidentemente se reviam. Mas a grande bandeira da Coligação no que diz respeito à ação social era o suposto fundo social de emergência. Gostava de perguntar – aliás foi já referido nesta Assembleia Municipal que teria uma dotação orçamental de quinhentos mil euros - ao Senhor Presidente da Câmara Municipal qual era a regulamentação que iria estar em vigor para a atribuição deste fundo social. Até porque já foi o argumento utilizado pela Câmara Municipal para não suportar uma descida de impostos municipais – a ideia de que se iria criar um grande fundo com uma grande aplicabilidade, gostava de perceber, afinal, onde estava esse regulamento. Tanto quanto sabia, o mesmo já foi solicitado pelos Vereadores do Partido Socialista mas que ainda não foi entregue. Ainda no que diz respeito às prioridades do Partido Socialista, gostava de falar de um outro conjunto

de preocupações que eram, porventura, preocupações imateriais com o poder local e com a qualidade da nossa democracia, mas eram estas preocupações que hoje nos deviam seguir, que nos mais deviam preocupar para podermos qualificar a nossa democracia, quer seja ao nível do governo quer ao nível da república, quer seja ao nível da governação local, porque hoje o grande problema com o qual a política e a sociedade se confrontavam eram o descrédito dos políticos, das instituições da nossa democracia. E havia um conjunto de preocupações sobre boa governação que o PS não via atendido neste orçamento municipal nem no seu enquadramento: questionando, por exemplo, se pretendia a Câmara Municipal implementar em dois mil e catorze algum orçamento retificativo jovem ou não jovem? Que tipos de mecanismos para estímulos de uma participação mais esclarecida e mais ativa por parte dos cidadãos? Pretendia a Câmara Municipal empreender em dois mil e catorze? Que respostas dava esta Câmara Municipal a um conjunto de preocupações com transparência, quando todos percebiam que grande parte da atividade executiva da Câmara Municipal se fazia por intermédio de ajustes diretos, e bastava para isso consultar as plataformas públicas para perceber que grande parte da despesa que a Câmara Municipal da Maia executava era, embora dentro do enquadramento legal que assim o permitia, feita através de ajustes diretos que passavam naturalmente à margem inclusivamente da própria ação executiva da Vereação. Que tipo de preocupações tinha a Câmara Municipal da Maia para com estas problemáticas que eram hoje as problemáticas centrais de uma outra forma de fazer política. O PS não encontrava estas preocupações refletidas neste documento. E voltando a referir o início da intervenção gostava de dizer que era por tudo isso e por um enorme e profundo respeito pelos cidadãos que acreditaram numa outra visão para o concelho, uma visão mais progressista, que apostasse mais na cultura, que apostasse mais na formação do cidadão, que não iriam votar a favor, votando contra este orçamento. E já o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva referiu uma frase de José Saramago, gostava de terminar também com uma citação de Aquilino Ribeiro: “Só alcança quem não cansa”. E, o PS, naturalmente, não se cansava pelos maiatos e pelo bem da comunidade.----- —

O Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes esclareceu que, respondendo à intervenção do Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira, relativamente aos

apoios sociais estavam os mesmos orçamentados em cinquenta e cinco por cento, a pista de tartan também estava patente no orçamento, com um valor de cento e cinquenta mil euros; iriam requalificar toda a zona industrial – era uma candidatura por serem bons alunos, por terem cumprido com eficiência o QREN, tinham ido à bolsa de mérito e iriam conseguir requalificar além das duas escolas que já foram citadas, a de Mandim e a de Folgosa, a da Pícuia com fundos próprios, acabando a sua construção. Iriam requalificar toda a zona industrial. O concelho da Maia era o concelho que mais exportava na área metropolitana. No concelho da Maia, as empresas andavam à procura de lugares para se instalarem, afirmando que ainda hoje foi procurado por uma multinacional que pretendia seis mil metros quadrados de área coberta para se implantar na zona de Pedras Rubras. Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres era verdade que havia projetos que foram para outros concelhos, mas também foram à custa do orçamento municipal desses concelhos em que eles tiveram que oferecer graciosamente direitos de superfície, todos os terrenos, isentando-as de todas as taxas municipais, dando tudo de mão beijada, graciosamente, não tendo qualquer contemplação pelas empresas ou pelos outros institutos, ou outras faculdades lá instaladas. Em relação à intervenção do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, Joaquim Silva Azevedo Sousa, informou que no plano de atividades há uma rubrica global que cobria todas as pequenas empreitadas do Concelho que eram as repavimentações que, após consulta aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia forma evidenciadas. Relativamente ao túnel do Aeroporto, defendido pelo Senhor Presidente da Junta e por ele próprio, a ANA ficou de reestruturar toda a zona rodoviária para evitar o estrangulamento da Rua da Fábrica, onde era impossível construir passeios; se assim fosse, não passava trânsito porque era uma rua extremamente estreita. Estavam conjuntamente com a ANA, num plano estratégico e a ser discutido na Junta Metropolitana, para que eles façam o prolongamento do túnel para uma nova rotunda e que todo o trânsito rodoviário deixasse de passar pela zona interna de Vila Nova da Telha e também queriam, estando a pedir, para que o parque logístico que existia do outro lado do aeroporto seja ligado diretamente à A41, através de um nó de acesso que já existia em Lavra. Relativamente aos arruamentos novos que foram feitos e que estavam em fase de acabamento que é a Rua da Fábrica e que o arruamento novo iria tirar aquele problema que

existia no cruzamento. Em relação à intervenção da Susana Filipa Coelho Rafael que falou da ação social, salientou que apenas faltou falar que nas IPPSS - a Câmara além de oferecer os terrenos, as taxas municipais, o impacto de projeto, além de outras participações no QREN, as obras que eram financiadas pelos PARES, havia uma parte que não era apoiada, e nesta parte não apoiada a Câmara subsidiava cinquenta por cento deste valor. Era um valor que implicava um grande sacrifício. Neste momento era sete lares e creches que estavam em execução, em final de construção. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, quando falava nas receitas do IMI, não leu ou então não sabia a lei. O IMI, de facto, teve uma receita inferior em cerca de um milhão e setecentos mil euros; de facto também dizia que na receita, que o IMI estava lá era superior mas era de acordo com o normativo para o plano orçamental que era imposição das regras fundamentais que era a média dos últimos três anos; essa média tinha que ser cumprida, por isso era uma lei orçamental. Não podiam alterar a lei nem ir contra a mesma. Mas de facto era que recebiam menos um milhão e seiscentos mil euros de IMI no concelho da Maia, neste ano de dois mil e treze. Em relação à dívida, à receita fiscal afirmou que ainda bem que tinham receita fiscal das empresas que estavam no concelho porque era sinal que elas não iam embora, tinham boas infraestruturas, tinham boas acessibilidades e a Maia tinha um bom parque tecnológico. Por isso, a Maia tinha locais para que as empresas se sentissem bem, bem alocadas e estavam a criar uma nova centralidade no Tecmaia que era um gabinete de empreendedorismo em que todos os investidores que queiram investir no concelho da Maia, possam usufruir, dando-lhes a melhor informação sobre onde eles possam investir, o local onde possam construir e onde eles possam também se financiar através de candidaturas da banca, estando sempre para os ajudar em tudo que seja possível e melhor para o melhor da Maia. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Baltazar e Sá Ferreira, que falou na Cidade Europeia do Desporto dois mil e catorze, informou que a Câmara iria fazer um esforço fantástico para colocar sintético em três estádios municipais e outras obras de interesse para a Cidade Europeia do Desporto, cuja Sessão Solene realizar-se-á a vinte e cinco de janeiro ou um de fevereiro. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, em relação à falta de apoio aos bombeiros, informou que não era verdade: nas duas últimas reuniões de Câmara subsidiaram uma ambulância de sessenta mil euros



à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira; subsidiaram em cinquenta por cento as reparações de três ambulâncias da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços; subsidiaram cinquenta por cento de uma ambulância ao Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa; além do subsídio anual que eram cerca de cem mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira mais seguros e cerca de oitenta mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços. Também afirmou que não constatou o Fundo de Apoio Social, mas o mesmo estava referido na página sessenta e sete, com o valor de quinhentos mil euros. Em relação à habitação social referiu que estava um cerca de um milhão de euros, existindo, neste momento, sete empreendimentos para serem requalificados; como sabiam, o Estado fez uma maldade: no prohabita enquanto há um ano a esta parte tivemos a candidatura que não foi aprovada por relações políticas no antigo Governo e, agora neste, quando tínhamos a nossa candidatura aprovada, víamos forçados a não poder ir a essas candidaturas porque enquanto anteriormente as candidaturas eram em cinquenta por cento a fundo perdido, quarenta por cento com empréstimo bancário e dez por cento de fundos próprios, hoje em dia não era isso que acontecia. Não havia nenhum valor a fundo perdido cinquenta por cento (a pagar), quarenta por cento da Câmara Municipal (empréstimo a pagar) e dez por cento sobre receitas. Independentemente disso, todos os empréstimos bancários contavam para o endividamento da Câmara Municipal, o que fazia com certeza que muitas Câmaras não podiam concorrer a este fundo. Em relação às inundações, e graças a Deus, nada de mais aconteceu na Maia. Tudo foi tratado com a devida precaução, sempre que puderam. A Câmara tinha um Plano Diretor de Águas Municipais que o vão cumprindo, limpando ribeiras, atempadamente, fazendo esse trabalho de casa. Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, a Maia era um dos municípios que mais exportava, um concelho com mais empreendedores, e cada dia nos procuravam mais do que nos outros concelhos, onde havia menos falências do que noutros concelhos. Afirmou que as grandes prioridades para este orçamento eram a habitação, a ação social, a requalificação de todos os bairros sociais e eram, principalmente, ajudar aqueles que mais precisavam e queria que o sol nascesse igual para todos. -----

Ricardo Filipe Almeida Oliveira solicitou a palavra para pedido de esclarecimento.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes questionou se o pedido de esclarecimento era sobre a intervenção dos Senhores Deputados. Salientou que esclarecimento dá direito a esclarecimento e que devido ao adiantado da hora, pediu que o Senhor Deputado tomasse isso em consideração, retirando o seu pedido de esclarecimento para que se pudesse proceder de imediato à votação. O Senhor Deputado Ricardo Filipe Almeida Oliveira concordou, retirando o seu pedido.-----

----- Posta à votação a proposta de “Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2014”, foi aprovada por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação Sempre pela Maia, quinze (15) votos contra do PS, CDU e BE e uma (1) abstenção do PAN e do Independente por Vila Nova da Telha.-----

Hélder da Costa Pereira Ribeiro apresentou uma Declaração de Voto, documento identificado com o n.º 23, sendo solicitado à Mesa que a mesma fosse considerada para o ponto seguinte.-----

3.4. Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:-----

-----Nenhum Senhor Deputado pediu a palavra.-----

----- Posta à votação a proposta de “Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia”, foi aprovada por maioria, com trinta e dois (32) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, do BE, da CDU e do Independente por Vila Nova da Telha e onze (11) abstenções do Partido Socialista e do PAN.-----

Hélder da Costa Pereira Ribeiro apresentou uma Declaração de Voto, documento identificado com o n.º 23.-----

António Ferreira Neto Taveira pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, registando que estes Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal continuassem a ser serviço público e municipalizado e isso era muito importante e valorizar que a gestão se mantenha assim e este era o sentido do nosso voto.-----



3.5. Abertura do processo concursal para realização de empréstimo com vista à celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia):-----

António Manuel Santos Teixeira pediu da palavra lendo o documento identificado com o número 24.-----

Silvestre Santos Gomes Pereira leu o documento identificado com o número 25.-----

O Presidente da câmara municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes esclareceu ao Senhor António Manuel Santos Teixeira que o CEEIA não saiu da Maia, continuando aqui, o que saiu foi uma extensão que estava a ser construída em Matosinhos. E simplesmente ela não foi construída no Tecmaia porque, mais uma vez, os terrenos não eram nossos, eram nossos mas estão hipotecados e para alguém construir era necessário pagar a hipoteca. Não foi possível ceder o terreno porque estava hipotecado; tentámos outros locais mas por outras razões não aceitaram; ficaria mais cara a construção em Matosinhos do que na Maia porque no Tecmaia havia tudo: cantinas, apoios sociais, infraestruturas necessárias, enquanto em Matosinhos tinha-se que construir tudo de raiz; o que estava a acontecer em Matosinhos era mais um desperdício de dinheiro público. A recente lei criou problemas por causa do objeto social em que o objeto social do Parque de Ciência e Tecnologia não cabia em empresas municipais e por essa razão tinha que se acabar com o Tecmaia. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira esclareceu que a Câmara não escondia nada os planos, os mesmos eram presentes para serem aprovados; em relação à dívida quando o Tecmaia foi criado – era lá que funcionava a Texas Instruments, tendo a Câmara que comprar o terreno; a empresa mal foi criada ficou com uma dívida à Banca de quinze milhões de euros; a dívida vem daí; entretanto, todos os governos que passaram desde então prometeram ajudar, aliás o estado tem trinta e cinco por cento do Tecmaia e até hoje quem ajudou foi a Câmara Municipal. Se houver algum problema com o Tribunal de Contas, a Câmara tinha alternativas para que o Tecmaia fosse de facto o sucesso que era e que continuasse a ser o maior parque tecnológico do país.-----

----- Posta à votação a proposta de “Abertura do processo concursal para realização de empréstimo com vista à celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e

Tecnologia da Maia (Tecmaia) ”, foi aprovada por maioria, com trinta e oito (38) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, pelo PS, pelo PAN e o Independente por Vila Nova da Telha e cinco (5) abstenções do BE e da CDU.-----

3.6. Alteração do mapa de pessoal em virtude do aumento do número de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho da Maia das atividades de enriquecimento curricular:-----

----- Nenhum Senhor Deputado usou da palavra.-----

----- Posta à votação a proposta de “Alteração do mapa de pessoal em virtude do aumento do número de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho da Maia das atividades de enriquecimento curricular”, foi aprovada por unanimidade.-----

3.7. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.ª Revisão do Orçamento Financeiro para o ano financeiro de 2013.-----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu.-----

----- Posta à votação a proposta de “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.ª Revisão do Orçamento Financeiro para o ano financeiro de 2013”, foi aprovada por maioria, com trinta e três (33) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, da CDU, do BE, do PAN e do Independente de Vila Nova da Telha e dez (10) abstenções do Partido Socialista.-----

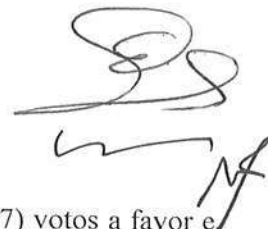
3.8. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Festa de Natal 2013 – atribuição de subsídio.-----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu.-----

----- Posta à votação a proposta de “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Festa de Natal 2013 – atribuição de subsídio”, foi aprovada por unanimidade. -----

3.9. Indicação do nome de Presidente da Junta de Freguesia eleito para exercer o mandato de 2013/2017, na Assembleia Distrital do Porto.-----

----- Foi presente à Mesa uma proposta da Coligação “Sempre pela Maia”, atribuída com a letra A (documento 26).-----



----- Corrido o escrutínio secreto, o resultado foi o seguinte: Lista A: vinte e sete (27) votos a favor e dezasseis (16) votos em branco, sendo eleito para a Assembleia Distrital do Porto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, Luís Cândido Ribeiro de Sousa.-----

3.10. Assunção de compromissos com plurianualidade referentes a processos de despesa desenvolvidos em 2013 ao abrigo da autorização genérica.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.11. Assunção de compromissos com plurianualidade referentes a processos de despesa desenvolvidos em 2013 ao abrigo da autorização genérica – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.12. Competências da Assembleia Municipal – Documentos previsionais da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., da Fundação do Conservatório de Música da Maia e do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia;-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.13. “Aquisição de serviços de auditoria externa em cumprimento do estabelecido no art.º 48.º da atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) e artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro” – Proposta de adjudicação”.-----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado Cristiano Fernandes de Castro que cumprimentou todos os presentes, para questionar o Senhor Presidente da Câmara no porquê da aquisição destes serviços com adjudicação direta e a esta entidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, informou que este assunto já tinha sido presente na última sessão, em que foi escolhido o ajuste direto. Foi escolhida esta empresa porque era o auditor que já estava no município da Maia e teve uma redução de 10% de acordo com a legislação ao anterior. Tinha feito um trabalho exemplar e como a

Lei previa e definia essa prerrogativa que a Câmara e a Assembleia Municipal tinha e foi por isso que decidiram fazer esta adjudicação.-----

----- Posta à votação a proposta de “Aquisição de serviços de auditoria externa em cumprimento do estabelecido no art.º 48.º da atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) e artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro” – Proposta de adjudicação”, **foi aprovada por unanimidade, com quarenta e um (41) votos a favor da Coligação Sempre pela Maia, pelo PS, pela CDU, pelo PAN, pelo Independente por Vila Nova da Telha e duas (2) abstenções do BE**.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e dois minutos do dia vinte e sete de dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Emília de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____

Assembleia Municipal da Maia

De: Maria Alexandra Torres [malexandratorres11542p@gmail.com]
Enviado: segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 9:33
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Re: 4.ª Sessão Ordinária

Bom Dia,

Informo que não poderei estar presente na próxima assembleia municipal dia 26 de Dezembro.

Atenciosamente,

Alexandra Torres Teles de Menezes

No dia 13 de Dezembro de 2013 às 15:58, Assembleia Municipal da Maia <assembleia@cm-maia.pt> escreveu:

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **4.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **26 de dezembro**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

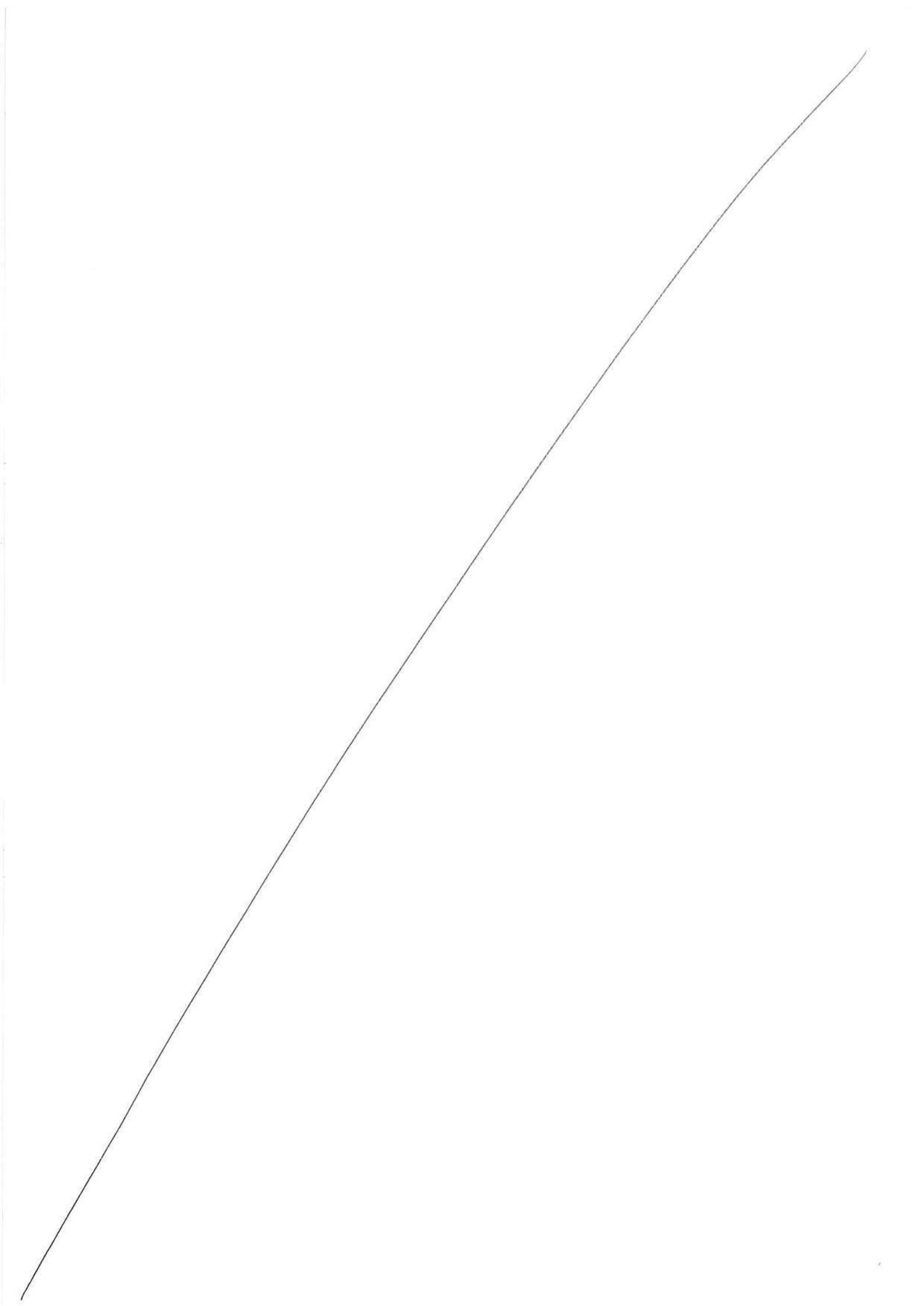
Oportunamente serão enviadas as convocatórias.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

*Perseguido e
o seguinte,
16/12/13*



Assembleia Municipal da Maia

De: Carlos Assunção [cmpa.pt@gmail.com]
Enviado: terça-feira, 17 de Dezembro de 2013 9:27
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Assunto: RE: 4.ª Sessão Ordinária



Exmo. Sr. Presidente, Sr. Luciano da Silva Gomes

Na sequência da convocatória para a 4ª sessão ordinária da Assembleia Municipal que V. Exa. enviou, venho desde já informar, de que não estarei presente na referida Sessão Ordinária de 26-12-2013, e como tal a mesa deverá marcar a respetiva falta.

Não é meu hábito faltar aos compromissos e responsabilidades em que estou investido e que assumi de forma livre.

Atendendo a que regimentalmente, esta é a única Sessão Ordinária que pode ser marcada numa janela de 60 dias (Novembro ou Dezembro), entendo que a semana de Natal (e uma vez que este ano o Natal é exatamente a meio da mesma), é talvez a única semana em que por razões culturais, religiosas, familiares, que V. Exa. tão bem conhece e não tenho dúvidas é sensível, esta sessão não deveria ter sido marcada.

A grandeza da Maia (incluindo a populacional, 1981- 81 679 habitantes, 2011- 135 306 habitantes fonte: wikipédia), só foi possível porque o município conseguiu criar estruturas e qualidade de vida, que atraíram muitos milhares de pessoas dos mais variados pontos do país, e que seguramente é nesta quadra que se deslocam às suas terras natais, onde muitos passam o resto da semana e convivem com as suas famílias e as suas raízes, pois como todos sabemos há muitas empresas que encerram para férias nesta quadra, e muitas pessoas que pedem alguns dias de férias nas empresas ou instituições que não encerram.

Como o órgão ASSEMBLEIA MUNICIPAL, representa o povo, e o povo a ela pode assistir ou mesmo nela se exprimir (somente 5 vezes por ano) como previsto regimentalmente, acho que a data escolhida por V. Exa. é infeliz, e de alguma forma "exclui" muitos maiatos que eventualmente quisessem estar presentes ou nela participar, sendo esta em minha opinião, a Sessão Ordinária mais importante de cada ano, pois é nela que se irá aprovar o orçamento do ano seguinte.

Entendo ser da mais elementar justiça para com o povo que nos elegeu, que esta deva ser efetuada numa data, em que nenhuma situação extraordinária possa afastar os maiatos de nela participarem.

Para finalizar, acho que sessões marcadas para datas como esta, contribuem para os Maiatos se afastarem da política e dos políticos, pois dá a sensação que fazemos as coisas para falarmos para nós próprios.

Aproveito a oportunidade para lhe desejar a si e à sua família, um Santo Natal e um excelente 2014.

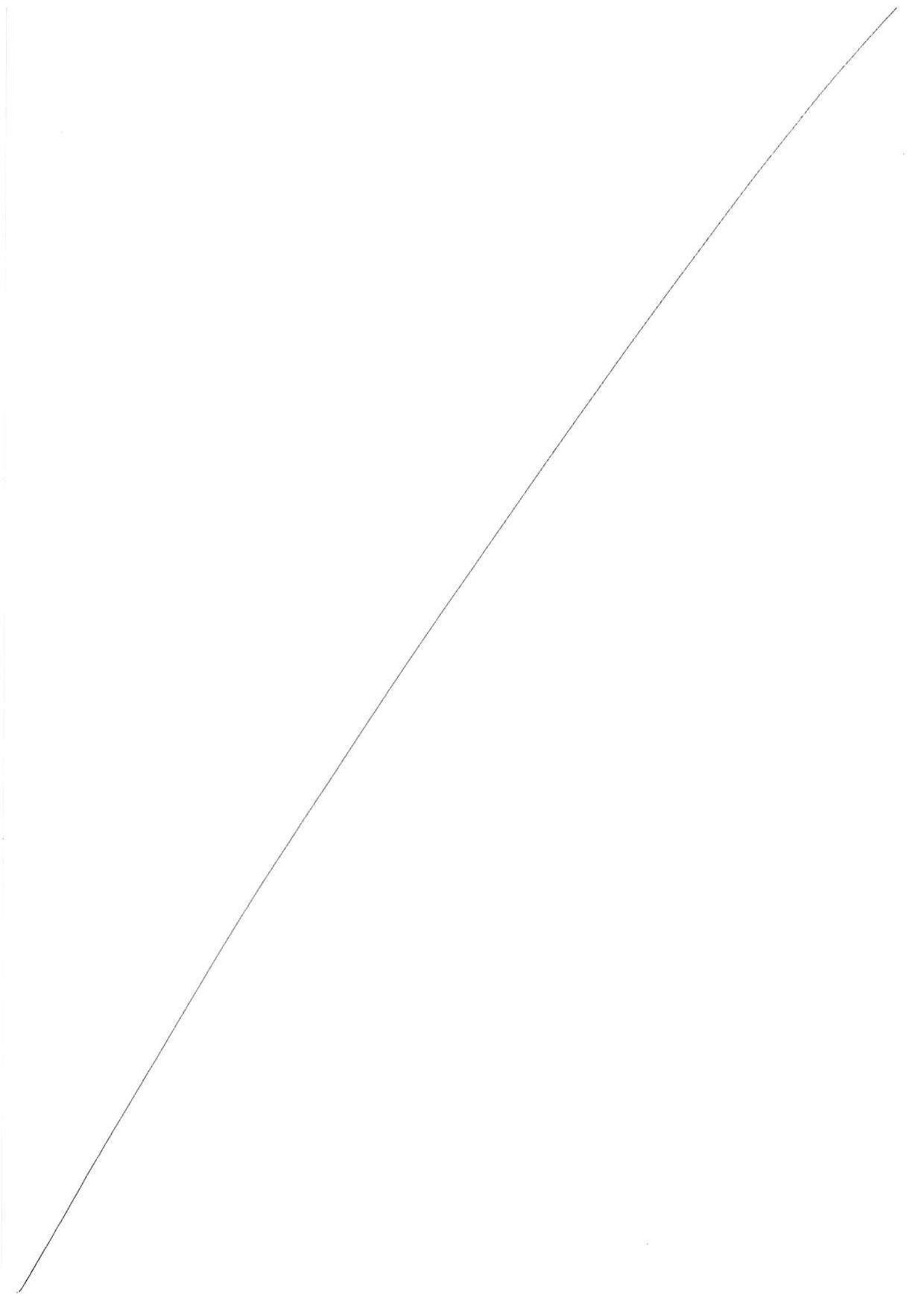
Com os melhores cumprimentos,

Carlos Assunção

De: Assembleia Municipal da Maia [mailto:assembleia@cm-maia.pt]
Enviada: sexta-feira, 13 de Dezembro de 2013 15:59
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: 4.ª Sessão Ordinária

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **4.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **26 de dezembro**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.



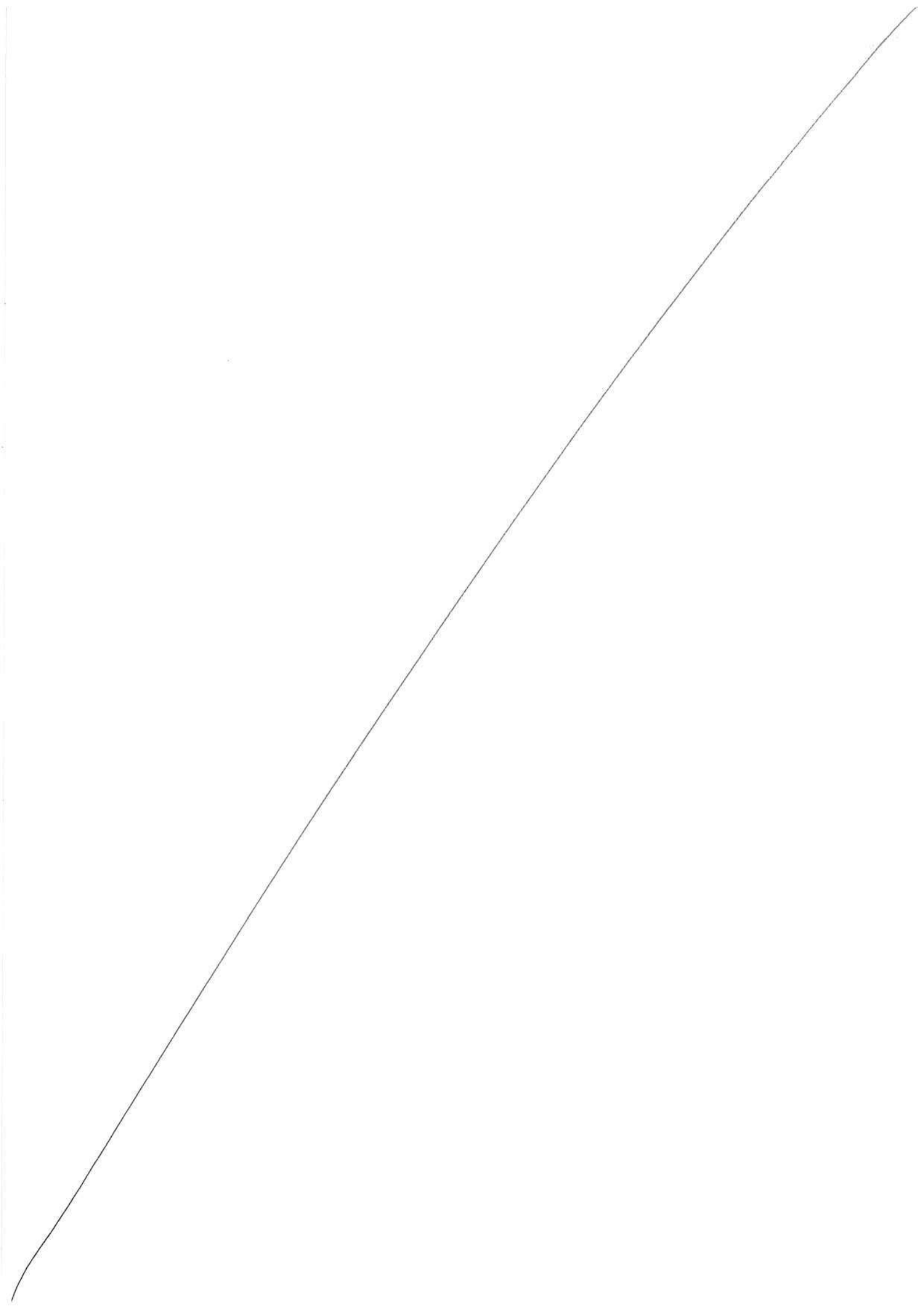
Oportunamente serão enviadas as convocatórias.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Three handwritten signatures in black ink, arranged vertically on the right side of the page. The top signature is a stylized, cursive 'S' followed by a flourish. The middle signature is a simple, horizontal line with a small hook at the end. The bottom signature is a more complex, stylized 'A' or 'L' shape with a vertical stroke.



Assembleia Municipal da Maia

De: Pedro Miguel Marques [pedro.marques@amnadvogados.com]
Enviado: quinta-feira, 19 de Dezembro de 2013 15:22
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Assunto: [Possível Spam] Requerimento de substituição por ausência
Anexos: image002.png

Importância: Baixa



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Maia,
Sr. Luciano da Silva Gomes,
Os meus cumprimentos.

Venho pelo presente transmitir a V.Ex.a. que me encontro impossibilitado de estar presente na Assembleia Municipal convocada para o dia 26 de Dezembro de 2013, por ausência, a qual não é superior a 30 dias.

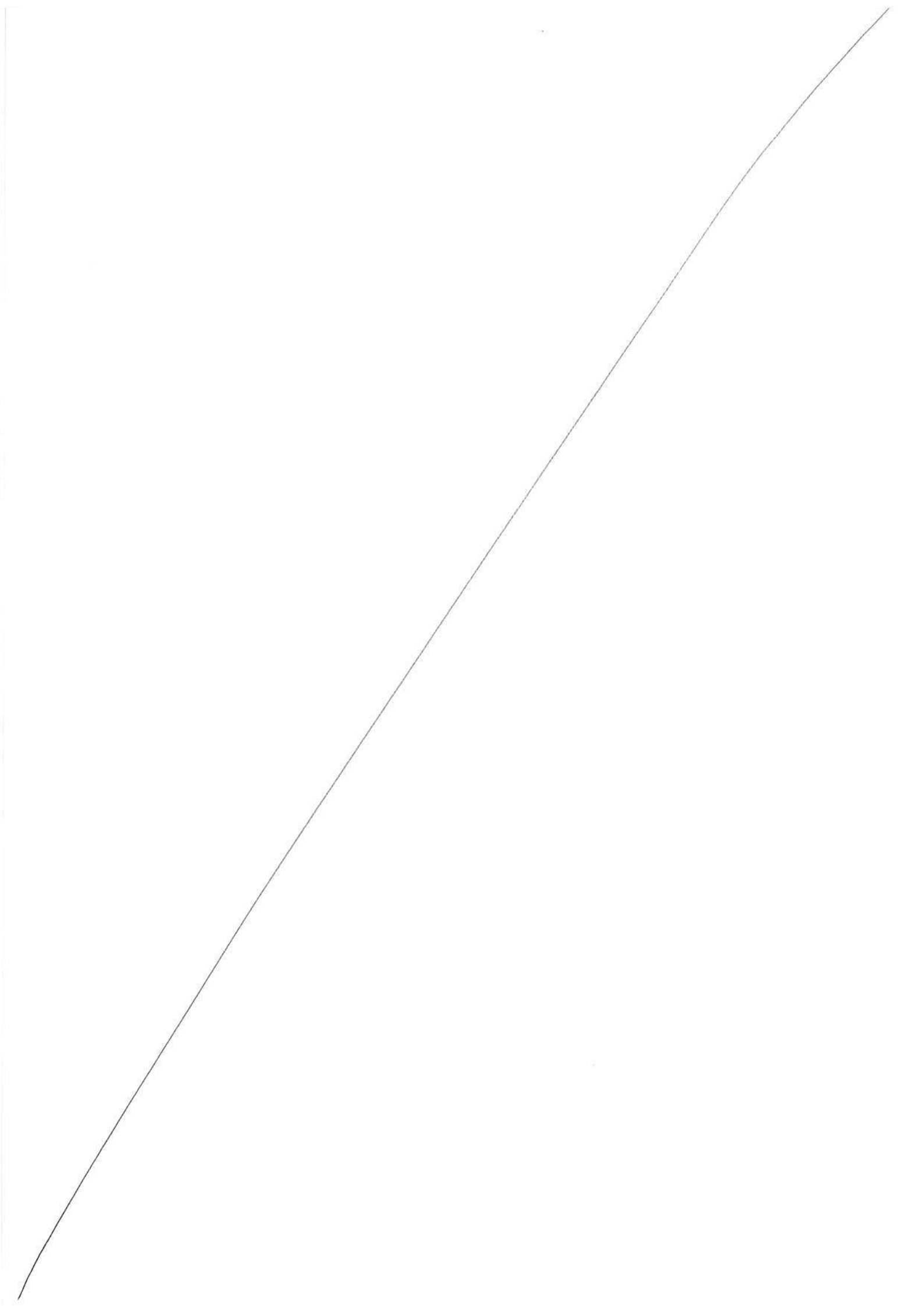
Deste modo, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, venho requer a V.Ex.a a minha substituição pelo membro eleito na coligação "Sempre pela Maia" pelo CDS-PP imediatamente a seguir, Tiago Oliveira.

Comunico-lhe ainda que já fiz chegar ao meu substituto todos os elementos que me foram atempadamente entregues, nomeadamente a convocatória para a Assembleia Municipal, bem como todos os elementos que instruem a Ordem de Trabalhos do referido dia 26 de Dezembro.

A ausência que leva ao pedido de substituição inicia-se no dia 24 de Dezembro e termina a 27 de Dezembro do ano de 2013.

Sem outro assunto e desejando a V.Ex.a, aos restantes membros que compõe a mesa da Assembleia Municipal e a todos os deputados municipais um Santo Natal e Um Bom Ano de 2014, subscreve-se com consideração,

Pedro Miguel Machado Marques





Exmo. Senhor
LUCIANO DA SILVA GOMES
 M. I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia
 Praça Dr. José Vieira de Carvalho
 4474 - 006 MAIA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência
788/2013Águas Santas, Maia
23/12/2013ASSUNTO: **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO**

Exmo. Senhor Presidente

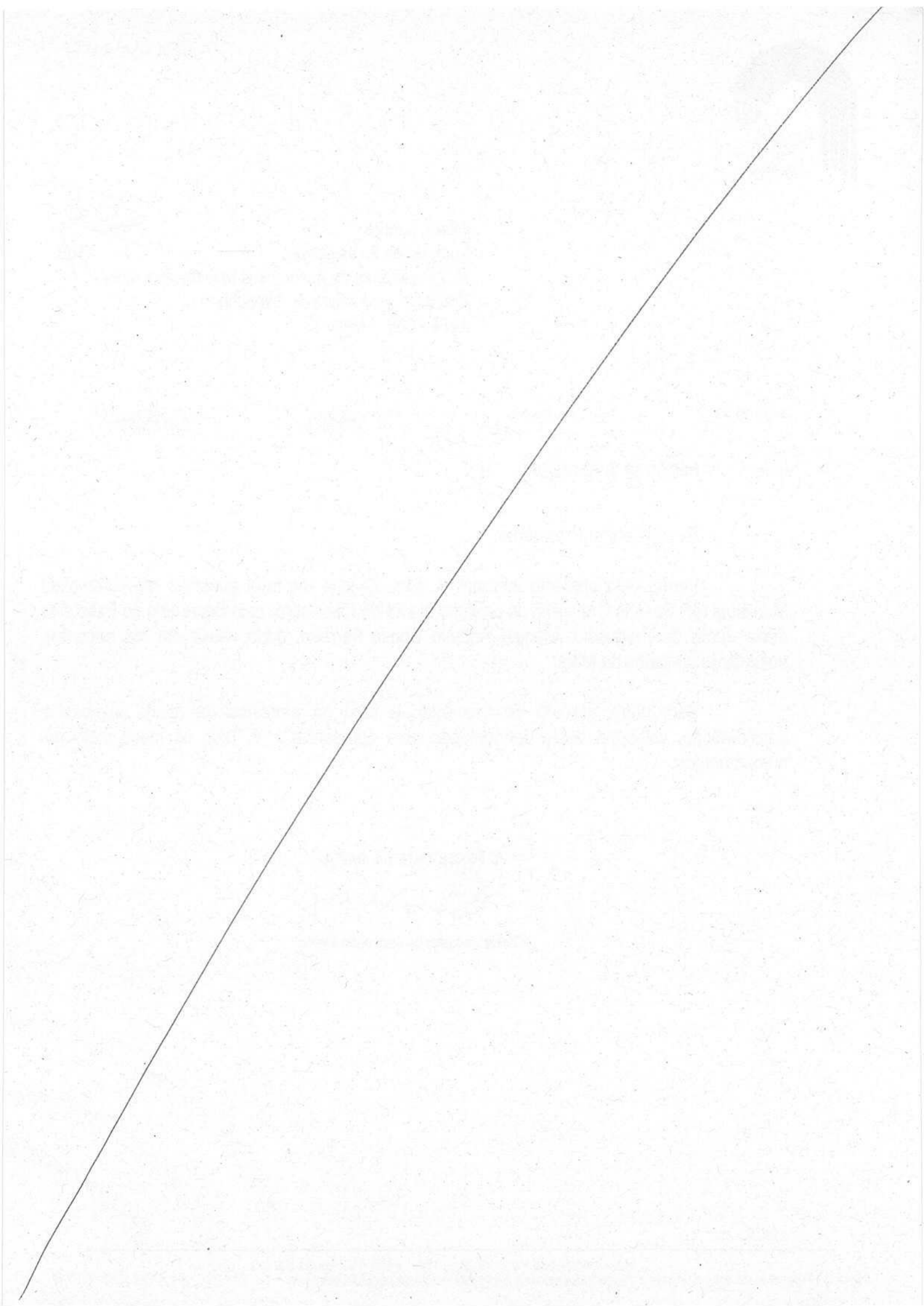
Venho pelo presente informar V. Exa. de que me farei substituir na Assembleia Municipal (4ª. Sessão Ordinária) do próximo dia 26 de Dezembro, pelo Secretário do Executivo desta Junta de Freguesia, Manuel António Sousa Ferreira, dado nesse dia me encontrar ausente do concelho da Maia.

Sem outro assunto de momento, e com os protestos da minha expressiva consideração, valho-me desta oportunidade para apresentar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA JUNTA

(Carlos Joaquim de Ascensão Vieira)

FS/CR





PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.psm Maia.org

Documento 5

Preciso
Antes do
Ordem do dia:

fec. →
89
Desfazer-me os
compromissos

Exmo. Senhor. Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,

Exmo. Senhor. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O município da Maia em parceria com a Fundação CEFA promoveu a realização de um seminário sobre a Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Este evento decorreu no dia 4 de Novembro no pequeno Auditório da Maia.

1

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal teve a gentileza de convidar os Srs. Deputados Municipais que, obviamente, pudessem a estarem presentes. Em nome do Partido Socialista quero desde já agradecer o convite. Contudo, como o mesmo decorreu num dia de semana e pelas 14 horas, verifiquei que não foram muitos os participantes. Por isso, dos ensinamentos e esclarecimentos recolhidos, gostaria, hoje, aqui, nesta



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.pdmaia.org

assembleia de partilhar convosco a minha análise e reflexão sobre o assunto.

Esta Lei teve a sua génese, fruto da lavra governativa de Miguel Relvas, e entrou em vigor no dia 30 do mesmo mês. De facto, do seu progenitor não era de esperar grande coisa, porém depois de discutida na especialidade sempre se acabou por tirar um ou outro ponto positivo.

Este diploma veio instituir um novo regime jurídico para as autarquias locais, definindo também o novo estatuto para as entidades intermunicipais, dispondo sobre atribuições, competências, transferências, delegações e relacionamento entre os vários órgãos, bem como sobre o associativismo autárquico.

Uma das principais inovações refere-se, precisamente, às entidades intermunicipais, à sua reformulação e ao alargamento das suas atribuições e competências no contexto da administração local que surgem assim como entidades cimeiras e agregadoras, esvaziando por conseguinte, um pouco mais a autonomia dos concelhos. No entanto, relativamente a estas entidades e às suas novas disposições legais, não vou focalizar-



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.psm Maia.org

me muito, porque considero a maior parte das suas alterações uma verdadeira inquinidade relvática. Não é por acaso que este governo, de maioria PSD/CDS, em 3 orçamentos ainda não tenha apresentado aos portugueses, um, que não esteja ferido de inconstitucionalidades. Mas voltemos á análise.

da Estrela

Quanto às Autarquias Locais e no que concerne às suas atribuições é de realçar o fato das mesmas passarem a ser identificadas de acordo com uma cláusula geral e não com base no elenco taxativo constante do regime anterior. Esta inovação é muito importante por permitir a ampliação das competências das Autarquias Locais quer por via da transferência, quer por via da delegação, em todos os domínios, desde que se configure adequada a sua prossecução pela administração local.

3 _____

Numa lógica de proximidade, outro fator importante a reter neste novo regime, é o reforço dos poderes das Juntas de Freguesia, uma vez que lhes são legalmente delegadas competências de controlo prévio e fiscalização em matérias ligadas à utilização e ocupação da via pública, publicidade e



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.psm Maia .org

limpeza do espaço público. Para esse efeito a lei prevê que no prazo de 180 dias a contar da sua entrada em vigor as Câmaras Municipais celebrem acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

No que concerne ao regime de transferência e delegação de competências do Estado nos órgãos das Autarquias Locais e entidades intermunicipais e dos órgãos municipais nos órgãos das entidades intermunicipais e das juntas de freguesia, o novo regime veio impor a obrigatoriedade de a delegação ser efetuada por contrato inter-administrativo, sob pena de nulidade.

4

Quanto às Juntas de Freguesia, para além da delegação legal prevista no diploma, existe uma cláusula genérica de delegação que permite atribuir muitas outras competências, por via da celebração de acordos de execução ou para as entidades intermunicipais, através de contrato inter-administrativo.

Assiste-se assim, a um esvaziamento do núcleo essencial das competências indelegáveis dos municípios que passam a poder



sensato naquilo que ouviu foi que este era um orçamento de continuidade. Tinham gosto nisso e os maiatos sabiam, sistematicamente, agradecer.-----

João Veloso da Silva Torres cumprimentou os presentes, afirmando que a tarefa de um partido de oposição, aquando da discussão de um documento como as Grandes Opções do Plano, e neste caso para o ano de dois mil e catorze, era o de defender, naturalmente, a visão que foi sufragada nas urnas, pelos eleitores que decidiram confiar o seu voto ao projeto que foi encabeçado pelo Partido Socialista, para a Câmara e Assembleia Municipal. E desse ponto de vista, gostava desde logo de fazer um elogio da valorização do papel da Oposição. Porque a ideia de que podia haver divergências, de que todos estavam condenados a um consenso, quer na política local quer na política nacional, era uma ideia que não devia prevalecer de forma alguma. A suposta desvalorização da democracia, de que o debate, a discussão de divergência não eram fatores importantes para poder-se aperfeiçoar a atividade política, e com isso servir melhor os cidadãos. Era uma dialecta para qual o Partido Socialista não contribuiu. E desse ponto de vista, já eram brindados, ao longo dos últimos anos nesta Assembleia Municipal, com argumentos de natureza diversa para menosprezar o papel da Oposição na Câmara e na Assembleia. Não aceitavam, embora aqui não tenha sido proferida essa afirmação, que nos digam que gostamos menos da Maia pelo facto de criticarmos o documento das Grandes Opções do Plano. Não admitiam ser acusados de algum desleixo pelo facto de termos críticas a fazer à atividade da Câmara Municipal da Maia. Era mais do que natural, era saudável. E desse ponto de vista, fazer o elogio do papel da Oposição era, desde logo, uma missão que com muita honra, em nome do PS, lhe cumpria fazer nesta Assembleia Municipal. Havia três eixos fundamentais que o Partido Socialista defendeu nas últimas eleições autárquicas – e poderiam os Deputados da Coligação “Sempre pela Maia” aqui referir com toda a legitimidade que os resultados fossem esclarecedores - já parabenizados e já cumprimentaram numa outra sessão as forças vencedoras desse ato eleitoral – mas havia ainda uma parcela de maiatos que decidiram confiar o seu voto numa outra visão para o concelho da Maia. E era essa visão política que aqui defendiam. Entre outras prioridades políticas que poderia elencar havia três que constituíram o esteio fundamental das propostas do partido socialista para o concelho da Maia e para as quais gostavam de ver uma resposta concreta neste orçamento para o município. Porque devia ser o

orçamento a aprovar aos partidos da oposição de que havia linhas e pontos de convergência com as suas propostas políticas e não o contrário. E era esse esforço que aqui já foi bem referido que a Coligação “Sempre pela Maia” não fez aquando da elaboração deste orçamento. Por isso eram também brindados com um enquadramento que era absolutamente sectário, enquadramento partidário, que não pretendiam estabelecer um denominador comum que podiam motivar e mobilizar em unísono para o desenvolvimento do nosso Concelho. Referiu três esteios fundamentais, três princípios, três orientações genéricas que o PS defendia para o concelho maiato: em primeiro lugar economia e emprego; o orçamento da Câmara Municipal da Maia não podia ser dissociado daquelas que eram as Grandes Opções do concelho em matéria fiscal; não podiam dissociar este documento designadamente das decisões que foram tomadas na última sessão no que diz respeito à fixação dos valores do IMI e da derrama para este município. E nesse ponto de vista, até porque isso afetava como todos sabiam o valor das receitas e como tal, por conseguinte, todo o valor global da Câmara Municipal da Maia, que se fixava estritamente nos setenta milhões de euros, com naturalmente à parcela adicional dos Serviços Municipalizados e das Empresas Municipais. Mas a primeira prioridade do Partido Socialista era o estímulo à economia e à criação de postos de trabalho. Porque entendiam que o município da Maia, afirmando que nasceu no final da década de oitenta, viveu bem os tempos áureos deste concelho na década de noventa – em que divergiram politicamente mas de facto o concelho da Maia se distanciava dos seus pares na Área Metropolitana do Porto. O concelho da Maia estava a perder fulgor na Área Metropolitana do Porto. Estava a perder fulgor e postos de trabalho face a outros municípios vizinhos; aliás percebia-se facilmente se olharmos para a fixação de empresas, de centros de investigação e de outras entidades que estavam hoje muito mais concentradas noutros municípios do que acontecia há dez ou vinte anos atrás neste Concelho, designadamente no que dizia respeito ao ensino superior, por exemplo. Gostava que explicassem e esta era uma pergunta retórica o que estava a fazer a Câmara Municipal para fixar mais empresas neste Concelho e para criar mais postos de trabalho para os cidadãos da Maia e para todos aqueles que desejassem fixar-se no concelho. E não via uma resposta fundada, devidamente enquadrada e também interligada com a desoneração de impostos municipais, como a derrama, que eram hoje dos impostos mais elevados que encontravam



um pouco por todo o país. E por isso não era nada tolo referir aqui o peso que tinham os impostos e as taxas municipais no conjunto da receita da Câmara Municipal da Maia. Porque quando o Partido Socialista vinha aqui dizer que a Maia era o segundo Concelho do país onde a receita, através de impostos e taxas, era mais elevada não significava que o valor nominal dessa receita fosse maior na Maia do que era em Lisboa ou do que era no Porto. O que significava era que, do conjunto de todos os municípios do país, dos 308 municípios do país, o concelho da Maia era o segundo em que a fatia que dizia respeito aos impostos e às taxas tinham um peso mais preponderante na consignação da receita total. Era um dado muito importante, porque significava que a Maia era o segundo concelho do país que mais onerava as suas empresas e os seus cidadãos para atingir o seu orçamento na final do ano. Esta era a verdade nua e crua dos factos. O que estava a fazer a Câmara da Maia para criar postos de trabalho, para fixar população neste território? Pouco ou nada. A segunda prioridade política era a ação social. Havia naturalmente um enorme conjunto de preocupações que partilhavam em matéria de ação social: muitas delas até foram respondidas na campanha eleitoral com os outdoors que a Câmara Municipal da Maia colocou junto de quase todos os empreendimentos de habitação social do concelho a enunciar obras muitas delas pouco ou nada concretizadas. Mas gostava de dizer o seguinte: a ação social para era uma matéria que distinguia fundamentalmente a esquerda da direita – ação social não era uma ação caritativa. O PS acreditava na justiça social como um valor, como um princípio, não acreditavam na “caridadezinha “ porque essa não permitia, naturalmente, que trilhassem um caminho de igualdade na sociedade na qual evidentemente se reviam. Mas a grande bandeira da Coligação no que diz respeito à ação social era o suposto fundo social de emergência. Gostava de perguntar – aliás foi já referido nesta Assembleia Municipal que teria uma dotação orçamental de quinhentos mil euros - ao Senhor Presidente da Câmara Municipal qual era a regulamentação que iria estar em vigor para a atribuição deste fundo social. Até porque já foi o argumento utilizado pela Câmara Municipal para não suportar uma descida de impostos municipais – a ideia de que se iria criar um grande fundo com uma grande aplicabilidade, gostava de perceber, afinal, onde estava esse regulamento. Tanto quanto sabia, o mesmo já foi solicitado pelos Vereadores do Partido Socialista mas que ainda não foi entregue. Ainda no que diz respeito às prioridades do Partido Socialista, gostava de falar de um outro conjunto

de preocupações que eram, porventura, preocupações imateriais com o poder local e com a qualidade da nossa democracia, mas eram estas preocupações que hoje nos deviam seguir, que nos mais deviam preocupar para podermos qualificar a nossa democracia, quer seja ao nível do governo quer ao nível da república, quer seja ao nível da governação local, porque hoje o grande problema com o qual a política e a sociedade se confrontavam eram o descrédito dos políticos, das instituições da nossa democracia. E havia um conjunto de preocupações sobre boa governação que o PS não via atendido neste orçamento municipal nem no seu enquadramento: questionando, por exemplo, se pretendia a Câmara Municipal implementar em dois mil e catorze algum orçamento retificativo jovem ou não jovem? Que tipos de mecanismos para estímulos de uma participação mais esclarecida e mais ativa por parte dos cidadãos? Pretendia a Câmara Municipal empreender em dois mil e catorze? Que respostas dava esta Câmara Municipal a um conjunto de preocupações com transparência, quando todos percebiam que grande parte da atividade executiva da Câmara Municipal se fazia por intermédio de ajustes diretos, e bastava para isso consultar as plataformas públicas para perceber que grande parte da despesa que a Câmara Municipal da Maia executava era, embora dentro do enquadramento legal que assim o permitia, feita através de ajustes diretos que passavam naturalmente à margem inclusivamente da própria ação executiva da Vereação. Que tipo de preocupações tinha a Câmara Municipal da Maia para com estas problemáticas que eram hoje as problemáticas centrais de uma outra forma de fazer política. O PS não encontrava estas preocupações refletidas neste documento. E voltando a referir o início da intervenção gostava de dizer que era por tudo isso e por um enorme e profundo respeito pelos cidadãos que acreditaram numa outra visão para o concelho, uma visão mais progressista, que apostasse mais na cultura, que apostasse mais na formação do cidadão, que não iriam votar a favor, votando contra este orçamento. E já o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva referiu uma frase de José Saramago, gostava de terminar também com uma citação de Aquilino Ribeiro: “Só alcança quem não cansa”. E, o PS, naturalmente, não se cansava pelos maiatos e pelo bem da comunidade.----- —

O Senhor Presidente da Câmara, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes esclareceu que, respondendo à intervenção do Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira, relativamente aos

apoios sociais estavam os mesmos orçamentados em cinquenta e cinco por cento, a pista de tartan também estava patente no orçamento, com um valor de cento e cinquenta mil euros; iriam requalificar toda a zona industrial – era uma candidatura por serem bons alunos, por terem cumprido com eficiência o QREN, tinham ido à bolsa de mérito e iriam conseguir requalificar além das duas escolas que já foram citadas, a de Mandim e a de Folgosa, a da Pícuia com fundos próprios, acabando a sua construção. Iriam requalificar toda a zona industrial. O concelho da Maia era o concelho que mais exportava na área metropolitana. No concelho da Maia, as empresas andavam à procura de lugares para se instalarem, afirmando que ainda hoje foi procurado por uma multinacional que pretendia seis mil metros quadrados de área coberta para se implantar na zona de Pedras Rubras. Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres era verdade que havia projetos que foram para outros concelhos, mas também foram à custa do orçamento municipal desses concelhos em que eles tiveram que oferecer graciosamente direitos de superfície, todos os terrenos, isentando-as de todas as taxas municipais, dando tudo de mão beijada, graciosamente, não tendo qualquer contemplação pelas empresas ou pelos outros institutos, ou outras faculdades lá instaladas. Em relação à intervenção do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, Joaquim Silva Azevedo Sousa, informou que no plano de atividades há uma rubrica global que cobria todas as pequenas empreitadas do Concelho que eram as repavimentações que, após consulta aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia forma evidenciadas. Relativamente ao túnel do Aeroporto, defendido pelo Senhor Presidente da Junta e por ele próprio, a ANA ficou de reestruturar toda a zona rodoviária para evitar o estrangulamento da Rua da Fábrica, onde era impossível construir passeios; se assim fosse, não passava trânsito porque era uma rua extremamente estreita. Estavam conjuntamente com a ANA, num plano estratégico e a ser discutido na Junta Metropolitana, para que eles façam o prolongamento do túnel para uma nova rotunda e que todo o trânsito rodoviário deixasse de passar pela zona interna de Vila Nova da Telha e também queriam, estando a pedir, para que o parque logístico que existia do outro lado do aeroporto seja ligado diretamente à A41, através de um nó de acesso que já existia em Lavra. Relativamente aos arruamentos novos que foram feitos e que estavam em fase de acabamento que é a Rua da Fábrica e que o arruamento novo iria tirar aquele problema que

existia no cruzamento. Em relação à intervenção da Susana Filipa Coelho Rafael que falou da ação social, salientou que apenas faltou falar que nas IPPSS - a Câmara além de oferecer os terrenos, as taxas municipais, o impacto de projeto, além de outras participações no QREN, as obras que eram financiadas pelos PARES, havia uma parte que não era apoiada, e nesta parte não apoiada a Câmara subsidiava cinquenta por cento deste valor. Era um valor que implicava um grande sacrifício. Neste momento era sete lares e creches que estavam em execução, em final de construção. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Paulo Sérgio Fernandes da Rocha, quando falava nas receitas do IMI, não leu ou então não sabia a lei. O IMI, de facto, teve uma receita inferior em cerca de um milhão e setecentos mil euros; de facto também dizia que na receita, que o IMI estava lá era superior mas era de acordo com o normativo para o plano orçamental que era imposição das regras fundamentais que era a média dos últimos três anos; essa média tinha que ser cumprida, por isso era uma lei orçamental. Não podiam alterar a lei nem ir contra a mesma. Mas de facto era que recebiam menos um milhão e seiscentos mil euros de IMI no concelho da Maia, neste ano de dois mil e treze. Em relação à dívida, à receita fiscal afirmou que ainda bem que tinham receita fiscal das empresas que estavam no concelho porque era sinal que elas não iam embora, tinham boas infraestruturas, tinham boas acessibilidades e a Maia tinha um bom parque tecnológico. Por isso, a Maia tinha locais para que as empresas se sentissem bem, bem alocadas e estavam a criar uma nova centralidade no Tecmaia que era um gabinete de empreendedorismo em que todos os investidores que queiram investir no concelho da Maia, possam usufruir, dando-lhes a melhor informação sobre onde eles possam investir, o local onde possam construir e onde eles possam também se financiar através de candidaturas da banca, estando sempre para os ajudar em tudo que seja possível e melhor para o melhor da Maia. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Baltazar e Sá Ferreira, que falou na Cidade Europeia do Desporto dois mil e catorze, informou que a Câmara iria fazer um esforço fantástico para colocar sintético em três estádios municipais e outras obras de interesse para a Cidade Europeia do Desporto, cuja Sessão Solene realizar-se-á a vinte e cinco de janeiro ou um de fevereiro. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, em relação à falta de apoio aos bombeiros, informou que não era verdade: nas duas últimas reuniões de Câmara subsidiaram uma ambulância de sessenta mil euros



à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira; subsidiaram em cinquenta por cento as reparações de três ambulâncias da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços; subsidiaram cinquenta por cento de uma ambulância ao Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa; além do subsídio anual que eram cerca de cem mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira mais seguros e cerca de oitenta mil euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços. Também afirmou que não constatou o Fundo de Apoio Social, mas o mesmo estava referido na página sessenta e sete, com o valor de quinhentos mil euros. Em relação à habitação social referiu que estava um cerca de um milhão de euros, existindo, neste momento, sete empreendimentos para serem requalificados; como sabiam, o Estado fez uma maldade: no prohabita enquanto há um ano a esta parte tivemos a candidatura que não foi aprovada por relações políticas no antigo Governo e, agora neste, quando tínhamos a nossa candidatura aprovada, víamos forçados a não poder ir a essas candidaturas porque enquanto anteriormente as candidaturas eram em cinquenta por cento a fundo perdido, quarenta por cento com empréstimo bancário e dez por cento de fundos próprios, hoje em dia não era isso que acontecia. Não havia nenhum valor a fundo perdido cinquenta por cento (a pagar), quarenta por cento da Câmara Municipal (empréstimo a pagar) e dez por cento sobre receitas. Independentemente disso, todos os empréstimos bancários contavam para o endividamento da Câmara Municipal, o que fazia com certeza que muitas Câmaras não podiam concorrer a este fundo. Em relação às inundações, e graças a Deus, nada de mais aconteceu na Maia. Tudo foi tratado com a devida precaução, sempre que puderam. A Câmara tinha um Plano Diretor de Águas Municipais que o vão cumprindo, limpando ribeiras, atempadamente, fazendo esse trabalho de casa. Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, a Maia era um dos municípios que mais exportava, um concelho com mais empreendedores, e cada dia nos procuravam mais do que nos outros concelhos, onde havia menos falências do que noutros concelhos. Afirmou que as grandes prioridades para este orçamento eram a habitação, a ação social, a requalificação de todos os bairros sociais e eram, principalmente, ajudar aqueles que mais precisavam e queria que o sol nascesse igual para todos. -----

Ricardo Filipe Almeida Oliveira solicitou a palavra para pedido de esclarecimento.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes questionou se o pedido de esclarecimento era sobre a intervenção dos Senhores Deputados. Salientou que esclarecimento dá direito a esclarecimento e que devido ao adiantado da hora, pediu que o Senhor Deputado tomasse isso em consideração, retirando o seu pedido de esclarecimento para que se pudesse proceder de imediato à votação. O Senhor Deputado Ricardo Filipe Almeida Oliveira concordou, retirando o seu pedido.-----

----- Posta à votação a proposta de “Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2014”, foi aprovada por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor da Coligação Sempre pela Maia, quinze (15) votos contra do PS, CDU e BE e uma (1) abstenção do PAN e do Independente por Vila Nova da Telha.-----

Hélder da Costa Pereira Ribeiro apresentou uma Declaração de Voto, documento identificado com o n.º 23, sendo solicitado à Mesa que a mesma fosse considerada para o ponto seguinte.-----

3.4. Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia:-----

-----Nenhum Senhor Deputado pediu a palavra.-----

----- Posta à votação a proposta de “Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia”, foi aprovada por maioria, com trinta e dois (32) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, do BE, da CDU e do Independente por Vila Nova da Telha e onze (11) abstenções do Partido Socialista e do PAN.-----

Hélder da Costa Pereira Ribeiro apresentou uma Declaração de Voto, documento identificado com o n.º 23.-----

António Ferreira Neto Taveira pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, registando que estes Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal continuassem a ser serviço público e municipalizado e isso era muito importante e valorizar que a gestão se mantenha assim e este era o sentido do nosso voto.-----



3.5. Abertura do processo concursal para realização de empréstimo com vista à celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (Tecmaia):-----

António Manuel Santos Teixeira pediu da palavra lendo o documento identificado com o número 24.-----

Silvestre Santos Gomes Pereira leu o documento identificado com o número 25.-----

O Presidente da câmara municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes esclareceu ao Senhor António Manuel Santos Teixeira que o CEEIA não saiu da Maia, continuando aqui, o que saiu foi uma extensão que estava a ser construída em Matosinhos. E simplesmente ela não foi construída no Tecmaia porque, mais uma vez, os terrenos não eram nossos, eram nossos mas estão hipotecados e para alguém construir era necessário pagar a hipoteca. Não foi possível ceder o terreno porque estava hipotecado; tentámos outros locais mas por outras razões não aceitaram; ficaria mais cara a construção em Matosinhos do que na Maia porque no Tecmaia havia tudo: cantinas, apoios sociais, infraestruturas necessárias, enquanto em Matosinhos tinha-se que construir tudo de raiz; o que estava a acontecer em Matosinhos era mais um desperdício de dinheiro público. A recente lei criou problemas por causa do objeto social em que o objeto social do Parque de Ciência e Tecnologia não cabia em empresas municipais e por essa razão tinha que se acabar com o Tecmaia. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira esclareceu que a Câmara não escondia nada os planos, os mesmos eram presentes para serem aprovados; em relação à dívida quando o Tecmaia foi criado – era lá que funcionava a Texas Instruments, tendo a Câmara que comprar o terreno; a empresa mal foi criada ficou com uma dívida à Banca de quinze milhões de euros; a dívida vem daí; entretanto, todos os governos que passaram desde então prometeram ajudar, aliás o estado tem trinta e cinco por cento do Tecmaia e até hoje quem ajudou foi a Câmara Municipal. Se houver algum problema com o Tribunal de Contas, a Câmara tinha alternativas para que o Tecmaia fosse de facto o sucesso que era e que continuasse a ser o maior parque tecnológico do país.-----

----- Posta à votação a proposta de “Abertura do processo concursal para realização de empréstimo com vista à celebração do processo aquisitivo dos lotes 1 e 4 que integram o Parque de Ciência e

Tecnologia da Maia (Tecmaia) ”, foi aprovada por maioria, com trinta e oito (38) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, pelo PS, pelo PAN e o Independente por Vila Nova da Telha e cinco (5) abstenções do BE e da CDU.-----

3.6. Alteração do mapa de pessoal em virtude do aumento do número de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho da Maia das atividades de enriquecimento curricular:-----

----- Nenhum Senhor Deputado usou da palavra.-----

----- Posta à votação a proposta de “Alteração do mapa de pessoal em virtude do aumento do número de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho da Maia das atividades de enriquecimento curricular”, foi aprovada por unanimidade.-----

3.7. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.ª Revisão do Orçamento Financeiro para o ano financeiro de 2013.-----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu.-----

----- Posta à votação a proposta de “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.ª Revisão do Orçamento Financeiro para o ano financeiro de 2013”, foi aprovada por maioria, com trinta e três (33) votos a favor da Coligação “Sempre pela Maia”, da CDU, do BE, do PAN e do Independente de Vila Nova da Telha e dez (10) abstenções do Partido Socialista.-----

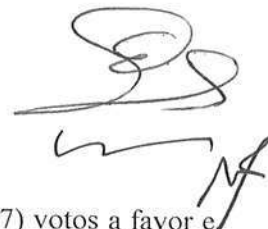
3.8. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Festa de Natal 2013 – atribuição de subsídio.-----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu.-----

----- Posta à votação a proposta de “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Festa de Natal 2013 – atribuição de subsídio”, foi aprovada por unanimidade. -----

3.9. Indicação do nome de Presidente da Junta de Freguesia eleito para exercer o mandato de 2013/2017, na Assembleia Distrital do Porto.-----

----- Foi presente à Mesa uma proposta da Coligação “Sempre pela Maia”, atribuída com a letra A (documento 26).-----



----- Corrido o escrutínio secreto, o resultado foi o seguinte: Lista A: vinte e sete (27) votos a favor e dezasseis (16) votos em branco, sendo eleito para a Assembleia Distrital do Porto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa, Luís Cândido Ribeiro de Sousa.-----

3.10. Assunção de compromissos com plurianualidade referentes a processos de despesa desenvolvidos em 2013 ao abrigo da autorização genérica.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.11. Assunção de compromissos com plurianualidade referentes a processos de despesa desenvolvidos em 2013 ao abrigo da autorização genérica – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia;-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.12. Competências da Assembleia Municipal – Documentos previsionais da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., da Fundação do Conservatório de Música da Maia e do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia;-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.13. “Aquisição de serviços de auditoria externa em cumprimento do estabelecido no art.º 48.º da atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) e artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro” – Proposta de adjudicação”-----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado Cristiano Fernandes de Castro que cumprimentou todos os presentes, para questionar o Senhor Presidente da Câmara no porquê da aquisição destes serviços com adjudicação direta e a esta entidade.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, informou que este assunto já tinha sido presente na última sessão, em que foi escolhido o ajuste direto. Foi escolhida esta empresa porque era o auditor que já estava no município da Maia e teve uma redução de 10% de acordo com a legislação ao anterior. Tinha feito um trabalho exemplar e como a

Lei previa e definia essa prerrogativa que a Câmara e a Assembleia Municipal tinha e foi por isso que decidiram fazer esta adjudicação.-----

----- Posta à votação a proposta de “Aquisição de serviços de auditoria externa em cumprimento do estabelecido no art.º 48.º da atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) e artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro” – Proposta de adjudicação”, **foi aprovada por unanimidade, com quarenta e um (41) votos a favor da Coligação Sempre pela Maia, pelo PS, pela CDU, pelo PAN, pelo Independente por Vila Nova da Telha e duas (2) abstenções do BE**.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e dois minutos do dia vinte e sete de dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Emília de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____

Assembleia Municipal da Maia

De: Maria Alexandra Torres [malexandratorres11542p@gmail.com]
Enviado: segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 9:33
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Re: 4.ª Sessão Ordinária

Bom Dia,

Informo que não poderei estar presente na próxima assembleia municipal dia 26 de Dezembro.

Atenciosamente,

Alexandra Torres Teles de Menezes

No dia 13 de Dezembro de 2013 às 15:58, Assembleia Municipal da Maia <assembleia@cm-maia.pt> escreveu:

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **4.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **26 de dezembro**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.

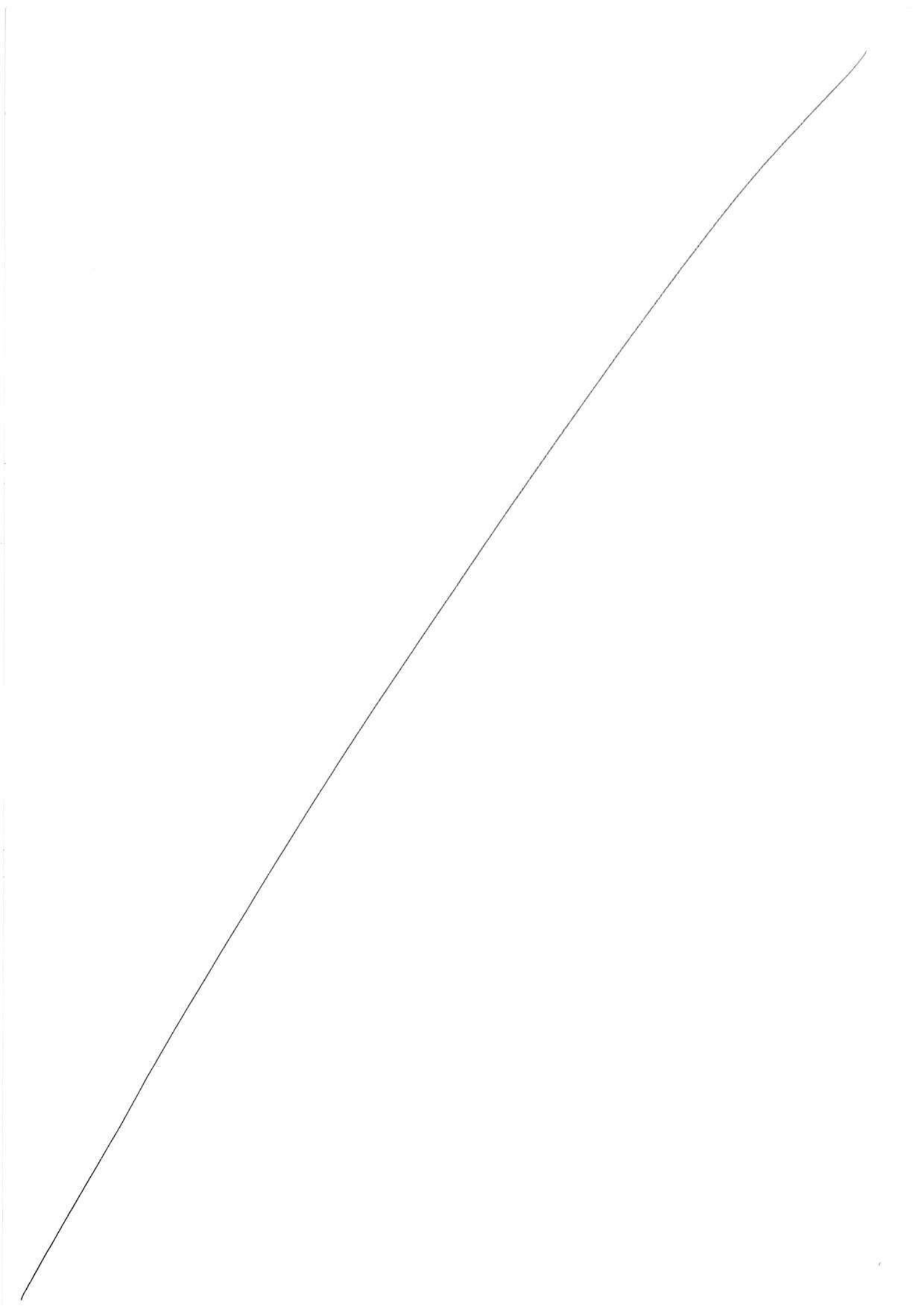
Oportunamente serão enviadas as convocatórias.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

*Perseguido e
o seguinte,
16/12/13*



Assembleia Municipal da Maia

De: Carlos Assunção [cmpa.pt@gmail.com]
Enviado: terça-feira, 17 de Dezembro de 2013 9:27
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Assunto: RE: 4.ª Sessão Ordinária



Exmo. Sr. Presidente, Sr. Luciano da Silva Gomes

Na sequência da convocatória para a 4ª sessão ordinária da Assembleia Municipal que V. Exa. enviou, venho desde já informar, de que não estarei presente na referida Sessão Ordinária de 26-12-2013, e como tal a mesa deverá marcar a respetiva falta.

Não é meu hábito faltar aos compromissos e responsabilidades em que estou investido e que assumi de forma livre.

Atendendo a que regimentalmente, esta é a única Sessão Ordinária que pode ser marcada numa janela de 60 dias (Novembro ou Dezembro), entendo que a semana de Natal (e uma vez que este ano o Natal é exatamente a meio da mesma), é talvez a única semana em que por razões culturais, religiosas, familiares, que V. Exa. tão bem conhece e não tenho dúvidas é sensível, esta sessão não deveria ter sido marcada.

A grandeza da Maia (incluindo a populacional, 1981- 81 679 habitantes, 2011- 135 306 habitantes fonte: wikipédia), só foi possível porque o município conseguiu criar estruturas e qualidade de vida, que atraíram muitos milhares de pessoas dos mais variados pontos do país, e que seguramente é nesta quadra que se deslocam às suas terras natais, onde muitos passam o resto da semana e convivem com as suas famílias e as suas raízes, pois como todos sabemos há muitas empresas que encerram para férias nesta quadra, e muitas pessoas que pedem alguns dias de férias nas empresas ou instituições que não encerram.

Como o órgão ASSEMBLEIA MUNICIPAL, representa o povo, e o povo a ela pode assistir ou mesmo nela se exprimir (somente 5 vezes por ano) como previsto regimentalmente, acho que a data escolhida por V. Exa. é infeliz, e de alguma forma "exclui" muitos maiatos que eventualmente quisessem estar presentes ou nela participar, sendo esta em minha opinião, a Sessão Ordinária mais importante de cada ano, pois é nela que se irá aprovar o orçamento do ano seguinte.

Entendo ser da mais elementar justiça para com o povo que nos elegeu, que esta deva ser efetuada numa data, em que nenhuma situação extraordinária possa afastar os maiatos de nela participarem.

Para finalizar, acho que sessões marcadas para datas como esta, contribuem para os Maiatos se afastarem da política e dos políticos, pois dá a sensação que fazemos as coisas para falarmos para nós próprios.

Aproveito a oportunidade para lhe desejar a si e á sua família, um Santo Natal e um excelente 2014.

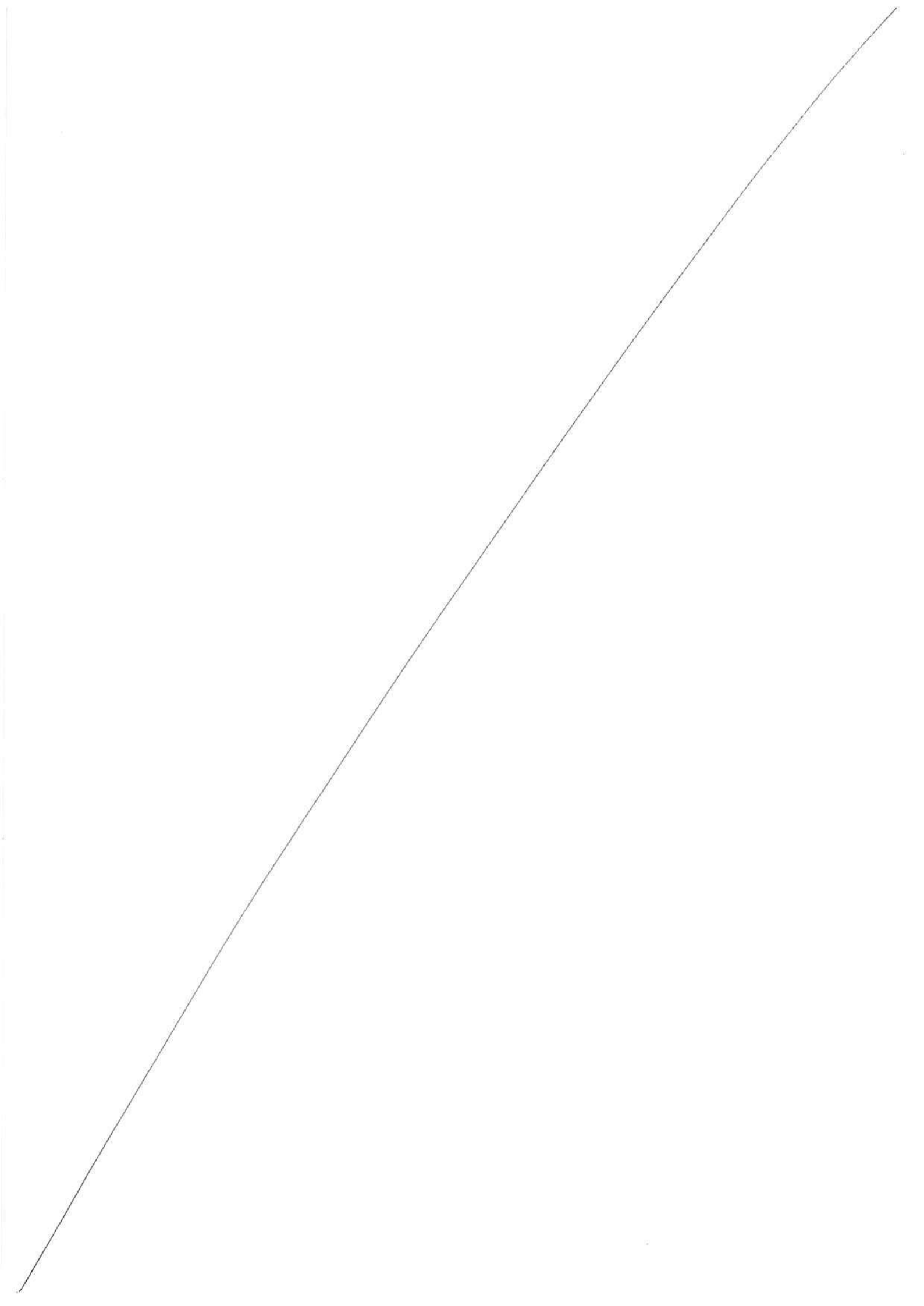
Com os melhores cumprimentos,

Carlos Assunção

De: Assembleia Municipal da Maia [mailto:assembleia@cm-maia.pt]
Enviada: sexta-feira, 13 de Dezembro de 2013 15:59
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: 4.ª Sessão Ordinária

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as) Municipais,

Serve o presente para convocar V. Exas para a **4.ª Sessão Ordinária** a realizar no próximo dia **26 de dezembro**, pelas 21h30, no Salão Nobre no Edifício dos Paços do Concelho.



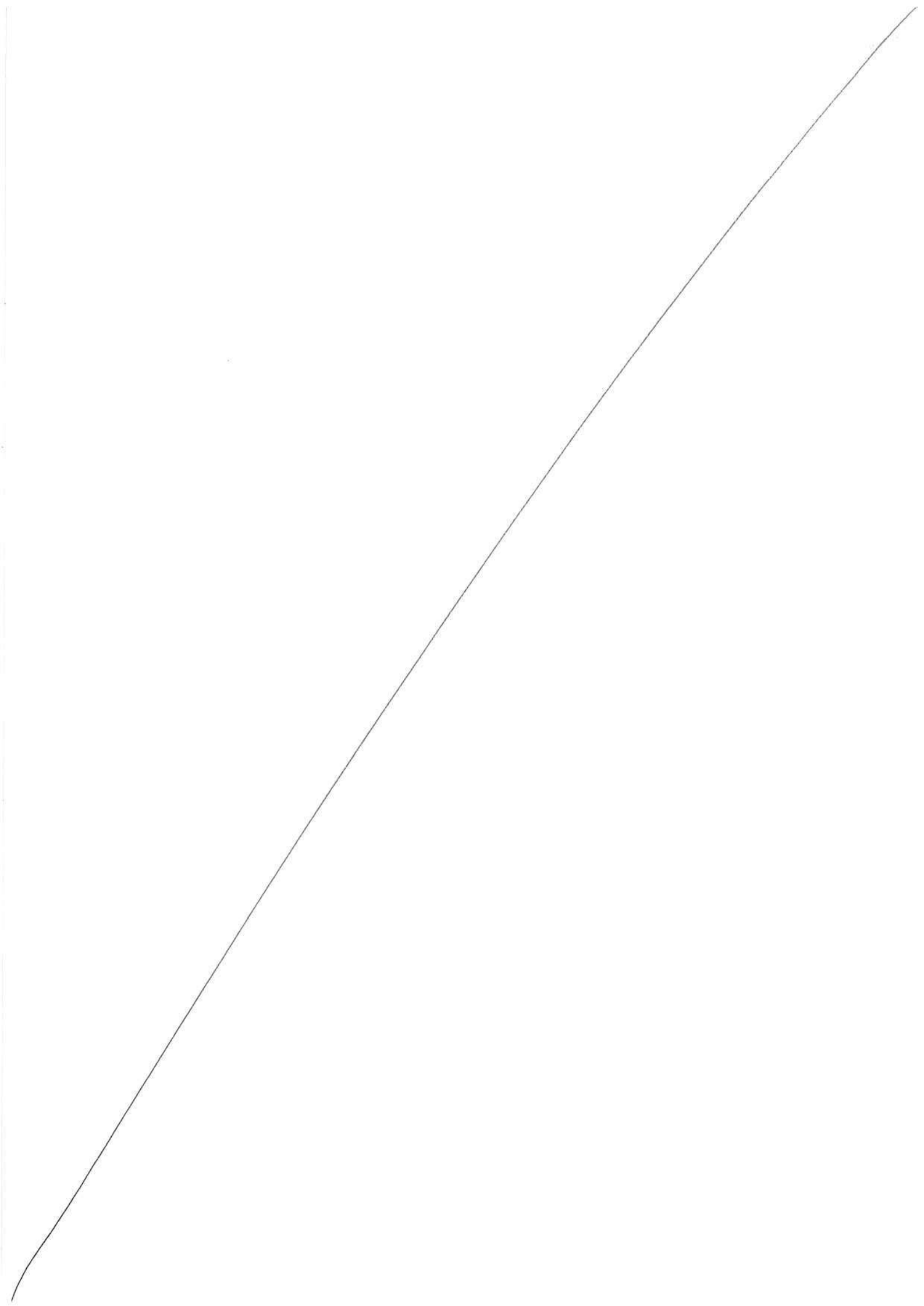
Oportunamente serão enviadas as convocatórias.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Luciano da Silva Gomes

Handwritten signature of Luciano da Silva Gomes, consisting of a stylized 'L' and 'S' followed by a horizontal line and a final flourish.



Assembleia Municipal da Maia

De: Pedro Miguel Marques [pedro.marques@amnadvogados.com]
Enviado: quinta-feira, 19 de Dezembro de 2013 15:22
Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
Assunto: [Possível Spam] Requerimento de substituição por ausência
Anexos: image002.png

Importância: Baixa



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Maia,
Sr. Luciano da Silva Gomes,
Os meus cumprimentos.

Venho pelo presente transmitir a V.Ex.a. que me encontro impossibilitado de estar presente na Assembleia Municipal convocada para o dia 26 de Dezembro de 2013, por ausência, a qual não é superior a 30 dias.

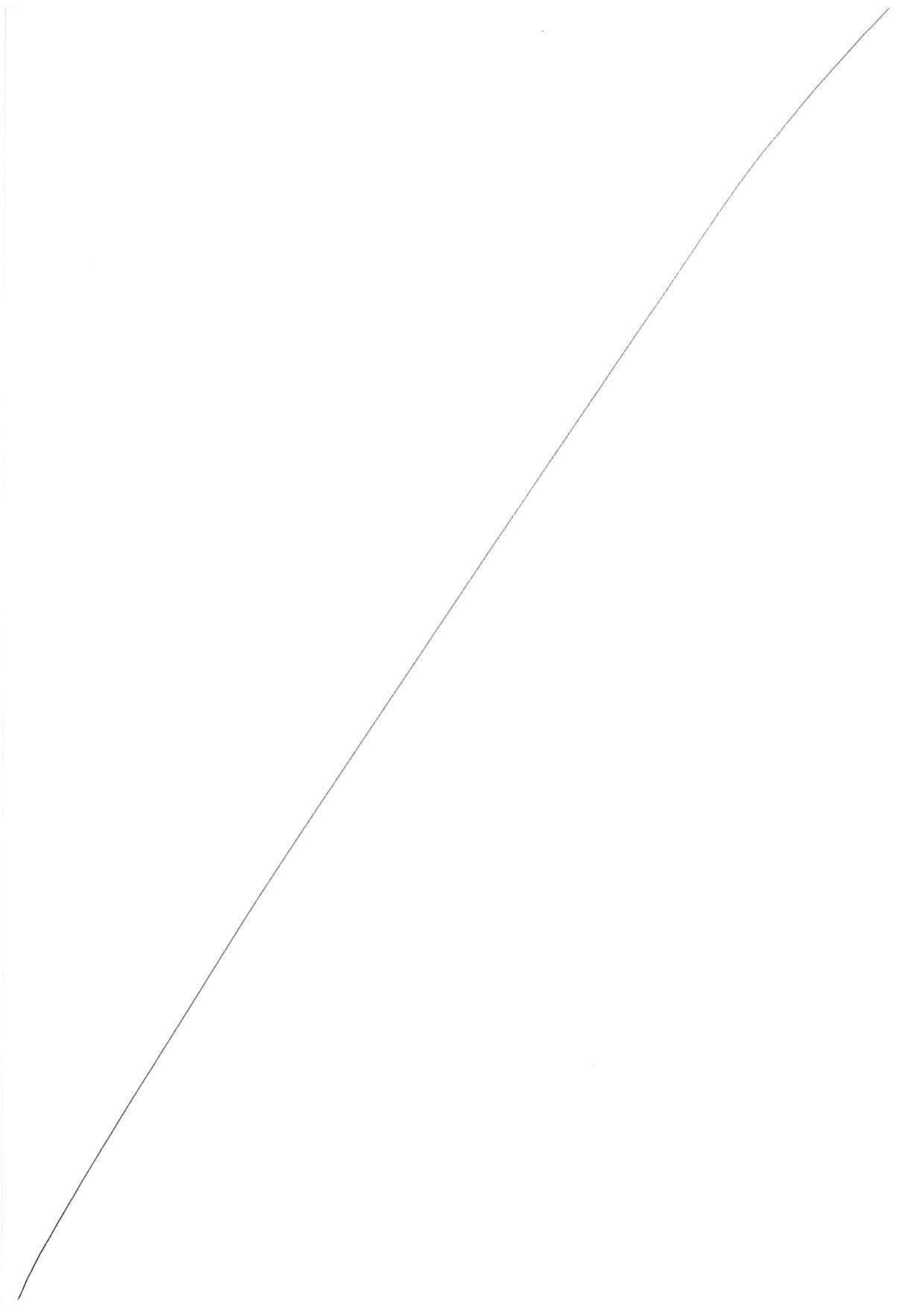
Deste modo, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, venho requer a V.Ex.a a minha substituição pelo membro eleito na coligação "Sempre pela Maia" pelo CDS-PP imediatamente a seguir, Tiago Oliveira.

Comunico-lhe ainda que já fiz chegar ao meu substituto todos os elementos que me foram atempadamente entregues, nomeadamente a convocatória para a Assembleia Municipal, bem como todos os elementos que instruem a Ordem de Trabalhos do referido dia 26 de Dezembro.

A ausência que leva ao pedido de substituição inicia-se no dia 24 de Dezembro e termina a 27 de Dezembro do ano de 2013.

Sem outro assunto e desejando a V.Ex.a, aos restantes membros que compõe a mesa da Assembleia Municipal e a todos os deputados municipais um Santo Natal e Um Bom Ano de 2014, subscreve-se com consideração,

Pedro Miguel Machado Marques





Exmo. Senhor
LUCIANO DA SILVA GOMES
 M. I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia
 Praça Dr. José Vieira de Carvalho
 4474 - 006 MAIA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência
788/2013Águas Santas, Maia
23/12/2013ASSUNTO: **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO**

Exmo. Senhor Presidente

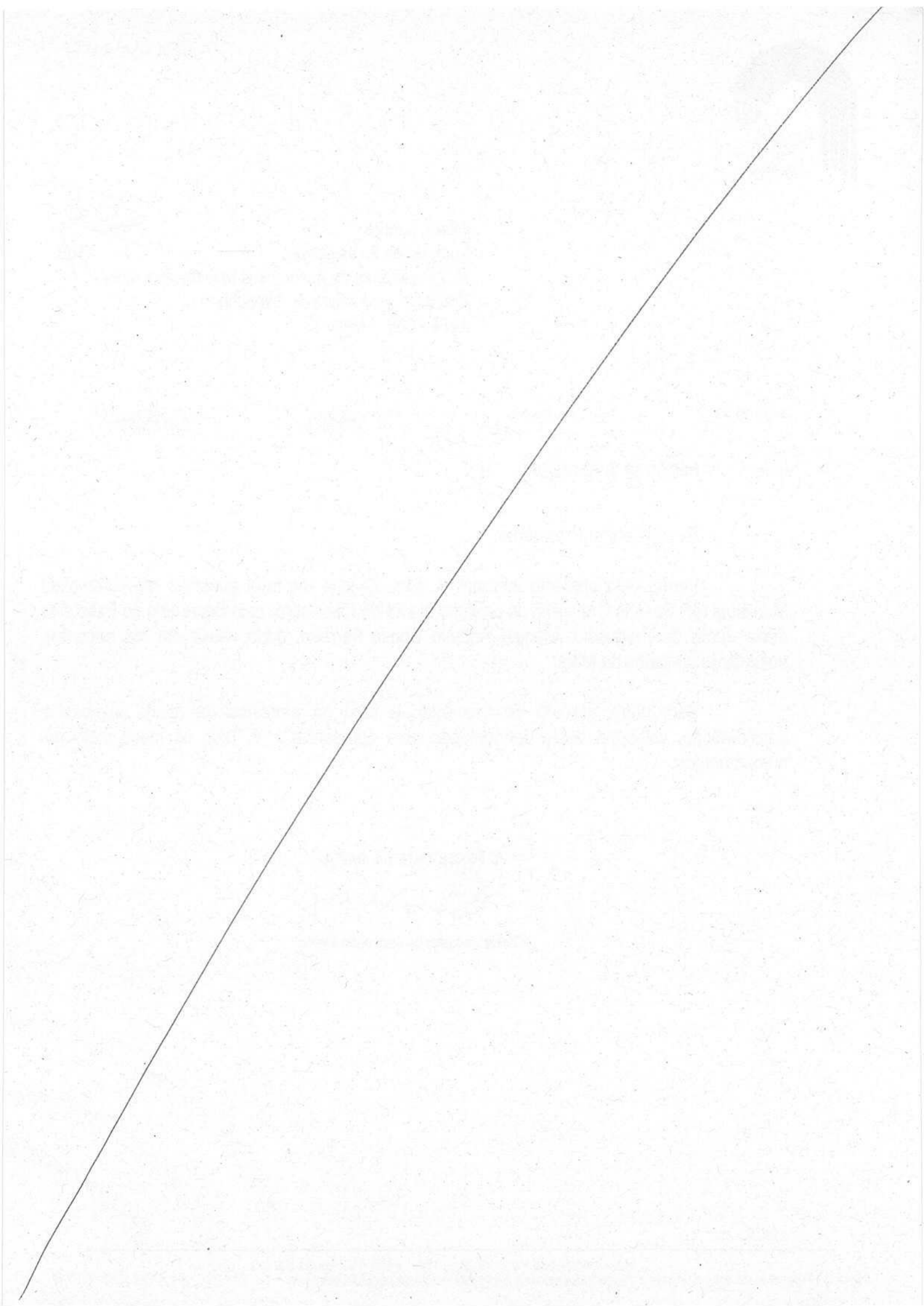
Venho pelo presente informar V. Exa. de que me farei substituir na Assembleia Municipal (4ª. Sessão Ordinária) do próximo dia 26 de Dezembro, pelo Secretário do Executivo desta Junta de Freguesia, Manuel António Sousa Ferreira, dado nesse dia me encontrar ausente do concelho da Maia.

Sem outro assunto de momento, e com os protestos da minha expressiva consideração, valho-me desta oportunidade para apresentar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA JUNTA

(Carlos Joaquim de Ascensão Vieira)

FS/CR





PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.psamaia.org

Documento 5

Preciso
Antes do
Ordem do dia:

fec. →
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Exmo. Senhor. Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,

Exmo. Senhor. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O município da Maia em parceria com a Fundação CEFA promoveu a realização de um seminário sobre a Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Este evento decorreu no dia 4 de Novembro no pequeno Auditório da Maia.

1

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal teve a gentileza de convidar os Srs. Deputados Municipais que, obviamente, pudessem a estarem presentes. Em nome do Partido Socialista quero desde já agradecer o convite. Contudo, como o mesmo decorreu num dia de semana e pelas 14 horas, verifiquei que não foram muitos os participantes. Por isso, dos ensinamentos e esclarecimentos recolhidos, gostaria, hoje, aqui, nesta



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.pismaia.org

assembleia de partilhar convosco a minha análise e reflexão sobre o assunto.

Esta Lei teve a sua génese, fruto da lavra governativa de Miguel Relvas, e entrou em vigor no dia 30 do mesmo mês. De facto, do seu progenitor não era de esperar grande coisa, porém depois de discutida na especialidade sempre se acabou por tirar um ou outro ponto positivo.

Este diploma veio instituir um novo regime jurídico para as autarquias locais, definindo também o novo estatuto para as entidades intermunicipais, dispondo sobre atribuições, competências, transferências, delegações e relacionamento entre os vários órgãos, bem como sobre o associativismo autárquico.

Uma das principais inovações refere-se, precisamente, às entidades intermunicipais, à sua reformulação e ao alargamento das suas atribuições e competências no contexto da administração local que surgem assim como entidades cimeiras e agregadoras, esvaziando por conseguinte, um pouco mais a autonomia dos concelhos. No entanto, relativamente a estas entidades e às suas novas disposições legais, não vou focalizar-



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.pismaia.org

me muito, porque considero a maior parte das suas alterações uma verdadeira inquinidade relvática. Não é por acaso que este governo, de maioria PSD/CDS, em 3 orçamentos ainda não tenha apresentado aos portugueses, um, que não esteja ferido de inconstitucionalidades. Mas voltemos á análise.

da Estoril

Quanto às Autarquias Locais e no que concerne às suas atribuições é de realçar o fato das mesmas passarem a ser identificadas de acordo com uma cláusula geral e não com base no elenco taxativo constante do regime anterior. Esta inovação é muito importante por permitir a ampliação das competências das Autarquias Locais quer por via da transferência, quer por via da delegação, em todos os domínios, desde que se configure adequada a sua prossecução pela administração local.

3 _____

Numa lógica de proximidade, outro fator importante a reter neste novo regime, é o reforço dos poderes das Juntas de Freguesia, uma vez que lhes são legalmente delegadas competências de controlo prévio e fiscalização em matérias ligadas à utilização e ocupação da via pública, publicidade e



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.pdmaia.org

limpeza do espaço público. Para esse efeito a lei prevê que no prazo de 180 dias a contar da sua entrada em vigor as Câmaras Municipais celebrem acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

No que concerne ao regime de transferência e delegação de competências do Estado nos órgãos das Autarquias Locais e entidades intermunicipais e dos órgãos municipais nos órgãos das entidades intermunicipais e das juntas de freguesia, o novo regime veio impor a obrigatoriedade de a delegação ser efetuada por contrato inter-administrativo, sob pena de nulidade.

4

Quanto às Juntas de Freguesia, para além da delegação legal prevista no diploma, existe uma cláusula genérica de delegação que permite atribuir muitas outras competências, por via da celebração de acordos de execução ou para as entidades intermunicipais, através de contrato inter-administrativo.

Assiste-se assim, a um esvaziamento do núcleo essencial das competências indelegáveis dos municípios que passam a poder



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.pismaia.org

integrar os poderes das entidades intermunicipais e das juntas de freguesia, observados determinado tipo de requisitos, designadamente os constantes dos artigos 116º e ss da nova lei.

Após esta análise sintética, e tendo em conta que nesta Assembleia Municipal iremos, mais à frente, discutir o Orçamento da CMM para 2014, e uma vez que não vemos nele qualquer sinal da aplicação desta lei, nomeadamente, no que concerne ao reforço de verbas e dos poderes das Juntas de Freguesia e considerando ainda, que já decorreu metade do tempo para o estabelecimento de acordos de execução com estas entidades, gostaria de questionar a Câmara Municipal sobre o ponto de situação da aplicação desta Lei:

5 _____

- Há já algum tipo de conversação com as Juntas de Freguesia com o intuito de proceder à delegação de poderes e respetiva celebração de contratos?



PARTIDO SOCIALISTA
Grupo Assembleia Municipal

www.pdmaia.org

- Se sim, que delegações estão a ser consideradas para transferência?

- Que Juntas de Freguesia estão ou irão celebrar os respetivos contratos?

Em suma, o Grupo do PS gostaria de conhecer o ponto de situação à data da aplicação da Lei no nosso Município.

Disse,

6

Maia, 26 de dezembro de 2013

António Teixeira



Moção

Nelson Mandela, Prémio Nobel da Paz e Pai da África do Sul faleceu a 6 de Dezembro de 2013, com 95 anos deixando um legado de luta contra e do fim do apartheid, de resistência, de paz e tolerância que não pode deixar indiferente esta Assembleia Municipal.

Foi o expoente máximo da luta contra a segregação racial em defesa da dignidade e dos direitos humanos em todas as suas dimensões

Madiba como era tratado e conhecido pelos seus mais próximos e admiradores foi um herói incontornável de luta pela liberdade e a democracia.

Os seus 27 anos de prisão demonstraram toda a sua grandeza humana de resistência e de luta nunca cedendo aos princípios e aos objectivos de libertar o seu povo e a África do Sul de um dos regimes mais tenebrosos de África.

O seu exemplo de amor ao seu povo, de apenas usar o poder tempo útil e suficiente para o servir, unir e pacificar não querendo eternizar esse poder é uma demonstração de toda a sua nobreza política e humana.

A decência política e a forma como pautou toda a sua vida de resistência e de luta não pode deixar de merecer desta Assembleia Municipal um sentido voto de pesar pela perda irreparável de um Nobel de Paz que nos deixa mais pobres e vazios.

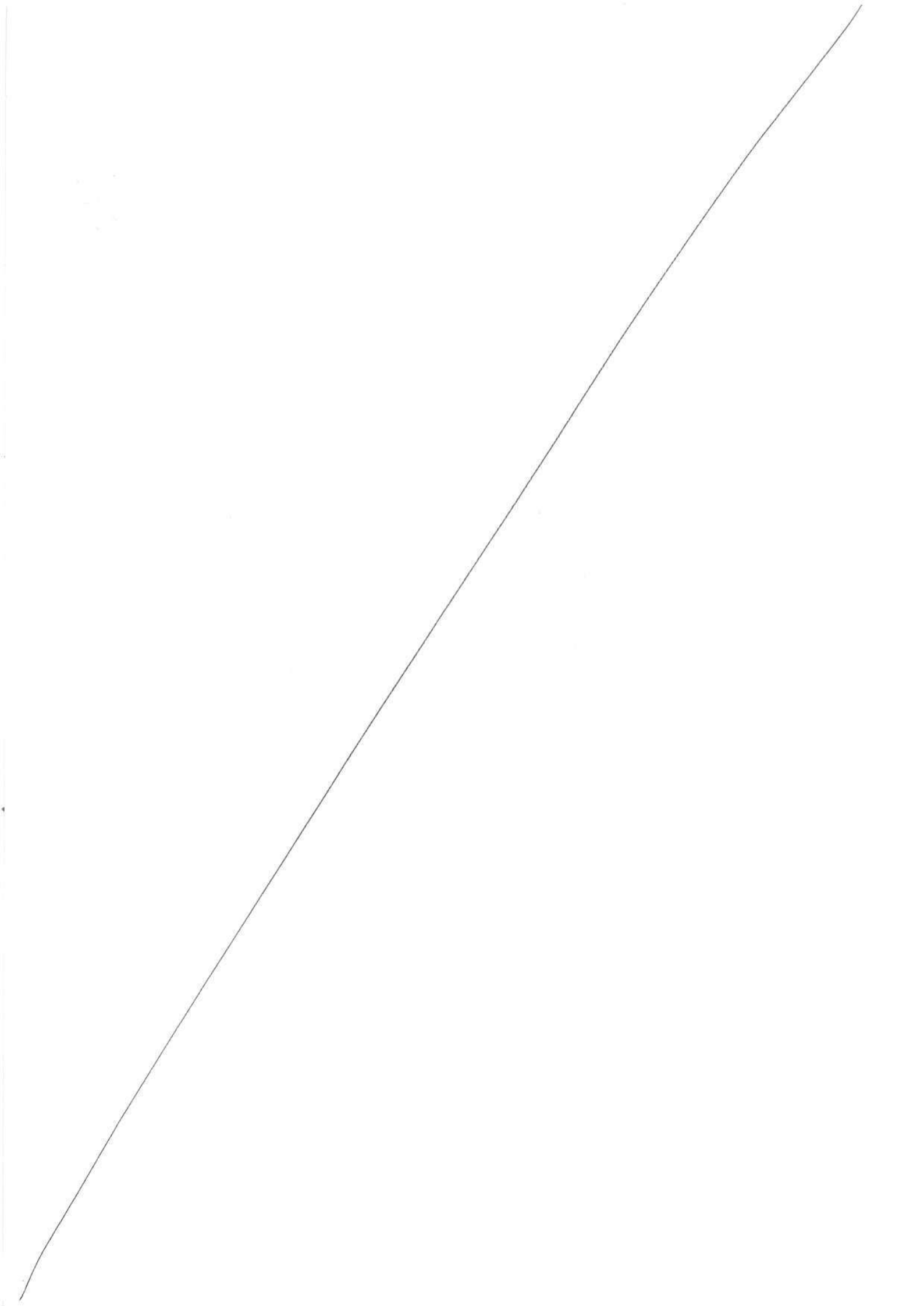
Assim sendo, a Assembleia Municipal da Maia, reunida a 26 de Dezembro de 2013, pelas 21h30m para além de respeitar um minuto de silêncio em sua memória decide:

- Saudar o seu papel fundamental no fim do regime opressivo e segregador do Apartheid;
- Relevar o seu papel humano de resistente, de lutador e defensor dos mais elementares direitos humanos
- Enviar esta Moção em forma de voto de Pesar à família e ao povo da África do Sul à embaixada em Portugal.

Os eleitos Municipais do BE

Silvestre Pereira

António Neto





Proposta de Recomendação

Redução do Horário de Trabalho nos Serviços Municipais da Maia

O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de 35 horas semanais para 40 horas, sob o argumento da igualização do horário de trabalho com o praticado no sector privado.

O aumento de 35 para 40 horas semanais não traz maior produtividade aos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos munícipes, objetivos que devem encontrar soluções no âmbito organizacional e da formação.

O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim, prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público de qualidade a prestar pelo município.

Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais.

Constituindo claramente uma desvalorização salarial (há quem a avalie em cerca de 14%) e uma pressão para a redução de postos de trabalho, o aumento do horário de trabalho não encontra qualquer justificação nem argumentos a favor dos trabalhadores e do próprio município.

O aumento do tempo laboral para as 40 horas, a par do ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local.

Tendo em consideração o teor do Acórdão nº 794/2013 do Tribunal Constitucional.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 26 de Dezembro de 2013, pelas 21h30m, delibere:

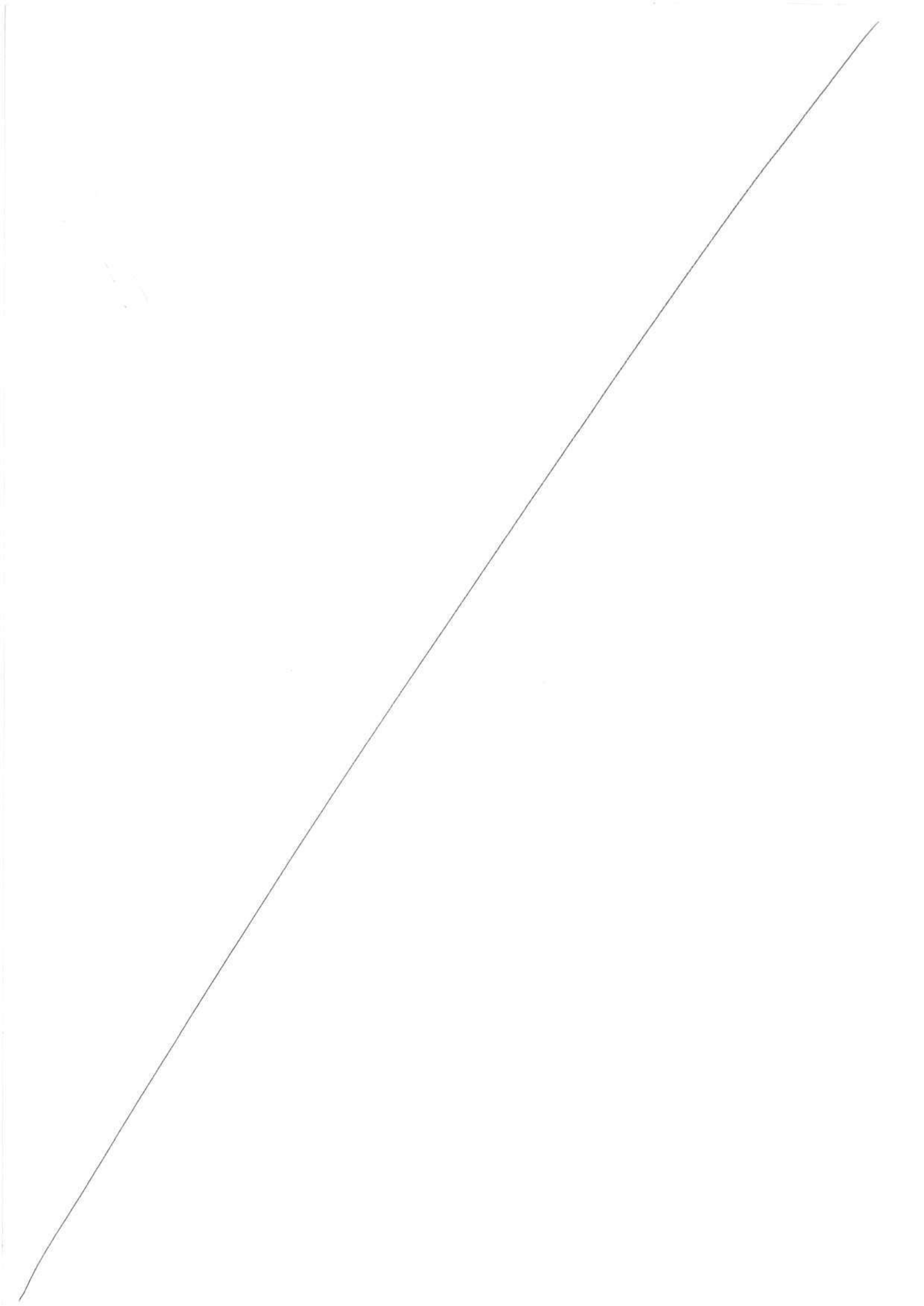
Recomendar à Câmara Municipal da Maia no âmbito do exercício da Autonomia Local, a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais dos funcionários de todos os serviços do município

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS

António Neto

Silvestre Pereira

Maia, 26 de Dezembro de 2013



Bloco de Esquerda

**TAXA MUNICIPAL DIREITO DE PASSAGEM****Proposta de Recomendação**

As Taxas Municipais de Direito de Passagem e de ocupação de Subsolo não devem incidir sobre o consumidor final

A utilização do subsolo como meio físico de passagem ou de instalação de equipamentos deve ser passível de uma taxa de passagem ao Município pelas empresas que a ela recorrem mas nunca deverá recair sobre o consumidor.

A lei nº 5/2004 (Lei das comunicações electrónicas) alterada pela Lei nº 51/2011 estabelece que os direitos e encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas, podem dar origem ao estabelecimento de TMDP.

A Lei nº 53-E/2006 enquadra do ponto de vista jurídico a cobrança da taxa por ocupação do subsolo. Nos termos deste diploma legal, cabe às Assembleias Municipais a decisão sobre a existência e o valor da referida taxa.

Os princípios de justiça e de defesa dos interesses dos munícipes devem sobrepor-se aos interesses dos grandes grupos económicos lucrativos.

Porém, o Conselho de Ministros por decisão de 8 de Abril de 2008 cedeu aos interesses dos grandes grupos económicos ao permitir que estas possam incidir sobre o consumidor final (munícipe) as taxas que lhe são cobradas pelos Municípios.

Não se questiona a justeza da cobrança pelos municípios da TMDP mas devem ser assumidas pelas operadoras como custos de investimentos de operacionalização e não devem ser pagas pelos consumidores mas repercutir-se sobre as empresas operadoras (utilizadoras)

Na sequência do compromisso assumido na última sessão da Assembleia Municipal propomos a seguinte a Recomendação:

No uso pleno das competências desta Assembleia e de acordo com o art. 25º, p.2, da alínea j) da Lei nº 75/2013 de 12.09 o qual estipula que são competências de fiscalização e apreciação:

- Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado sobre assuntos de interesse do município;

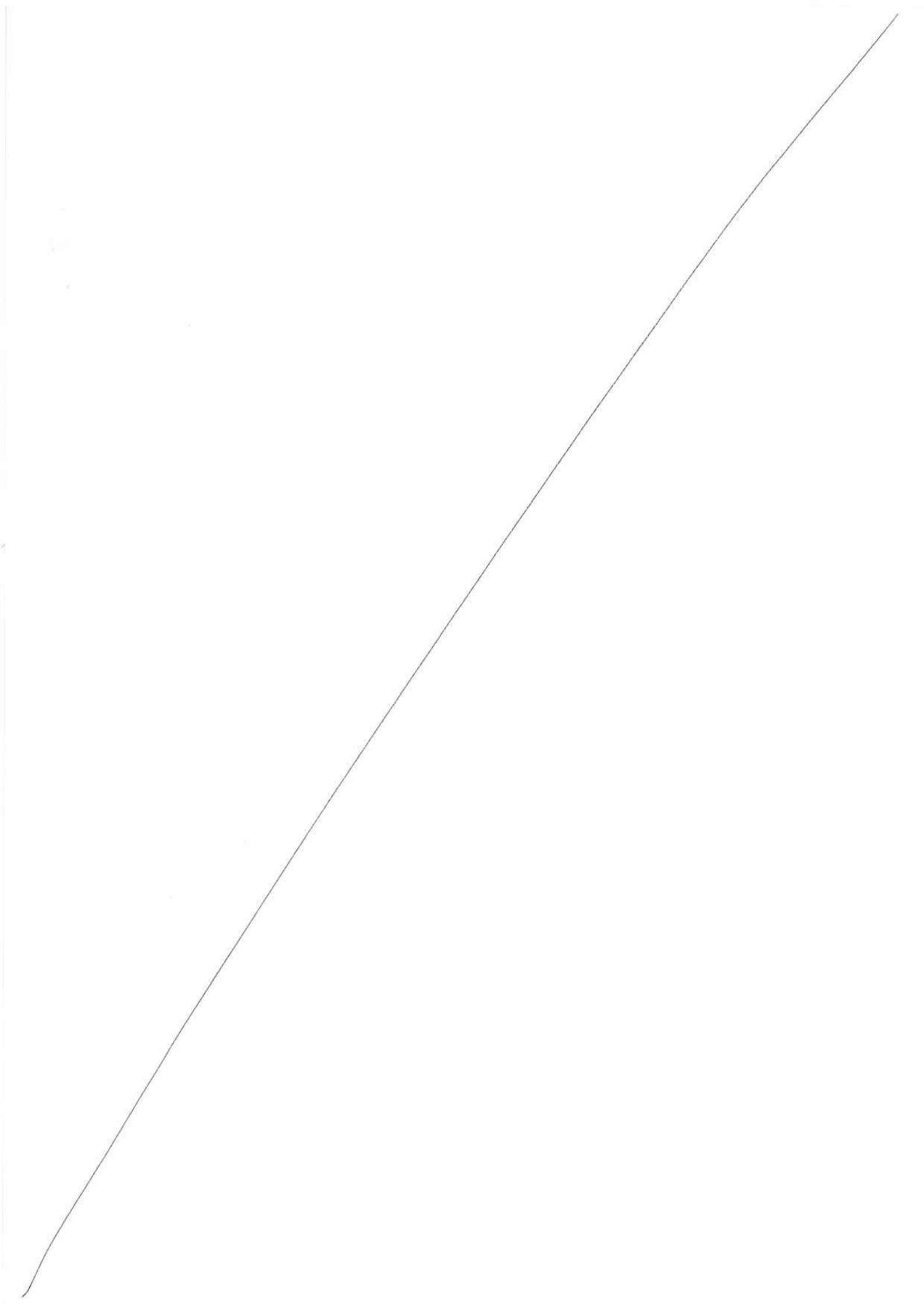
Recomendar à Assembleia à Assembleia da Republica e aos Grupos Parlamentares a alteração da legislação no sentido de que seja proibido que a taxa Municipal de Direito de Passagem se repercute sobre o consumidor final.

Maia, 26 de Dezembro de 2013

O Grupo Municipal do BE

António Neto

Silvestre Pereira



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**Período de Antes da ordem do Dia**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Dos diversos assuntos que têm sido alvo de discussão pública ultimamente, há um que nos parece merecer uma alusão nesta Assembleia. Falamos da decisão do Governo em exigir trabalho gratuito aos trabalhadores da função pública. Os termos da discussão, de acordo com o modo manipulador como a direita a tem colocado, passa por ser um aumento do horário de trabalho. Na verdade, porém, trata-se de exigir mais horas de trabalho sem que as mesmas sejam pagas. É a forma pós-moderna que aquela gente arranjou para diminuir salários. De resto, justiça seja feita, não há muitos exemplos de tanta e tão colorida imaginação no que toca a empobrecer trabalhadores como a que PSD e CDS nos têm mostrado. Mas não foi por estas considerações que aqui vim.

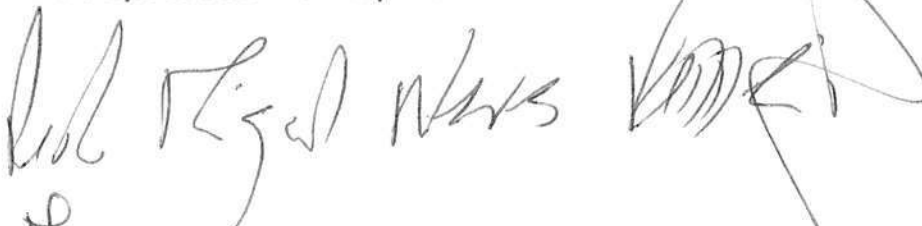
O senhor Presidente da Câmara da Maia, no último Conselho Metropolitano do Porto, afirmou que importaria definir quantas horas de trabalho terão os trabalhadores dos municípios da área metropolitana, se 35 ou se 40 horas semanais, procurando assim, segundo nos parece, uma uniformização dos mesmos. Perante o repto do senhor Presidente, entendemos que seria clarificador se

aqui nos explicasse como está actualmente a situação na Maia e por que solução pretende optar: se respeitar os contratos que foram estabelecidos com os trabalhadores, ou seja, 35 horas de trabalho semanal e respectivo salário, ou se optar pelo aumento das horas de trabalho, necessariamente pagando-as de acordo com as tabelas salariais vigentes. Estamos em crer que, independentemente das diferenças políticas que nos separam, V. Exa. é uma pessoa séria pelo que não fará eco dos desmandos irresponsáveis do Governo e denunciar unilateralmente o que está contratualizado com os trabalhadores, diminuindo-lhes os seus salários.

Gostariamos de ser informados sobre o que pretende o município fazer nesta questão, independentemente de qualquer uniformização metropolitana.

Maia, 26 de Dezembro de 2013

Os deputados municipais da CDU


Hárisa Rosaário talhas itacedo Ribeiro
Eustiano Fernandes de casto

Exmo. Senhor Presidente Assembleia Municipal da Maia

Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor Presidente CMMaia

Exmos. Senhores Vereadores

Exmas. Senhoras Deputadas

Exmos. Senhores Deputados

Minhas Senhoras

Meus Senhores



1

MOÇÃO

O **ENSEMBLE VOCAL NOTAS SOLTAS** é um grupo coral a 4 vozes. Trata-se de um grupo de câmara do Conservatório de Música da Maia, dirigido desde a sua constituição pelo Maestro Pedro Sousa, com currículo internacional.

Entre diversas atuações em importantes salas de espetáculo e igrejas do nosso país, em 2010, o EVNS logrou alcançar o diploma de Prata no primeiro festival de coros ao qual se deslocou, 20th International Festival of Advent and Christmas Music With Petr Eben's Prize, na República Checa, na categoria de Coros de Câmara.

Em 2012, alcançou novamente diploma de Prata nas categorias: Música Folk, Sácra e Secular, no International Koorfestival Tonen 2000, na Holanda.

Recentemente, em Novembro de 2013, o EVNS regressou a Portugal com o 1º prémio na categoria de Música Gospel, obtido, no 25th Sligo International Choral Festival & "The Gatering", na Irlanda.

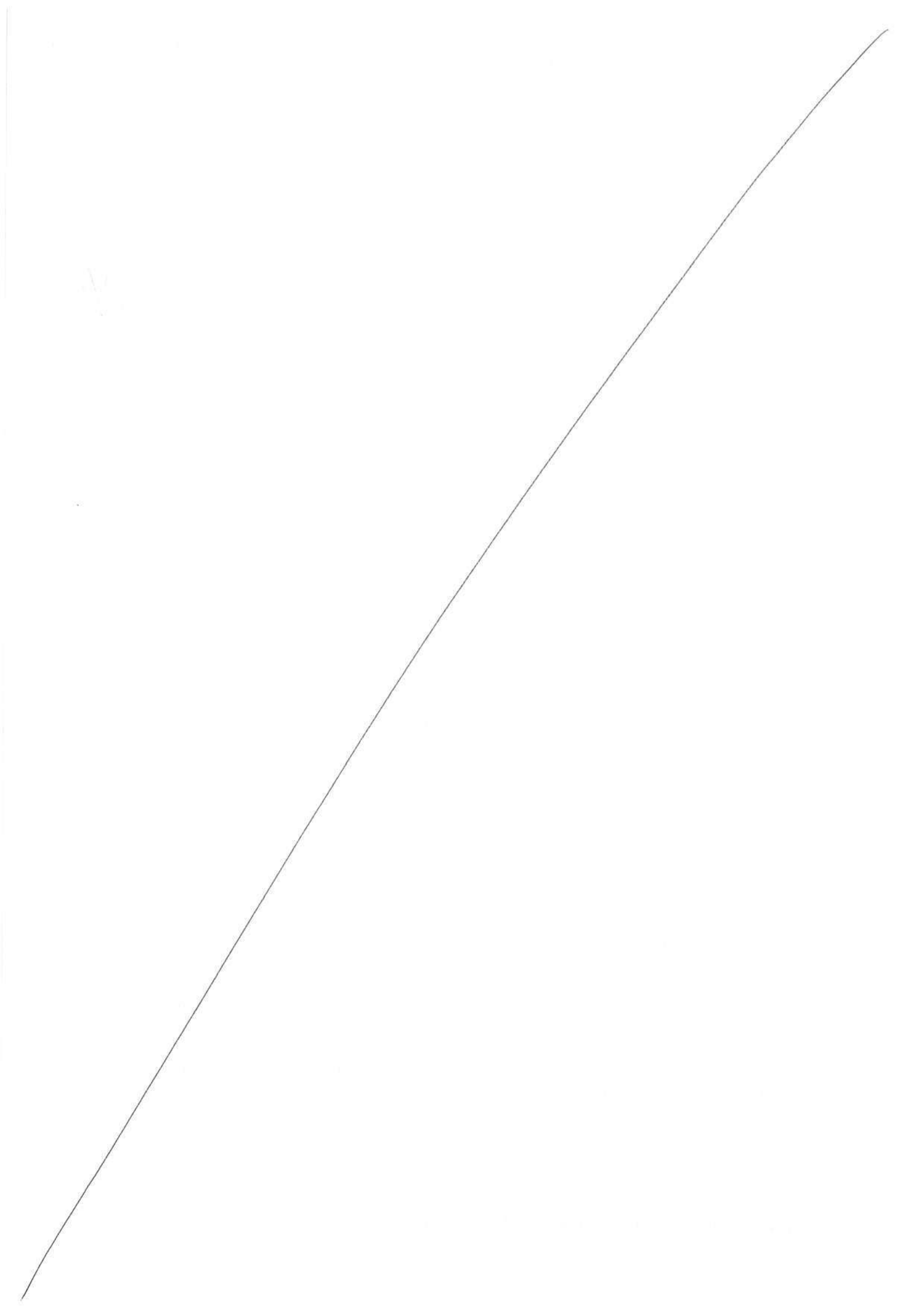
Este reconhecimento Internacional vem demonstrar que vale a pena continuar a investir na formação artística e musical dos jovens maiatos, que, para além dos organismos públicos vocacionados para o efeito, tem tido como principal parceiro, a Câmara Municipal da Maia, a qual através do Conservatório de Música da Maia, faculta às crianças e jovens do concelho, um ensino artístico especializado na Música, de qualidade reconhecida, sem o qual, estes sucessos não seriam possíveis.

São estes reconhecimentos que a todos nos deve encher de orgulho, mas em primeiro lugar, os jovens artistas, os seus professores e, naturalmente, as suas famílias.

Como exemplo sessões anteriores da Assembleia Municipal, não queremos deixar de aproveitar esta oportunidade, para enaltecer os êxitos alcançados, este ano, deste magnifico grupo coral:

"ENSEMBLE VOCAL NOTAS SOLTAS"

Período antes da ordem do dia 26 dezembro de 2013



Para tal apresentamos, aqui, hoje, uma moção, para atribuição de um voto de louvor a este grupo.

VOTO DE LOUVOR

Ao conquistar, o Primeiro Prémio, na vigésima quinta edição do **"Sligo International Choral Festival"**, na Categoria Gospel, realizado na Irlanda, durante o mês de Novembro, o grupo **"ENSEMBLE VOCAL NOTAS SOLTAS"**, sob a orientação do Maestro Pedro Sousa, conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama musical Internacional.

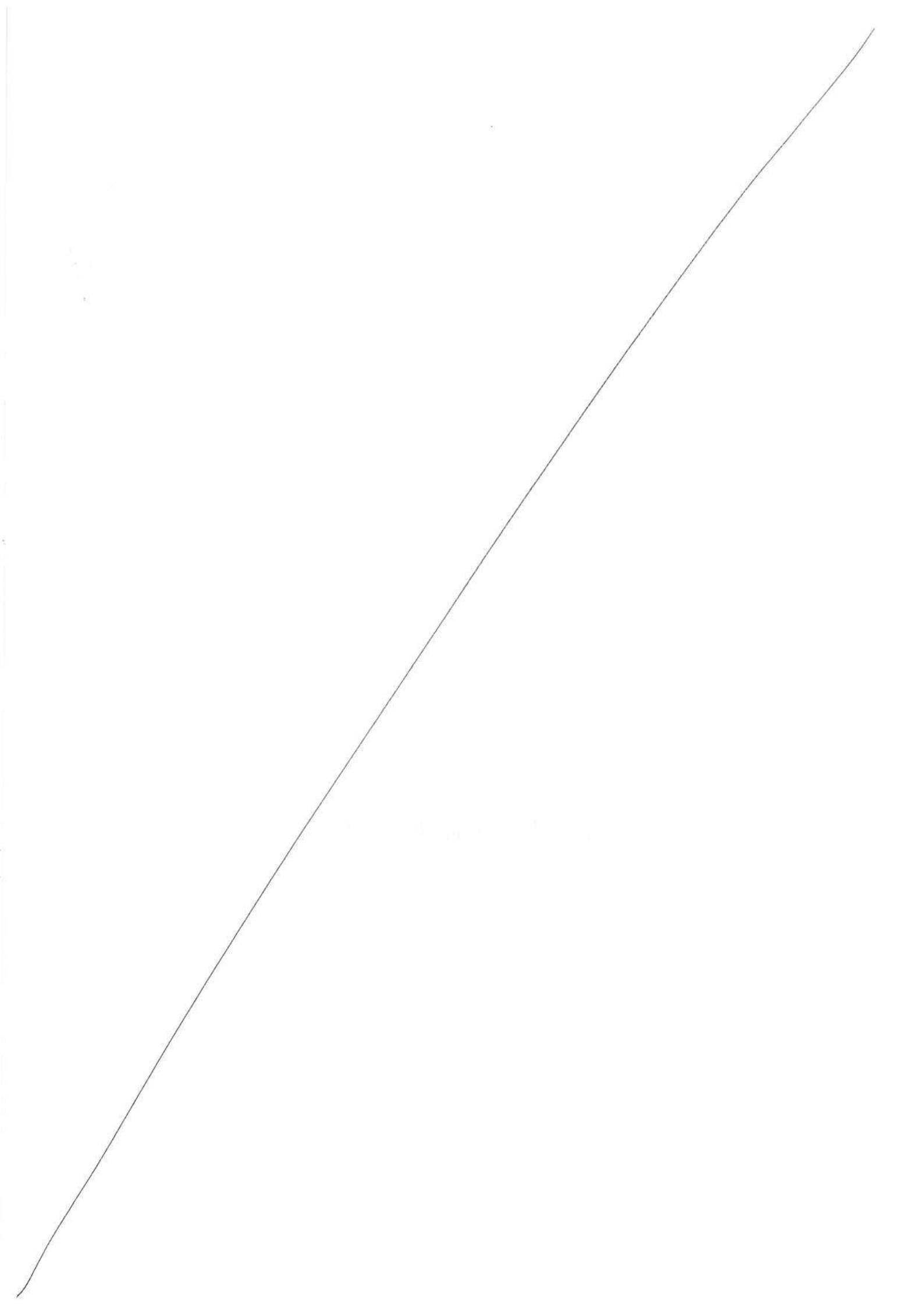
Com atribuição deste prémio, o grupo, ajudou a projetar, ainda mais, o nome da Maia, a nível Internacional, justificando, por isso, o investimento que tem sido feito, nos últimos anos, em especial, nesta área.

"Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua Sessão Ordinária realizada a 26 de Dezembro de 2013, apresenta ao grupo **"ENSEMBLE VOCAL NOTAS SOLTAS"** um **VOTO DE LOUVOR** extensivo a todos quantos ajudaram a alcançar tal feito musical, em especial o **Maestro Pedro Sousa e todos os jovens que corporizam este grupo**, que muito nos honram e encham de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes."

Maia, Paços de Concelho, 26 de dezembro de 2013

Pela Coligação "Sempre pela Maia"

José Manuel Almeida Sampaio



Exma. Mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do seu presidente Sr. Luciano da Silva Gomes e restantes membros da mesa

Exmo. Executivo do município na pessoa do sr. Presidente da câmara municipal e senhores vereadores aqui presentes

Caros membros da assembleia municipal

Estimado publico

boa noite

No período que mediou a anterior reunião desta assembleia e a assembleia que hoje nos reúne foram assinalados 2 dias de extrema importância no domínio da consciencialização social e, mesmo, na chamada de atenção das pessoas para o mundo que as rodeia: reporto-me ao dia da pessoa com deficiência e ao dia da pessoa com esclerose múltipla.

A câmara da maia, como tem sido habitual, promoveu uma iniciativa no seu pavilhão municipal para assinalar a data da pessoa com deficiência, que nos deixa a todos muito orgulhosos pela sensibilidade demonstrada, mas sobretudo pelo sucesso que esta iniciativa tem revelado.

Efectivamente, tratam-se de duas datas que não deviam, pela sua pertinência, ser assinaladas para ^{lembrar}lembrar-nos das necessidades que essas pessoas têm... necessariamente diferentes das nossas, mas antes para festejar a sua integração completa na sociedade assim como a sua mais valia pessoal e profissional.

Entre muitas verdades e algumas falsas verdades, e alguns interesses omissos que ~~for~~ ouvindo nos órgãos de comunicação social de intervenientes e de responsáveis por algumas das entidades que coordenam esses movimentos, fica uma grande verdade: temos de lutar para que quer ideologicamente, quer de forma pragmática e objectiva tenhamos a aproximação a uma sociedade humanista que garanta a partida igualdade de oportunidades para todos, independentemente do seu estadio basal.

Isto, porque para além de eticamente reprovável, em última instância o valor de cada um é dado em função da tarefa que executa, a flexibilidade que tem de resolver problemas dentro do seu âmbito profissional e a sua dedicação e por inerência competência no que concerne à tarefa que é suposto realizar.

Nisto, e mais uma vez o executivo da nossa maia tem sido um exemplo nacional. Exemplar ao ponto de já, por diversas vezes ter sido alvo de elogios públicos por integrar nos seus quadros colaboradores, independentemente de algum tipo de deficiência que possam ser portadores, integrando-os no mercado laboral e conseguindo deles uma relação simbiótica que permite servir os interesses laborais de ambas as partes. Quem de nós, ao percorrer os corredores camarários já não se deparou com esta realidade?

Aliás a câmara da maia é também exemplo pelas suas políticas que se adequam cada vez mais a tudo e a todos. ~~Seja~~ Vejamos, segundo o INE a Maia é o município com menor taxa de mortalidade por cada 100 000 habitantes, induzidos por acidentes de viação. A média nacional cifra-se nos 15.1 óbitos por cada 100 000 habitantes enquanto a maia apresenta números de cerca de metade com cerca 7.5 óbitos por cada 100 000 habitantes, enquanto a zona norte tem cerca de 12 óbitos por cada 100 000 habitantes provocados por acidentes de viação.

Mais, mesmo quando o acidente de viação acontece, a Maia mantém, segundo o INE números igualmente mais confortáveis quando comparados com os da zona norte e com os do país no que diz respeito a morbilidade traduzida pelos dias de internamento hospitalar por acidente de transportes com cerca de 11 dias de internamento em média para os acidentes ocorridos na maia, para os cerca de 13 dias de internamento por acidentes ocorridos no país. A taxa de letalidade nestes internamentos mantém-se

mais baixa na maia com cerca de 1 óbito por cada 100 000 habitantes para os 3 óbitos por cada 100 000 habitantes no panorama nacional.

Estes números demonstram capacidade na organização viária da nossa cidade, eliminação de barreiras físicas e consciencialização cívica do município. Demonstra um trabalho integrado com todas as entidades responsáveis com qualidade e sobretudo com um know how que já está ser copiado por algumas das autarquias vizinhas.

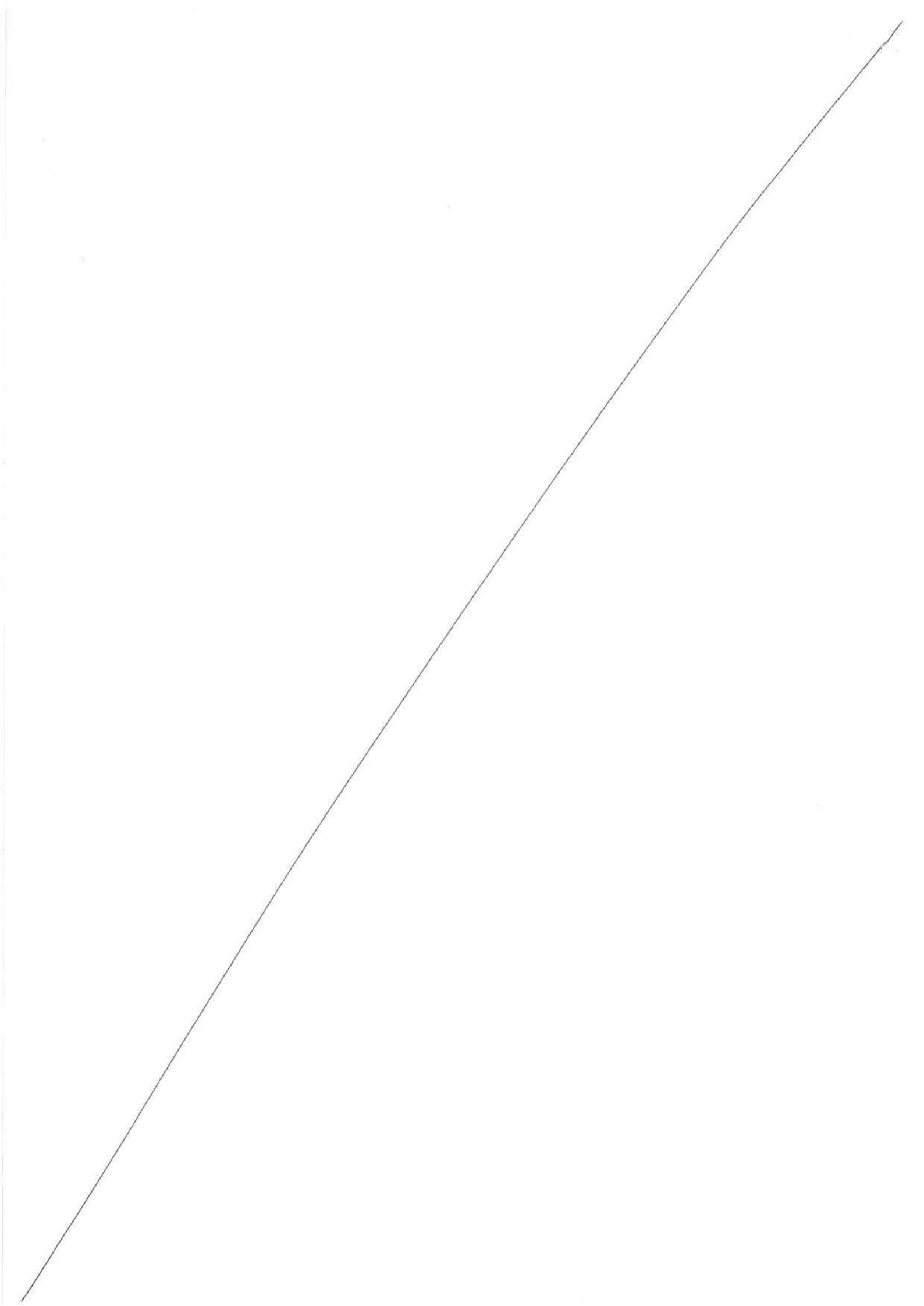
Apesar de tudo, temos por certo que na saúde, como em tantas coisas na nossa vida, a nossa maleita será sempre superior à do vizinho, turvando muitas vezes as opiniões que temos quando tentamos generalizar as medidas.

No meio de todos estes dados atrevo-me a terminar com pragmatismo. É dado objectivo que as autarquias, mas sobretudo a da Maia têm tido um papel fundamental na melhoria das oportunidades que dá às pessoas com algum tipo de deficiência e mesmo na empregabilidade de algumas delas nos seus quadros. Continua por isso a Maia, com o orgulho que tal proporciona, mais uma vez à frente do seu tempo.

Muito obrigado

João Filipe Alves

ES
MA



“chegará o dia em que o homem conhecerá o íntimo de um animal e, nesse dia, todo crime contra um animal será um crime contra a humanidade”

Leonardo da Vinci (1452-1519)

“não há diferenças fundamentais entre o homem e os animais nas suas faculdades mentais... os animais, como os homens, demonstram sentir prazer, dor, felicidade e sofrimento”

Charles Darwin (1809-1882)

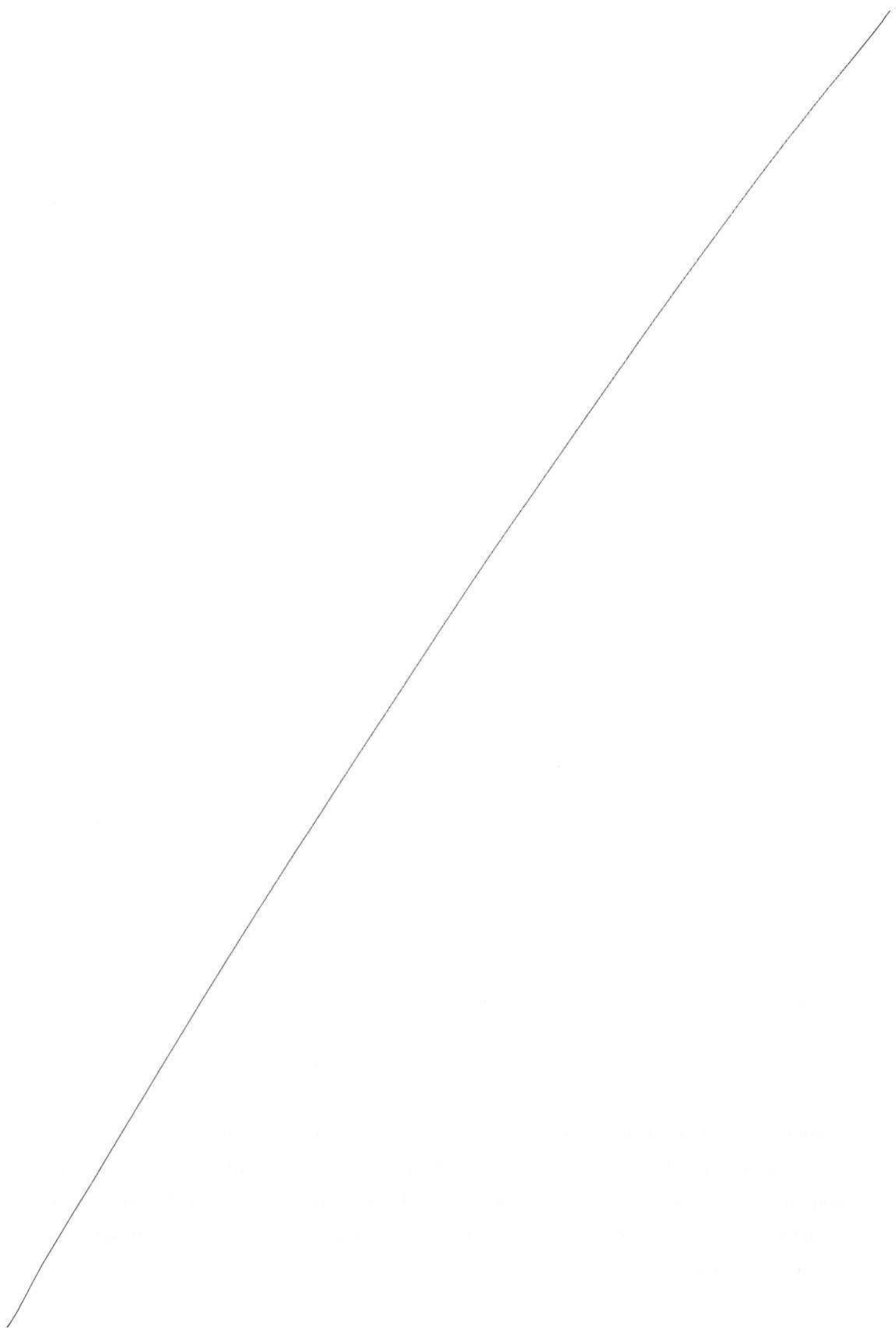
Proposta de constituição do

Grupo de Trabalho para Estudar, Conceber e Definir o

“Regulamento Municipal de Bem-Estar Animal para o concelho da Maia”

Sabemos hoje, por comprovação científica o que muitos já constatavam empiricamente, que todos os animais são sencientes, isto é, são seres capazes de experienciar a frustração ou a satisfação, que têm interesses, preferências, desejos ou vontade, ou seja, têm capacidade de sofrer, de sentir prazer e felicidade.

Cabe agora por maioria de razão aos humanos, dada a sua maior capacidade de intervenção, de livre arbítrio, memória, previsão e opção ética, a responsabilidade de zelar pelo bem-estar dos animais e pelo seu direito à vida, aliás como determinam alguns normativos nacionais e internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da UNESCO, o Protocolo Anexo ao Tratado de Amsterdão, que institui a Comunidade Europeia, ao dispor que é um objetivo comum aos países da Comunidade Europeia *“garantir uma proteção reforçada e um maior respeito pelo bem-estar dos animais, enquanto seres dotados de sensibilidade”*, a Resolução 69/2011, da Assembleia da República (AR), e o Projeto-Lei “Lei de Proteção dos Animais”, recentemente aprovado também pela AR.



[Handwritten signatures and initials]

Por sua vez, a Assembleia Municipal da Maia reconhecendo a importância do que está em causa e para que esteja assegurado o quadro institucional que garanta que a intervenção em matéria de bem-estar animal e o apoio às ações neste domínio sejam presididos pelos princípios enunciados, por proposta dos signatários decide constituir um Grupo de Trabalho que, em articulação com o Executivo e os Serviços da Câmara Municipal, estude, conceba e defina um “Regulamento Municipal de Bem-Estar Animal para o concelho da Maia”.

Como ideias força para a estruturação do referido regulamento, com vista a otimizar as condições de promoção e salvaguarda dos direitos de proteção de todos os animais no concelho, deverão considerar-se as seguintes linhas orientadoras:

_ O Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Maia:

- . Perspetivado como centro de abrigo e bem-estar animal
- . Gerido em parceria com cidadãos, grupos de voluntários ou associações ligadas à causa animal ou outras de carácter altruísta e benemérito
- . Substituir a eutanásia de animais saudáveis pela promoção da esterilização e adoção responsável bem como a implementação de programas RED (recolha, esterilização e devolução) em colónias de animais de rua

_ Salvaguarda dos direitos de proteção de todos os animais (domésticos, silvestres e os de quinta)

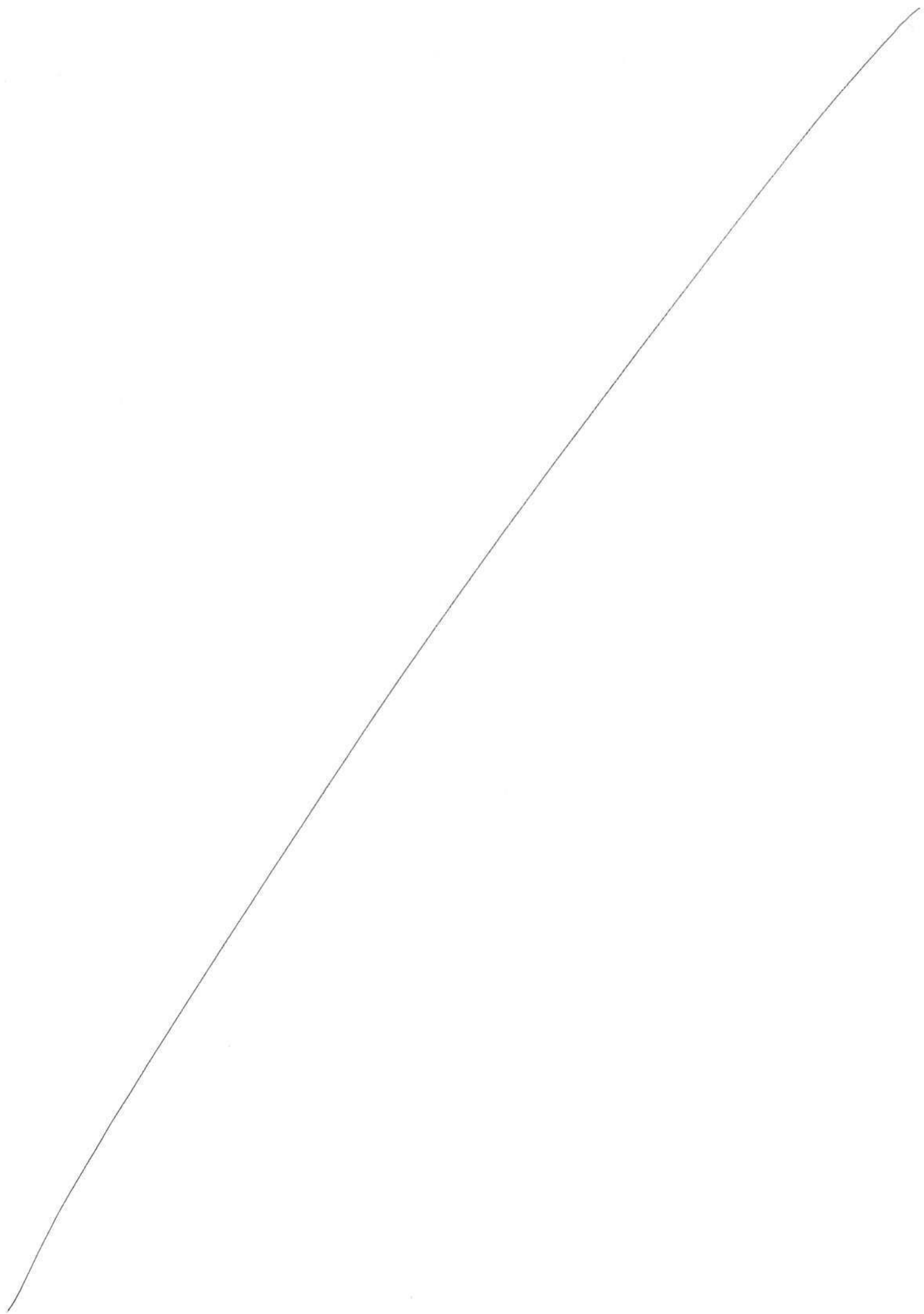
_ Condicione a realização de espetáculos com animais pela não existência de atos que lhes inflijam sofrimento físico ou psíquico

_ Preveja a figura do animal comunitário, isto é, animais sem um detentor individual mas que se encontram protegidos num espaço público (por ex: escolas, empresas, etc.)

_ Incentive a esterilização de todos os animais de companhia

_ Preveja o estabelecimento de parcerias com clínicas/hospitais veterinários de modo a assegurar cobertura tendencialmente gratuita a animais errantes e de companhia

_ Institucionalize a cooperação com as várias organizações e centenas de cidadãos que voluntariamente contribuem para o bem-estar dos animais errantes e de companhia:





Pessoas
Animais
Natureza

**PARTIDO
PELOS
ANIMAIS
E PELA
NATUREZA**



UM PARTIDO INTEIRO PELO BEM DE TUDO E DE TODOS.

. Implemente um plano de sensibilização e de formação cívica junto dos cidadãos e dos alunos das escolas da Maia que visem a mudança de comportamentos e atitudes dos cidadãos face aos animais

. Apoio técnico e logístico do município às campanhas que venham a ser implementadas, seja de recolha de alimentos ou de adoção, de forma a valorizar o empenhamento cívico de centenas de maiatos unidos em torno da causa animal

_ Criação do número verde SOS animal

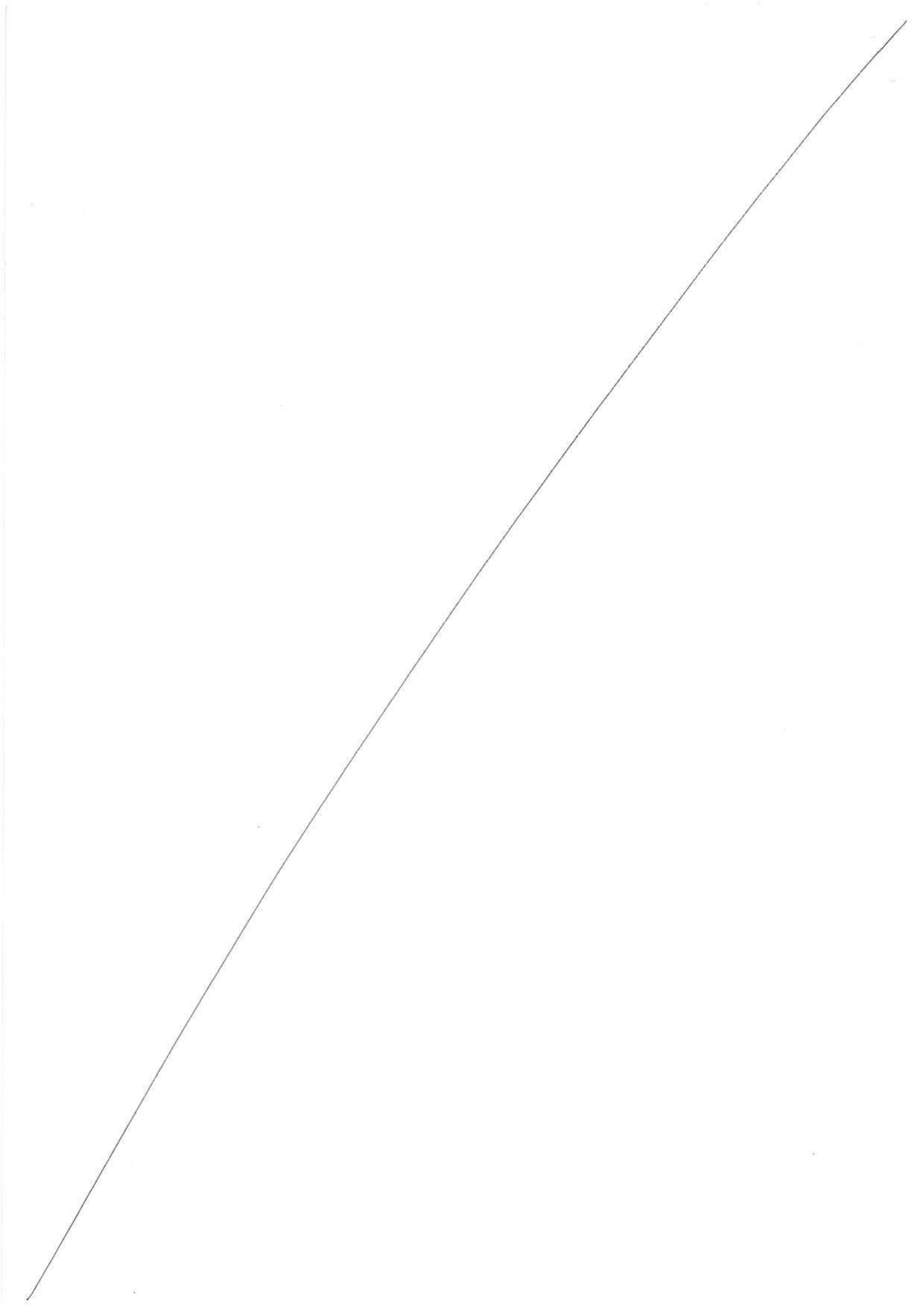
Os signatários da proposta

-

-

-

-





VOTO DE PESAR

No dia 26 de dezembro de 2013 faleceu um grande homem a quem as maiatas e as portuguesas muito devem.

O Doutor Albino Aroso.

Este Homem, de condição humilde, nascido a 22 de fevereiro de 1923, no seio de uma família de lavradores, por força da sua vontade, de muito trabalho e coragem, desenvolveu ao longo da toda a sua vida como médico ginecologista uma luta constante para melhorar as condições de vida das mulheres e reduzir de forma abrupta a mortalidade em Portugal.

Foi ele que criou a primeira consulta de planeamento familiar e, como Secretário de Estado da Saúde do VI Governo Provisório foi o responsável pela Lei do Planeamento Familiar.

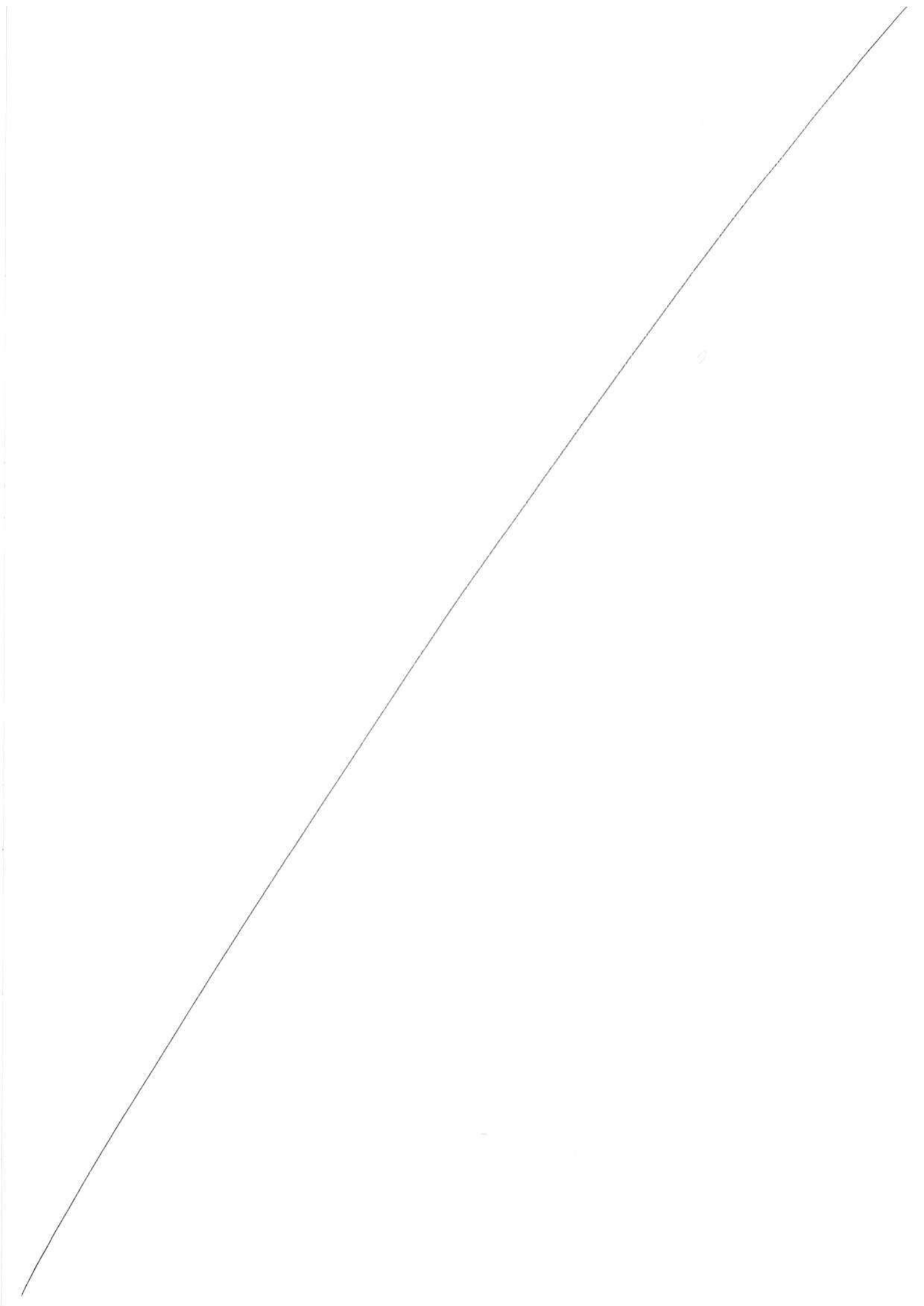
Muitos de nós conhecemos a força e o querer deste Homem que lutou pelos direitos das mulheres à contraceção.

À sua família, cujo sofrimento foi e será sempre doloroso, é justo que a Assembleia Municipal dê conta que honramos a sua memória.

Assim sendo a Assembleia Municipal na sua Sessão Ordinária de 26 de dezembro de 2013,

DELIBEROU:

1. Manifestar toda a solidariedade à sua família;
2. Que em sua memória, após a votação, se guarde um minuto de silêncio.



" Voto de Louvor"

Voto de Louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE

de Águas Santas, recentemente também denominado por:

" ALMA MATER ARTIS"



O grupo de dança teve a sua origem na Escola Secundária de Águas Santas.

Constituído por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 19 anos , residentes nesta freguesia do nosso Concelho, participaram já em inúmeros eventos e várias cerimónias protocolares, nomeadamente a convite do Ministério da Educação.

No ultimo ano letivo, os resultados da participação do grupo a nível competitivo foram excelentes, traduzidos nos títulos de vice-campeões Nacionais, vice-campeões regionais e campeões do distrito do Porto.

Considerando:

- 1- O papel social desenvolvido pelo grupo de dança, nomeadamente na participação de um elevado número de jovens nesta atividade;
- 2- A envolvente social conseguida pelo grupo de dança, nomeadamente com a organização e desenvolvimento do espetáculo para promoção do "Banco de leite para S. Tomé e Príncipe", organizado pela C.M Maia.,
- 3- Os resultados desportivos conseguidos, nomeadamente o de Vice-campeões Nacionais.

Propomos que:

- 1- A Assembleia Municipal da Maia na sua 4ª Sessão Ordinária de 26 de Dezembro de 2013, aprove um voto de louvor ao Grupo de Dança do Desporto Escolar GDDE de Águas Santas, pelo seu contributo cultural, social mas, também pelo brilhantismo com que tem elevado o nome deste concelho e em particular da freguesia de Águas Santas, não esquecendo o contributo fundamental que tem dado no crescimento e desenvolvimento das quase duas centenas de crianças envolvidas.
- 2- Que do mesmo seja dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, à Direção do Agrupamento de Escolas de Águas Santas e aos Professores Alexandre Teixeira e Pedro Afonso.

Maia, 26 de Dezembro de 2013

António Teixeira

Presidente do Partido Socialista

"Voto de Louvor"

Voto de Louvor do Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE

de Aguardante recebido para o mesmo em nome do

"ALMA LAMBERT ARTIST"

O Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, no dia 10 de Maio de 2013,

Constituído por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos, residentes na freguesia do Espinho, participou na 1ª edição do concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real.

No último ano, o Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, participou no concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real, onde obteve o 1º lugar.

Considerando:

1. O Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, no dia 10 de Maio de 2013, participou no concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real, onde obteve o 1º lugar.
2. A participação do Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, no concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real, contribuiu para a divulgação da cultura e da arte da dança e da música.
3. O Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, no dia 10 de Maio de 2013, participou no concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real, onde obteve o 1º lugar.

Por isso, o Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE,

1. A participação do Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, no concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real, contribuiu para a divulgação da cultura e da arte da dança e da música.

2. O Grupo de Dança do Espinho Escolar GDE, no dia 10 de Maio de 2013, participou no concurso de dança e música "Voto de Louvor", promovido pelo Município de Espinho, em parceria com o Município de Vila Verde e o Município de Vila Real, onde obteve o 1º lugar.

Maia, 28 de Dezembro de 2013

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Moção

Em Defesa das Freguesias



A coberto e a pretexto do Pacto de Agressão (que PS, PSD e CDS assinaram com o FMI e a União Europeia), o Governo, na continuidade de orientações e opções adoptadas ou tentadas em momentos anteriores, tem em curso um salto qualitativo na ofensiva contra o poder local democrático.

Um ataque que significaria, a ser levado até ao fim, uma completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do Poder Local e a liquidação do que ele representa enquanto conquista de democrática. Um ataque dirigido para asfixiar financeiramente o Poder Local impondo aumentos nas competências e nos serviços que as autarquias prestam às populações ao mesmo tempo em que diminui recursos e meios que lhes seriam devidos, como está patente no novo regime financeiro das autarquias locais e na proposta de OE para 2014.

Um projecto de liquidação da autonomia administrativa do Poder Local que dá a dimensão exacta do modelo que o Governo ambiciona impor, assente na transformação das autarquias em meras dependências da administração central, desprovidas de meios e competências, à maneira do antigamente.

Um projecto de agressão ao Poder Local que, afrontando a Constituição da República Portuguesa é, na sua essência, um programa de agressão ao País, às populações e às suas condições de vida, indissociável da liquidação de direitos e de serviços públicos essenciais que a política de direita vem prosseguindo, condenando ao declínio muitos concelhos e freguesias.

O processo de liquidação das freguesias, ao qual se soma já o explícito objectivo de eliminação de municípios, é parte integrante desta ofensiva contra o Poder Local e desta agressão às populações. Empobrecimento democrático, destruição de emprego público, enfraquecimento da representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura – são estes os objectivos que o Governo prossegue, conduzindo ao aprofundamento das assimetrias e perda de coesão (territorial, social e económica), ao abandono ainda maior das populações, ao acentuar da

El Poder en las Organizaciones

A propósito de la definición de poder de Akerlof (1982: 13) y de la definición de poder de Lippert (1982: 13) se puede decir que el poder es la capacidad de influir en el comportamiento de otros. En este sentido, el poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión.

En cualquier caso, el poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión. El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión.

El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión. El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión.

El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión. El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión.

El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión. El poder es una relación social que se establece entre dos o más personas. El poder puede ser ejercido de manera directa o indirecta. El poder directo se ejerce a través de la coerción o la recompensa. El poder indirecto se ejerce a través de la influencia o la persuasión.

desertificação e à ausência de resposta aos interesses populares e à satisfação das suas necessidades.

Ao contrário do «reforço da coesão» que cinicamente anunciam, os efeitos dos processos de aglomeração são, como comprovadamente se conhece, adversos à coesão. Em vez da enunciada «melhoria da prestação dos serviços públicos» proclamada pelos coveiros do Poder Local, resultam arbitrariamente centenas de territórios, muitos deles distando dezenas de quilómetros da sede das novas freguesias, desprovidos da proximidade capaz de dar resposta a um conjunto de solicitações e necessidades.

Após as eleições autárquicas verifica-se no concreto que esta junção de freguesias prejudica e muito as populações.

A luta em defesa das freguesias e a mobilização popular para devolver às populações as Juntas de Freguesia e a sua identidade devem continuar até que estas sejam repostas. Esta é uma luta que não pode parar e será também um contributo para derrotar este Governo e abrir caminho à construção de uma política alternativa capaz de dar solução aos problemas do País, devolver aos trabalhadores e ao povo rendimentos e direitos roubados, reafirmar o Poder Local com a sua dimensão democrática.

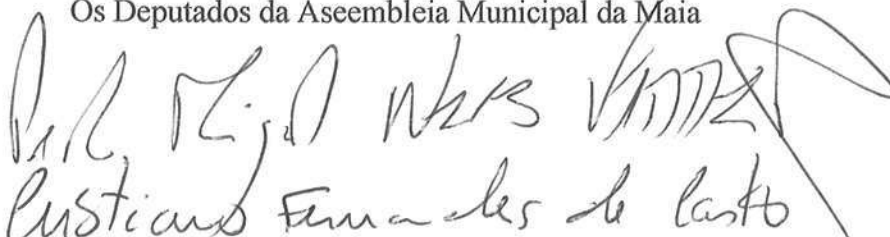
Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Maia, reunida no dia 26/12/2013, delibera:

1) Manifestar aos Grupos Parlamentares a sua profunda discordância com esta lei por destruir a identidade das diversas comunidades e prejudicar fortemente as populações e exigir que se adoptem as medidas legislativas necessárias à devolução das freguesias ao povo;

2) Exortar a ANAFRE e as suas estruturas distritais, assim como as plataformas e movimentos em defesa das freguesias, ao prosseguimento do protesto contra a destruição das freguesias e a exigência da sua reposição.

Maia, 26 de Dezembro de 2013

Os Deputados da Assembleia Municipal da Maia


Cristiano Fernandes de Castro
HARISA ROSÁRIO TALHAS PLACEDO RIBEIRO

Maia, 20 de Dezembro de 2013

destinadas às freguesias e a exigência da sua resolução.

movimentos em defesa das freguesias, no prosseguimento do protesto contra a

2) Fixar a ANAFRE e as suas estruturas distritais assim como as plataformas e

freguesias no povo.

populações e exigir que se adotem as medidas legislativas necessárias à devolução das

por destruir a identidade das diversas comunidades e promover a formação das

1) Manifestar aos Grupos Parlamentares e aos órgãos de administração da CM

deixarem.

1) Ser-se expôs, a Assembleia Municipal da Maia, reunida no dia 20-12-2013.

direitos corporados, a afirmar o Poder Local como sua característica democrática.

dar solução aos problemas do País, devendo ser trabalhadas e ser poro rendimento e

determinar este Governo uma comissão de inquérito de uma política municipalizadora de

algum respostas. Esta é uma luta que não pode parar e será também um caminho para

representados no âmbito do 1.º escalão e a sua identidade. Assim, continuam ali que estas

A luta em defesa das freguesias e a mobilização popular para defender as

freguesias produzidas e muitas as populações.

Após as eleições autárquicas verificou-se no âmbito das esta freguesia de

proximidade, após se dar resposta a um conjunto de solicitações e necessidades.

distância devida de quinquenta de sete das novas freguesias, despoletando da

comunicar a todos e a todos os intervenientes e a todos os intervenientes, muitos deles

para ser de natureza semelhante do por estar das esta freguesia, por a ser profundamente

práticas de organização e, como tal, intervenientes em contextos diversos e a criação

As condições de trabalho da freguesia que continuam a manter os direitos das

necessidade.

destinadas às freguesias e a exigência da sua resolução.



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mas Sras. Secretárias da Mesa

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mas Sras. e Srs. Vereadores

Caras e caros deputados

Estimados maiatos

Permitam que inicie a minha intervenção com desejos de Boas Festas e de um excelente 2014.

Após ler e reler a informação do Sr. Presidente, ficamos com uma dúvida: qual foi a atividade da Câmara Municipal da Maia nos últimos meses?

O documento intitulado “Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal” nada informa; a não ser que o Sr. Presidente foi nomeado para vários cargos e funções – gostaria de, em nome do Partido Socialista, aproveitar a ocasião para dar os parabéns e desejar felicidades no exercício destas funções.

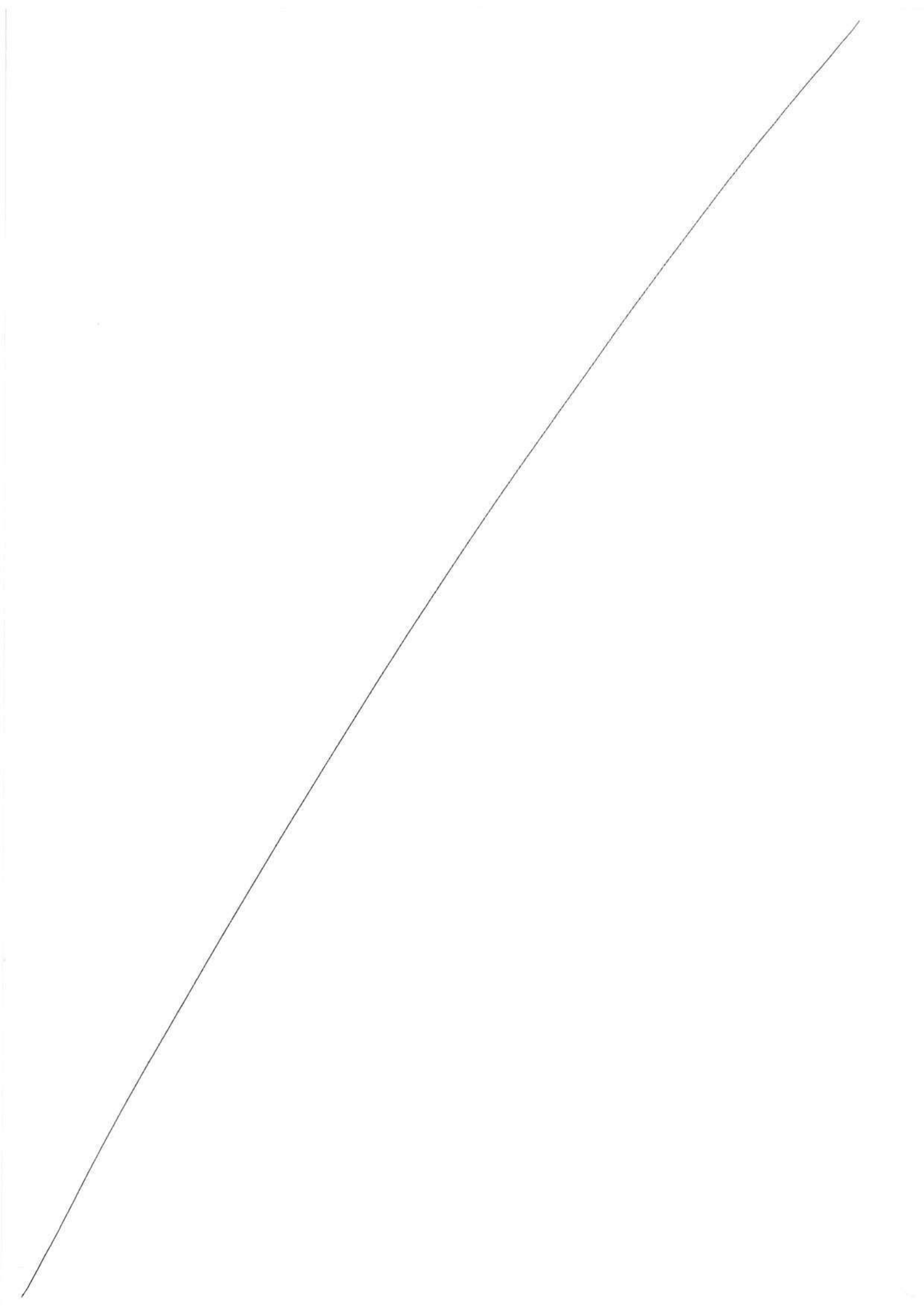
Fica também a dúvida se estes cargos todos não estarão a limitar o tempo que o Sr. Presidente tem disponível para escrever esta informação.

Na realidade, temos sido habituados a documentos semelhantes a este, muito pobres em termos de conteúdo. No entanto, tínhamos a esperança que, neste início de mandato, existisse um novo alento para enfrentar as dificuldades do presente e do futuro. Ao invés disso, somos presenteados com o mesmo vazio político.

Para concluir e não alargar muito este ponto, relembro apenas a nossa dúvida: ou a informação do Sr. Presidente peca por estar muito incompleta ou a atividade da Câmara Municipal da Maia nos últimos meses resume-se a isto – nada.

Obrigado.

Pedro Miguel Monteiro Martins





Bloco de Esquerda

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exmo. Presidente da Câmara

Exmos. Srs. Deputados

Exmos. Srs. Vereadores presentes

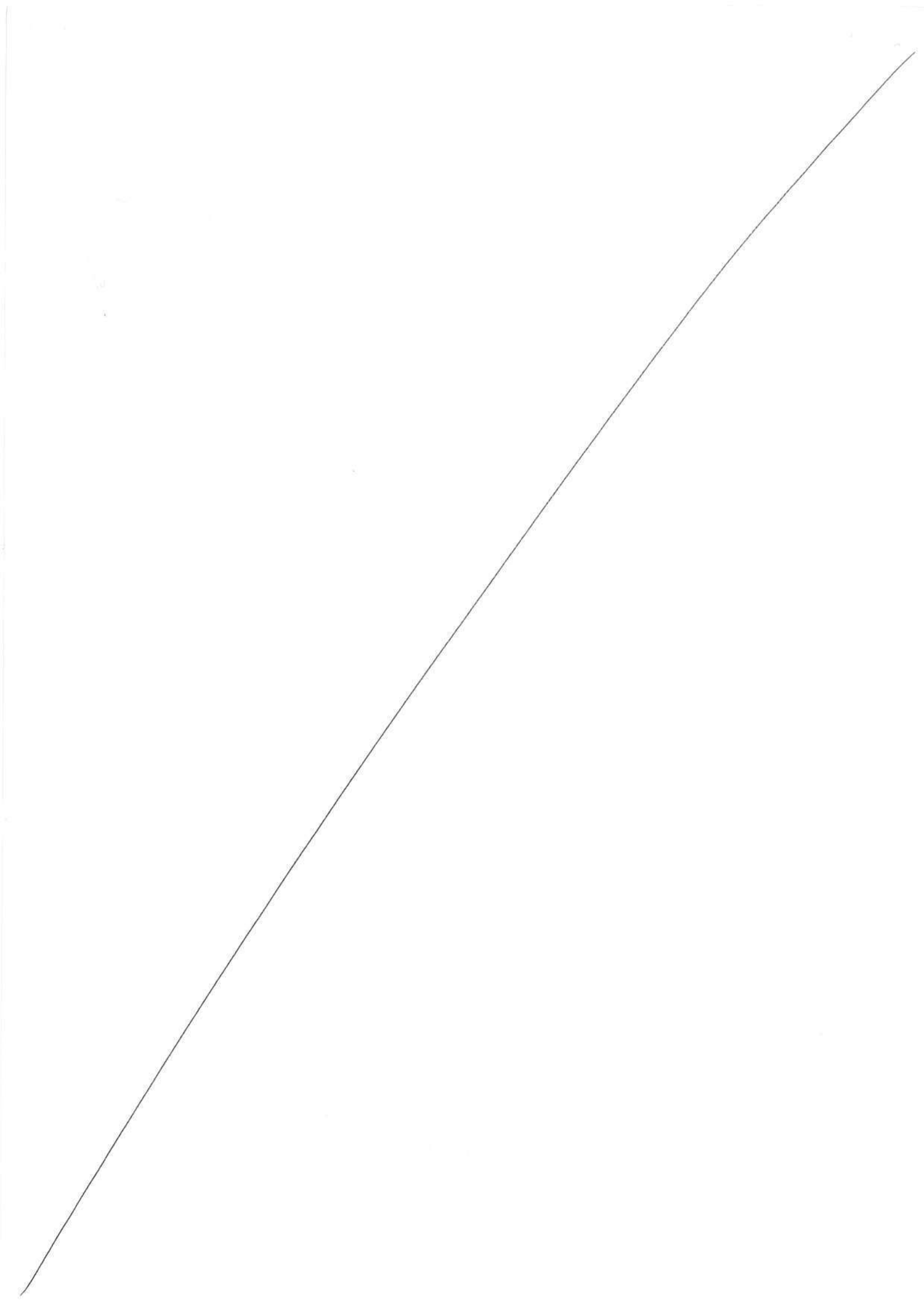
Digníssimo Público

As Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento do nosso Município para 2014, são o espelho do seguidismo que o executivo tem face às políticas do governo PSD/CDS. Isto fica claro pela proposta aqui presente! Resignação e subserviência são mais uma vez a palavra de ordem das GOP e do Orçamento, plasmadas aliás no preambulo introdutório do documento. A falta de rigor deste, se olharmos a análise dos resultados eleitorais, deveria merecer uma melhor reflexão, até porque a maioria perdeu significativamente em votos e percentagem...

O caminho preconizado pelo executivo é um pequeno exemplo das consequências da política austeritária do governo, patente na clara estagnação no investimento, nomeadamente no investimento que poderia gerar emprego e mais atividade económica para o nosso concelho! Mas a realidade que nos é proposta é apenas mais do mesmo!

Para o Bloco de Esquerda o poder local terá de ser um reduto de resistência. É importante ter a coragem de dizer “Basta!”. E exigir mudança!

Não podemos aceitar pacificamente que o governo se transforme num legislador anti-social e anti-constitucional, num exterminador implacável do emprego, num promotor do trabalho sem direitos, empurrando para a pobreza centenas de milhares de portugueses, e que, depois, as autarquias tenham de transformar quase 50% do seu orçamento em apoios sociais! Isto é uma política de puro assistencialismo, de esmola depois do roubo!



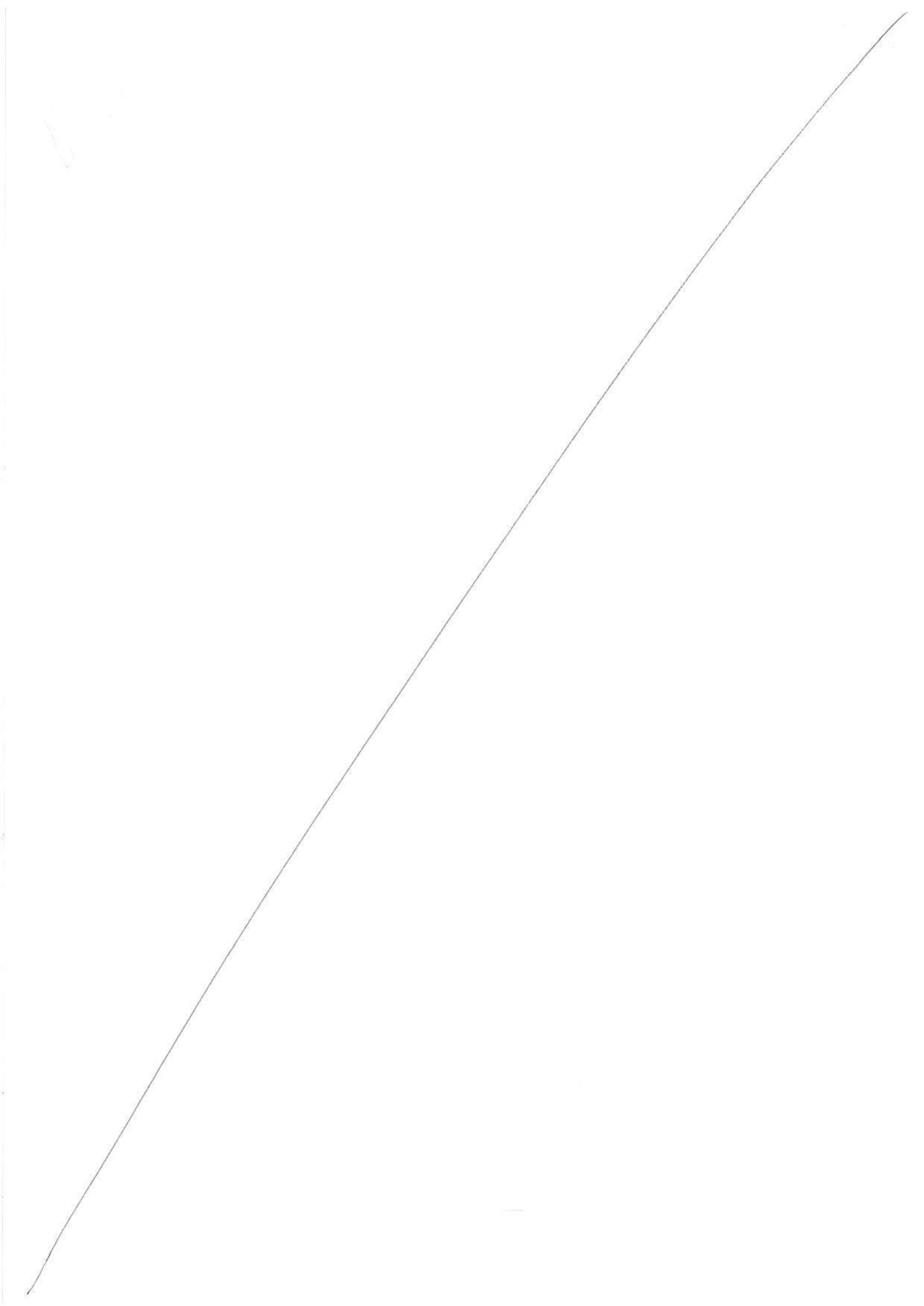
Por isso afirmamos, as GOP não podem ser um plano de emergência social! Mas, pelo contrário, devem ser o momento da definição de linhas estruturais e estratégicas para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho!

É óbvio que os apoios sociais (desde que com critério) são extremamente importantes, no atual momento de grande aflição para muitas famílias maiatas, e, por isso, consideramos que o valor disponibilizado para a ação social é deveras significativo! E não podemos deixar de estar atentos e de apoiar tais medidas! O que tem de mudar é a forma como se olha para o futuro!

Neste contexto e dando como adquiridas as diversas afirmações do Sr. Presidente da Câmara de que “a consolidação das contas é um exemplo para outras autarquias” e que “a Câmara Municipal da Maia respira uma boa saúde financeira”, dizemos que é, também, o momento de transformar esta condição em oportunidade. Para o Bloco de Esquerda o momento é de investimento e, com este, dar impulso e alento à economia local.

As GOP terão de ser a preparação do futuro estruturado do Concelho! Por isso reafirmamos: se a Câmara Municipal da Maia tem uma razoável situação financeira, então as GOP para 2014 terão de ser diferentes, terão de ser mais audaciosas! Por isso propomos uma clara mudança de estratégia! Outro caminho! E as GOP e o Orçamento são ferramentas fundamentais para dar a volta à atual situação!

Senhor Presidente, apesar dos ténues sinais que nos procura traduzir através do que se refere na introdução do documento, o nosso Concelho, infelizmente, foi dos mais afetados pelo crescimento do desemprego no último trimestre, sendo também cada vez maior o número de jovens que não encontram emprego. O futuro é cada vez mais incerto para quem quer construir família. Até neste aspeto é necessário e importante criar soluções para que possamos inverter este ciclo anti-natural e anti-social. Se continuarmos pelo caminho para o qual nos empurram, tal significará a rutura na construção da sociedade maiata e o desastre do nosso país!



É por isso que afirmamos: não podemos deixar que as pessoas sejam empurradas para a miséria e para indignidade da caridade. Não devemos aceitar que o que hoje temos é inevitável, como a finança e o seu governo tentam que acreditemos. Temos de impor uma política activa que possibilite uma mudança de paradigma, que crie esperança e futuro...

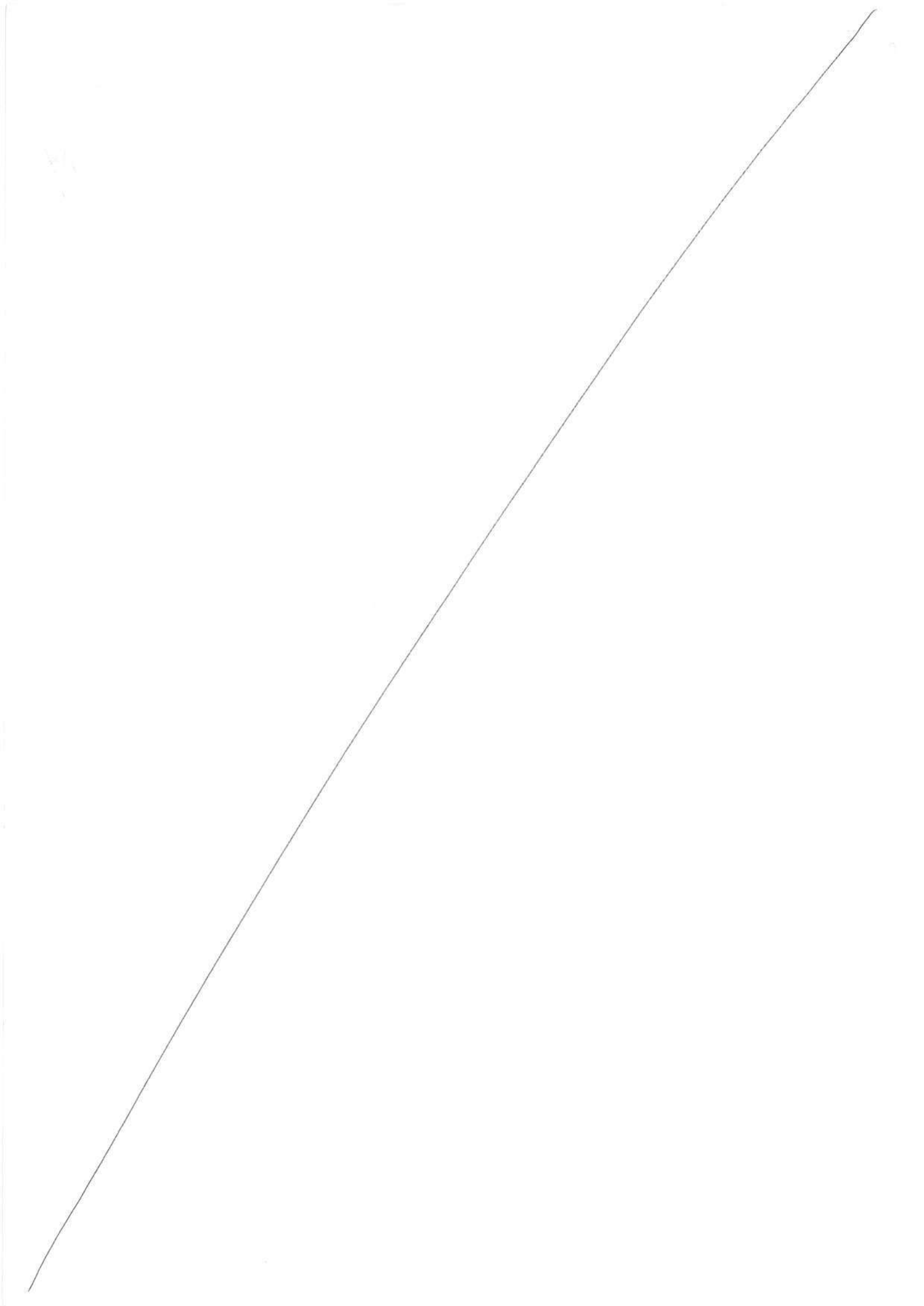
As autarquias poderão ser um exemplo vivo de como é possível criar uma dinâmica económica que seja capaz de criar emprego e de dar dignidade às pessoas!

Sempre afirmamos que, mais que os números, são as pessoas têm de estar no centro da definição de políticas! Os Planos de Actividades e o Orçamento são por isso os documentos mais reveladores das opções, das escolhas políticas e das prioridades de qualquer executivo. São eles que nos dizem se esse executivo quer planear o futuro numa perspetiva de progresso, retrocesso ou estagnação!

E, tal como já o dissemos no pretérito Orçamento, o desinvestimento constante reafirmado no presente orçamento vai comprometer o futuro próximo do desenvolvimento do nosso concelho, e vamos ser preteridos e ultrapassados pelos concelhos vizinhos...

Nas GOP gostaríamos de ver plasmados quatro grandes objetivos:

1. Apoios Sociais sim, mas uma muito maior implicação do município na sua gestão (e aqui falamos de Infantários, Pré-escolar, Ensino Básico, Formação Profissional, Centros de Dia e Apoio a Idosos, etc.).
2. Habitação sim, mas com um plano estruturado de implementação da requalificação e construção de habitação social, a custos controlados, que apoie o movimento cooperativo na habitação, que aponte medidas que tornem possível o acesso à habitação de jovens casais.
3. Emprego sim, mas pela captação e fixação no nosso Concelho de empresas de investimento sustentável, nomeadamente nas indústrias



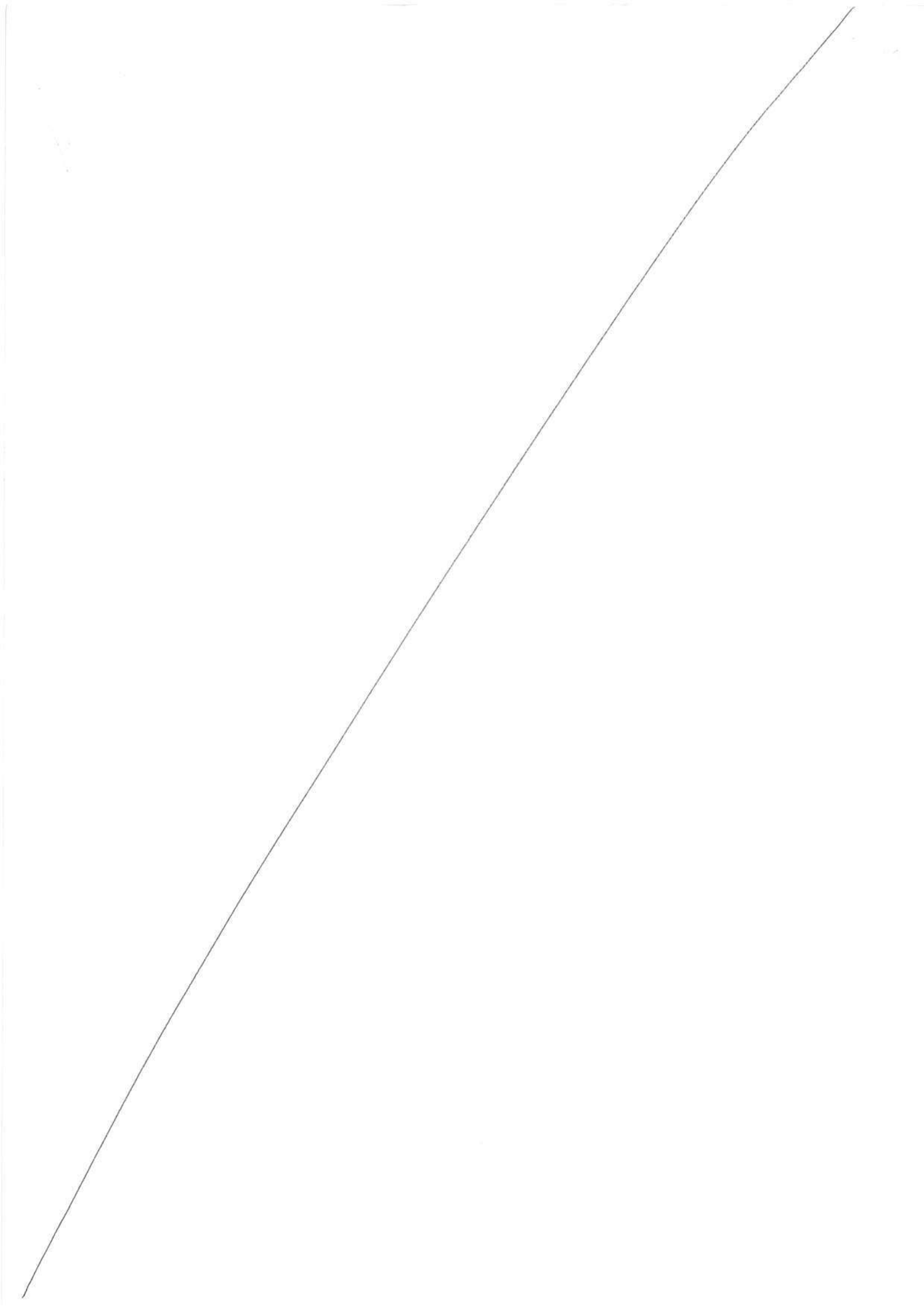
tecnológicas e do ambiente. Ou termos o segundo maior parque industrial do país continuará a não fazer sentido!

4. Cultura e Desporto sim, mas com um plano de desenvolvimento tendo como alvo importante a ideia da cidade europeia do desporto. Começando pela requalificação da pista sintética do Estádio da Maia e pela construção de uma piscina no centro da cidade, que nos faça esquecer o poço sem fundo de dinheiro público que é o lamaçal junto às Portas da Maia! Um plano que contemple contratos programa com as instituições culturais de modo a que a oferta cultural tenha forte pendor local.

Perante as considerações que acima fizemos, e numa análise sumária do Orçamento apresentado, chegamos inevitavelmente à conclusão de que o que o executivo nos propõe é a continuidade no desinvestimento. E assim, em nossa opinião, não vamos lá!...

Para 2014 a proposta é de continuidade da diminuição do Orçamento, o que é inaceitável face a alguma liquidez e possibilidade de investimento que existe no município, segundo as próprias palavras do Presidente e do executivo! Ora isso incentivaria o aumento da economia e a criação de emprego: Em 10 anos, o total do Orçamento viu as receitas descerem quase 40%; só nos últimos 3 anos, passou de 81,7 milhões em 2012 para cerca 73,5 milhões em 2013 e, no que agora se propõe, para menos de 70,5 milhões de euros. Este decréscimo é a prova evidente da situação perigosa a que o executivo nos leva com a gestão recessiva da autarquia.

A receita proveniente da alienação de património é outro dos aspectos que demonstra bem a situação de dificuldade em conseguir receitas por esta via: É sempre a descer o total previsto das vendas de bens de investimento foi de 23,7 milhões em 2011, a previsão para 2012 foi de 18 milhões, para 2013 de 13,7 milhões, sendo que, para 2014, já só estão previstos menos de 9,8 milhões de euros, e, ao longo daqueles anos, o valor realizado foi sempre muito abaixo do realmente orçamentado! A realidade começa a falar mais alto, o apuro possível deste item, fruto da conjuntura, é cada vez mais limitado. O uso deste instrumento pelo Executivo está agora em clara derrapagem. São necessárias alternativas para arranjar outras receitas! E, ou



essas novas receitas provêm de mais investimento, ou então a realidade é que cada um de nós será ainda mais onerado com um cada vez maior peso dos impostos directos para o orçamento da receita.

No que diz respeito ao Orçamento da despesa, a falta de investimento é evidente, traduzida pela redução contínua das Despesas de Capital. O histórico é muito claro! De 2011 para 2012 a descida foi de quase 8 milhões, de 42 para 34 milhões de euros, em 2013 esse item do orçamento é de apenas 28,447 M€! Para 2014 a redução continua e fica-se pelos 27,017 milhões de euros!

Sabendo-se que, sem investimento, nenhum município pode progredir!

No Bloco de Esquerda, não acreditamos na inevitabilidade das soluções que nos pretendem impor como únicas e imutáveis, isto porque temos a certeza que existem alternativas e outros caminhos, o da criação de emprego e da devolução da dignidade ao povo! Sabemos também que com os atuais mandantes do governo e no governo, isso não será possível. Por isso todos os dias lutamos por uma alternativa que possibilite a esperança e o futuro!

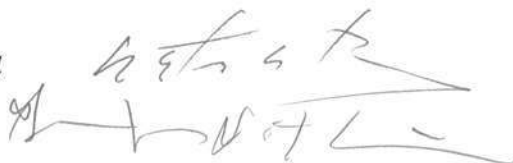
Assim, por respeito a quem em nós confiou para mais um mandato, continuaremos a propor um caminho diferente, é em nome de todas e todos os que querem um concelho da Maia, inclusivo, virado para o progresso, com emprego e melhor qualidade de vida, que não podemos aceitar este Orçamento e Plano de Actividades.

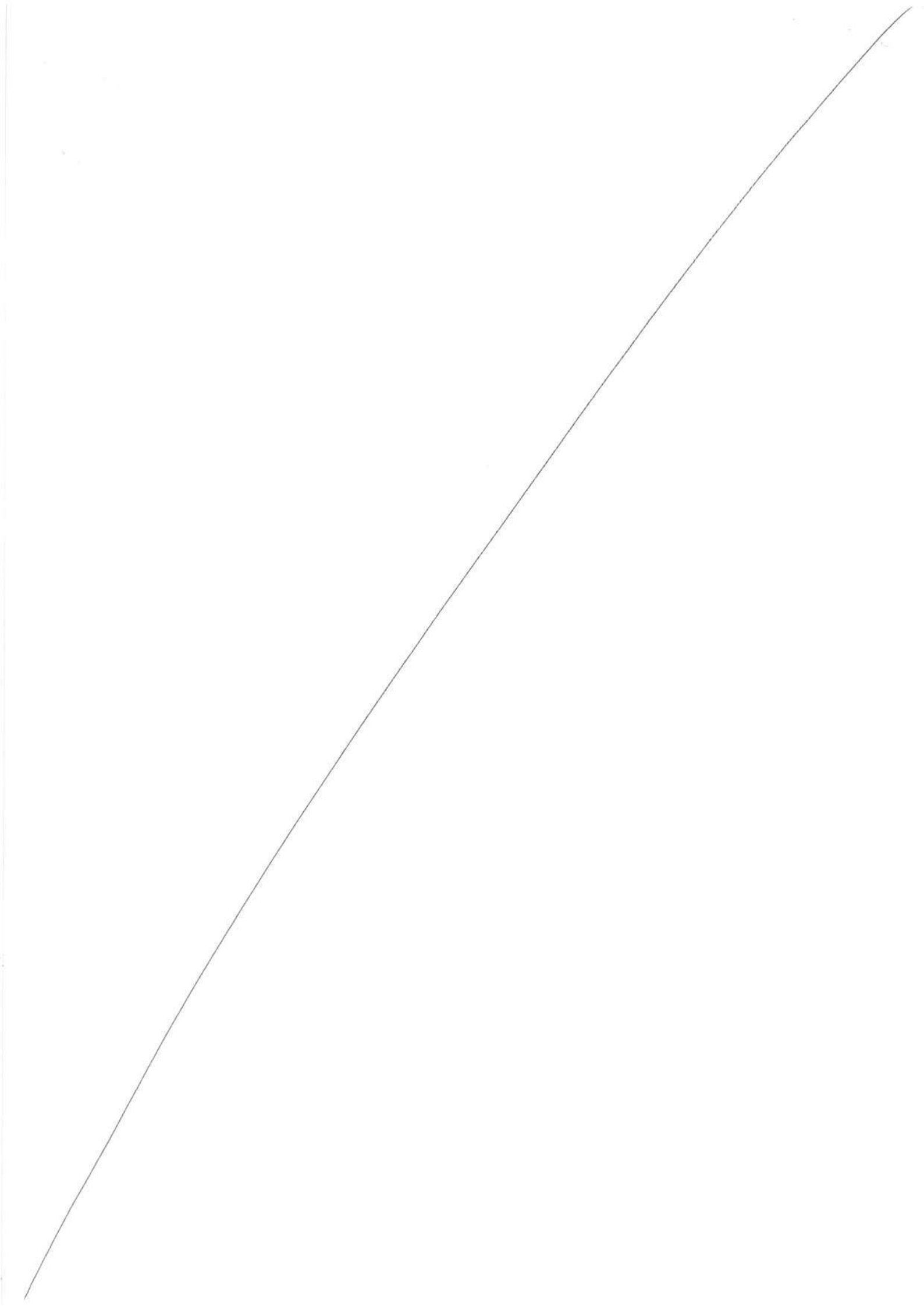
Maia, 26/12/2013

O grupo municipal do BE:

Silvestre Pereira

António Neto





Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.mas Senhoras Secretárias da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta,

Ex.mo Público.



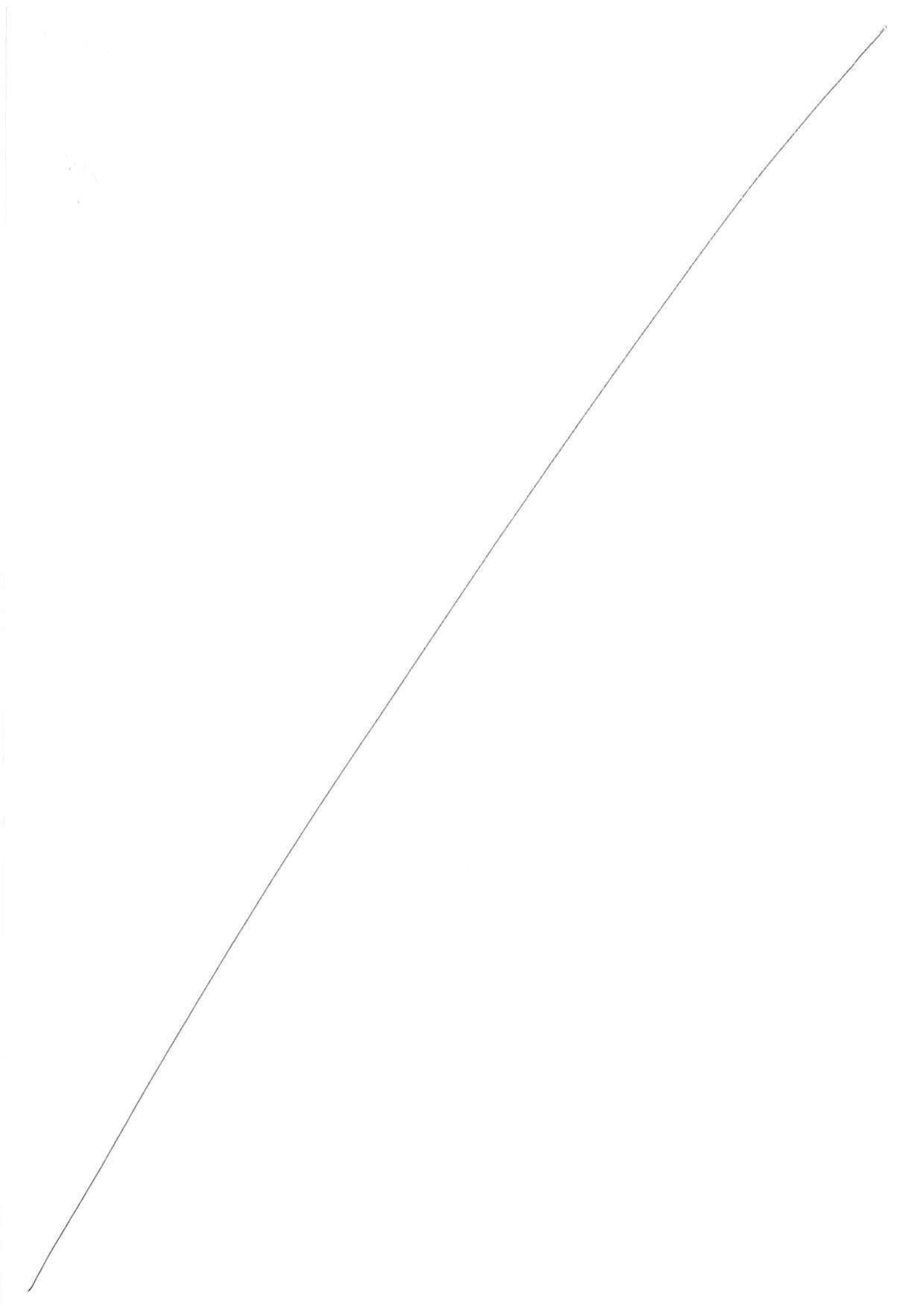
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Primeiramente permitam-me que cumprimente V.Ex.^{as}. nesta que é a minha primeira intervenção como deputado desta Assembleia Municipal e na qual aproveito para desejar um excelente mandato a todos os representantes eleitos para zelarem pelo bem estar dos maiatos e da Maia.

Para início da minha intervenção no ponto de discussão das grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, sendo um documento extenso e complexo, prestei naturalmente maior atenção aos investimentos previstos para a minha freguesia e verifico com preocupação o esquecimento de necessidades e alertas que ao longo dos últimos anos têm vindo a ser colocados pelo anterior executivo e que algumas prometidas obras, ficam mesmo na gaveta, não merecendo as populações desta área de certo modo, este injusto castigo.

Atravessamos um período de crise e de mudanças difíceis de serem entendidas, sabemos da necessidade de se olhar e atender as carências sociais em primeiro lugar, mas não podemos cruzar os braços e temos que ter coragem para decidir no que é possível, com a consciência de prioridade e de equidade de tratamento em todo o espaço do concelho a que pertencemos.

O descontentamento de algumas pessoas, a falta de esperança nas promessas feitas, originam manifestações e queixas de pessoas que nos abordam constantemente e se sentem castigadas, por não vislumbrarem perspectivas de melhorias em algumas artérias da freguesia, como sejam, a colocação de passeios e drenagem de águas pluviais nas principais artérias da zona mais antiga, como sejam as ruas Professor António Rocha, Rua Alberto Campos da



Costa Maia e Rua da Fábrica, principalmente, já que em dias de chuvas ficam momentaneamente intransitáveis em largas extensões, devido ao nível de água que se acumula. Referia-se também o rol infindável de queixas em razão do estado lastimoso do piso do túnel do aeroporto no lado poente, pese embora a constante intervenção pontual da Câmara sem resultado, bem como a deficiente iluminação do mesmo, aqui tantas vezes já falado e por dezenas de ofícios enviados à Câmara no mesmo sentido.

Chamo a atenção do Senhor Presidente da Câmara, ainda sobre o alargamento da Rua da Fábrica, em especial o troço compreendido entre o edifício dos bombeiros até às proximidades do Intermarché, que tiveram início no final do anterior mandato, e cuja finalização das ligações de águas pluviais se realizam neste momento, sejam acompanhadas pela repavimentação na totalidade da sua extensão de modo a deixar o piso devidamente nivelado. Quero salientar que esta obra há muito desejada, veio minimizar os acidentes e melhorar significativamente a passagem de peões.

LIGAÇÃO DA RUA MANUEL FONSECA DE CASTRO À RUA DA FÁBRICA

A recente rua Manuel Fonseca de Castro veio permitir um melhor escoamento de tráfego de e para o túnel do aeroporto. Penso que seria altura de os respectivos serviços da Câmara estudarem agora a possibilidade de uma alteração no sentido de trânsito no cruzamento da Aldeia. Com o aumento de tráfego que se tem verificado nesta zona, tem acontecido com frequência bastantes acidentes de alguma gravidade.

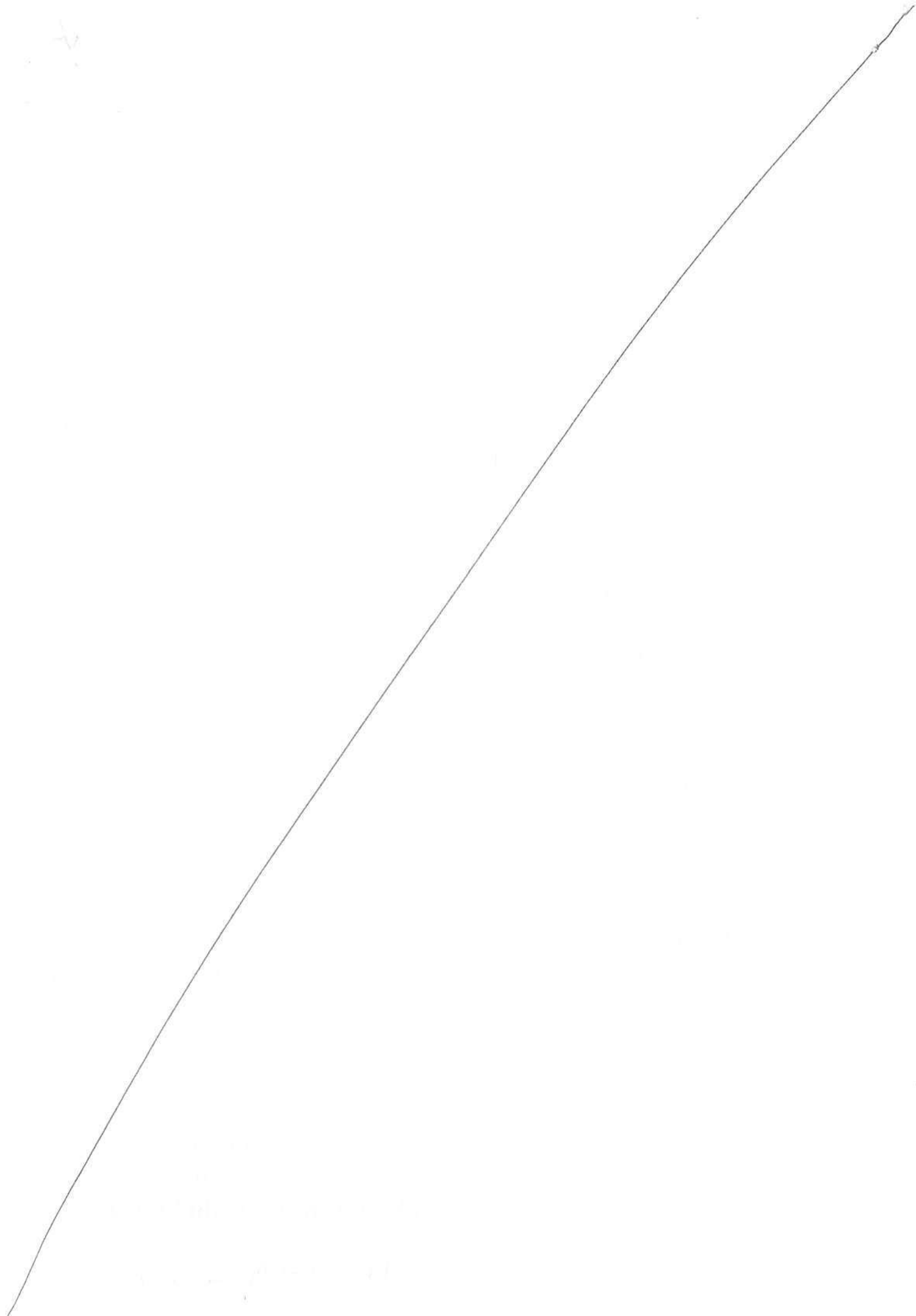
Obrigado. Tenho dito.

Maia, 26 de Dezembro de 2013

Presidente de Junta

(Joaquim Azevedo Sousa)

7-4-4-4-4-4



~~Minhas Senhoras e Meus Senhores,~~
Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia
Municipal e restante mesa,



Saúdo naturalmente o Sr. Presidente da Câmara e demais
executivo aqui presente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Estimado Público,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O debate orçamental que agora se inicia/deve ser conduzido pelo
realismo que as difíceis circunstâncias exigem a ~~todos~~, mas
também pela esperança que vem da preparação concreta de um
futuro melhor para todos.

Sabendo de antemão/que este Orçamento Municipal/é o
Orçamento da afirmação da atividade social do Município da
qual/a Educação e Ação Social, são os eixos mais evidentes na
prossecução de mais justiça e mais equidade...vou centrar a
minha intervenção numa área que me é particularmente cara: a
Educação.

E refiro-me à Educação nas suas mais variadas vertentes.

Desde logo/a que se refere à facilitação da aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos; A que se reveste nas medidas de promoção da qualidade de ensino-aprendizagem, que garantem aos alunos maior motivação para aprender e aos professores maior qualidade de trabalho.

Refiro-me em concreto à qualidade das Escolas do 1º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho/completamente renovado e requalificado/ aguardando agora a conclusão de três novos centros escolares de raiz (o de Mandim, no Castelo; o de Folgosa, e o da Pícuia, em Aguas Santas) inscritos neste Orçamento num investimento superior a 3 Milhões e 600 Mil Euros.

Destaque também para a preocupação que a Câmara coloca na requalificação e obras de melhoramento das restantes escolas dotando em orçamento uma verba superior a 300 Mil Euros para esse efeito;

E, por fim, uma vertente da Educação que o Município da Maia sabe acarinhar particularmente, e que passa pelo trabalho de parceria com os Agrupamentos Escolares e o envolvimento de toda a comunidade, em particular os pais, no desenvolvimento do projeto educativo da Escola.

Por todo o exposto, a Câmara Municipal da Maia, mais uma vez também com este Orçamento, continua a afirmar-se como uma referência nacional em matéria de Educação.



Continua^{to} a ser uma referência nacional quanto à forma de implementação do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Ainda não se falava em AEC e os alunos Maiatos já tinham actividade física, inglês e noutros casos, música nas escolas do 1º Ciclo. **São mais de 1 Milhão de Euros que estão previstos para esta área.**

Continua a ser uma referência em matéria de fornecimento de refeições escolares, num montante orçamentado **de 1 Milhão e 678 Mil Euros** quando é público que cerca de 50% são subsidiadas pela Câmara Municipal.

Continua a ser uma referencia, no apoio à aquisição de livros e material escolar bem como no apoio às pequenas intervenções pontuais nos edifícios escolares, celebrando acordos com os Agrupamentos Escolares.

Importa referir que a Câmara Municipal concede num, e noutro caso, montantes de comparticipação de aproximadamente **120 mil Euros**

Ainda no que diz respeito a material de apoio, a Maia é um dos poucos Concelhos, se não for o único Município da AMP ^{que não pertence} que atribui um Subsídio aos Agrupamentos Escolares para aquisição de material didático, consumíveis, equipamento audiovisual e comunicações.

Tem sido público que anualmente, a Câmara Municipal fixa um valor por aluno (20€/criança para a Educação Pré-escolar e 22€/aluno do 1.º CEB) como forma de apoiar os agrupamentos escolares a fazer face a estas despesas. O valor estimado da despesa da Câmara Municipal com este apoio é de 85 000,00 €

Também em matéria de transporte escolar foi e continua a ser uma referência. O valor estimado da despesa da Câmara Municipal com o subsídio de transporte escolar cifra-se em 300 mil Euros .

Para terminar, não posso deixar de sublinhar a importância de dois serviços criados pela Câmara Municipal da Maia e que constituem medidas educativas próprias deste Concelho.

Refiro-me: *23*

- Serviço de Apoio à Família no ensino básico do 1º Ciclo e,
- A Componente de Apoio à Família no Ensino Pré-escolar

São Serviços de Apoio à Família que são assegurados por profissionais qualificados, no período entre as 7h30 e as 19h de forma a poder ajudar os pais e encarregados de educação, permitindo-lhes um maior conforto na segurança dos seus filhos no período em que ainda se encontram a trabalhar.

Estes serviços representam uma despesa de aproximadamente Meio Milhão de Euros.

Sublinho também o cariz de inovação que a Câmara da Maia continua a implementar na Educação das nossas crianças.

Exemplo deste facto são as aulas *de inglês* curriculares de Educação e *nomeadamente* Expressão Físico-Motora no Ensino Pré-Primário. São 60 Mil Euros que estão inscritos no Orçamento para que as nossas crianças, o mais cedo possível comecem a ter atividade física adequada à idade.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

A coligação SEMPRE PELA MAIA revê-se neste orçamento.

Um orçamento que corresponde ao compromisso eleitoral assumido com os Maiatos nas últimas eleições autárquicas.

Um compromisso de continuar o caminho da consolidação orçamental, o caminho do rigor mantendo a qualidade de vida das Pessoas, reforçando as políticas de coesão social.

A Educação é uma prioridade para a Maia e este orçamento demonstra-o bem.

Na Maia a Educação não é propaganda. Não é nenhuma paixão de circunstância é, sim, uma prioridade. Uma prioridade para um futuro melhor para as nossas crianças e jovens.

Termino, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados sublinhando que na Maia a Educação não é considerada uma despesa / mas sim um investimento / e, é desta forma, que se colocam as Pessoas Sempre em Primeiro Lugar.

É este o rumo, é este o caminho que foi sufragado no último ato eleitoral, sem qualquer margem de dúvida/para que o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo continuem a trabalhar em prol dos Maiatos.

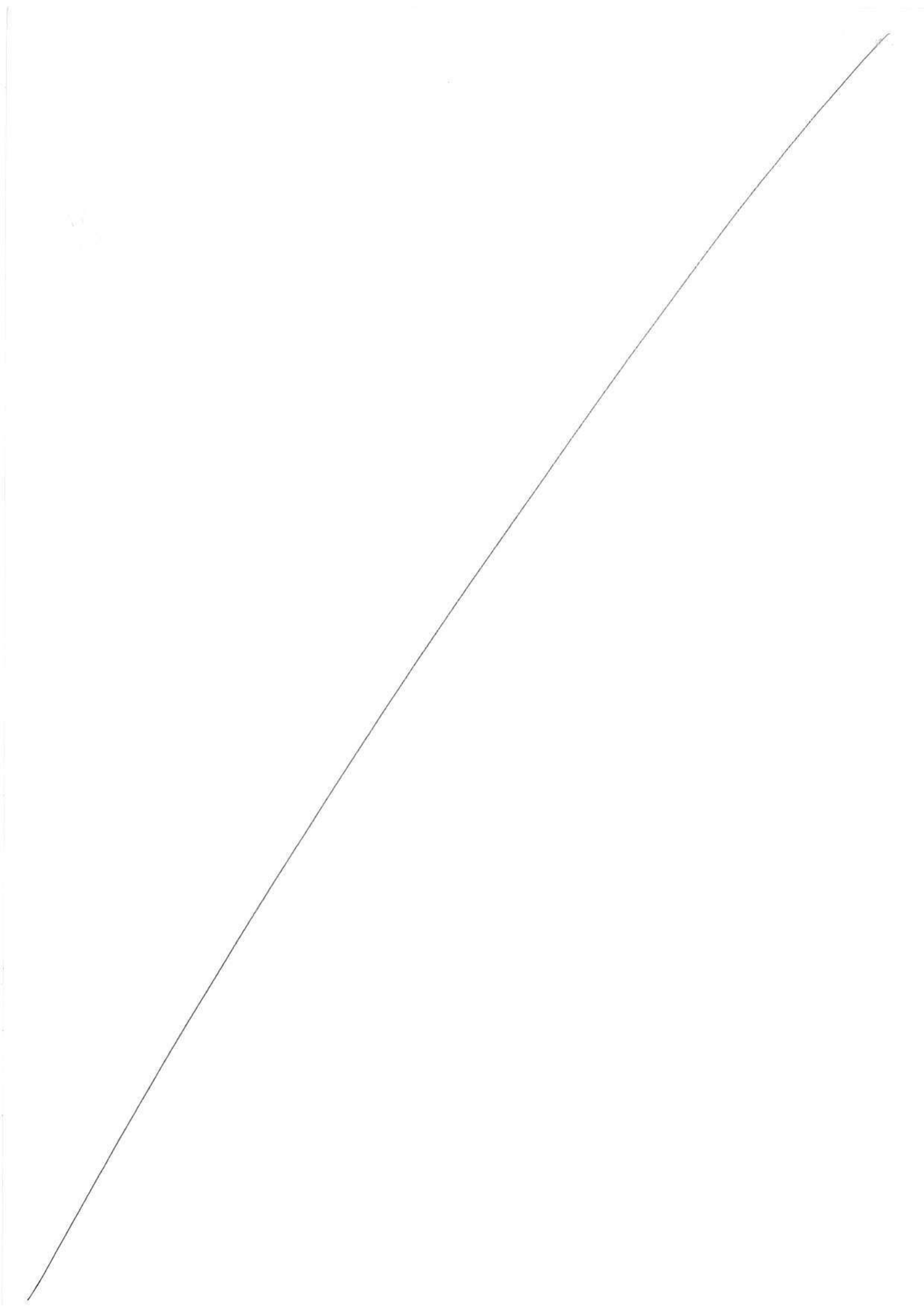


Bem haja e continuação de Boas Festas a todos os presentes e respetivas famílias.

Maia, em 26 de dezembro de 2013

Grupo Parlamentar coligação SEMPRE PELA MAIA, PSD/CDS-PP





Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Restantes Membros da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Restante Executivo

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Estimados Maiatos


no âmbito do Ape. Social

Antes de tecer algumas considerações acerca do Plano e Orçamento 2014, dirijo-me a Vós, na Expectativa de que o Vosso Natal tenha sido Feliz e Aconchegado, e fazendo Votos para que 2014 seja um ano pleno de Sorrisos e Concretizações.

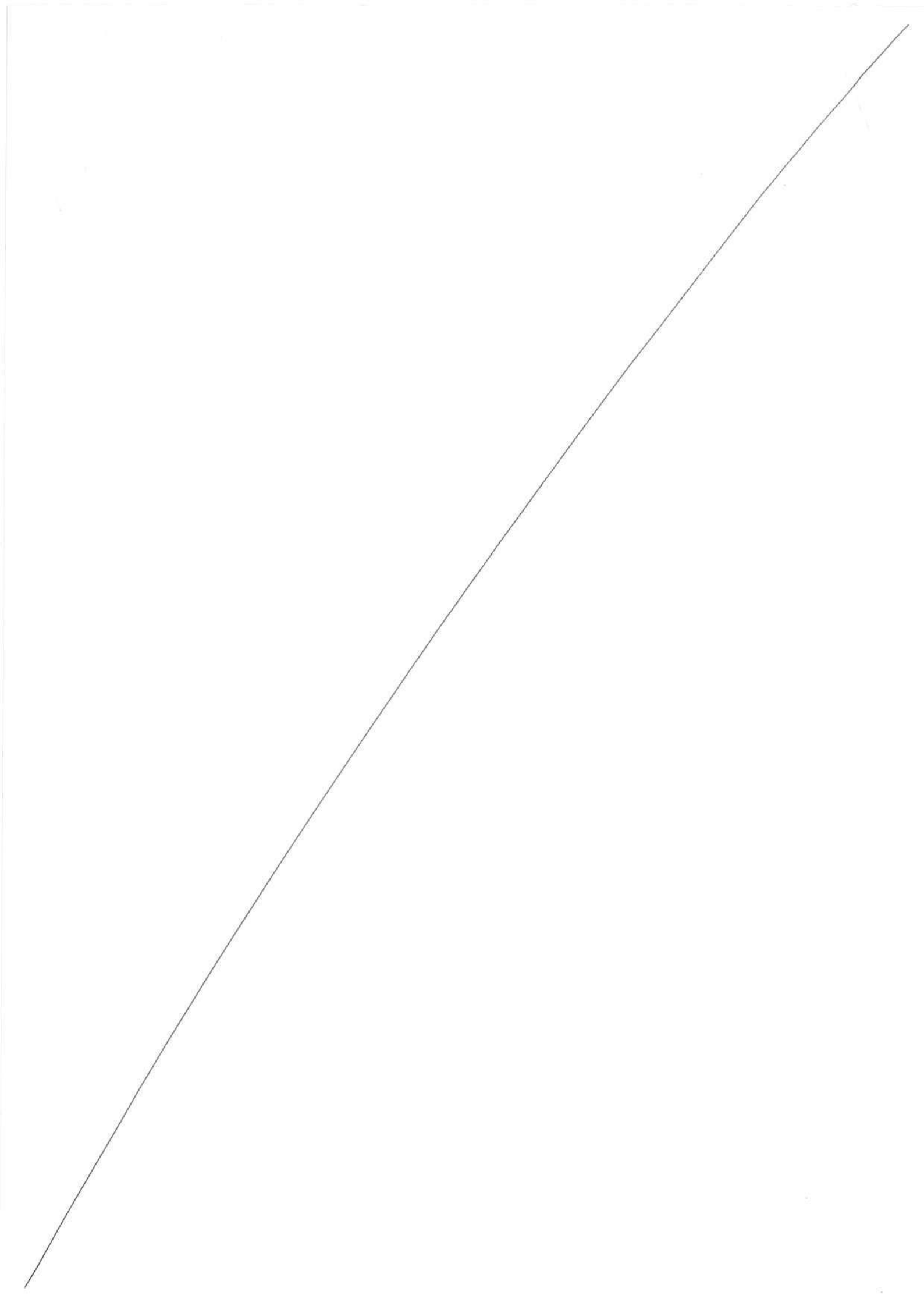
Ao atentarmos o Plano e Orçamento 2014 com pormenor, constatamos que estão alocados cerca de 29 milhões de euros às designadas Funções Sociais. No entanto, é necessário referir, que este valor distribui-se pelas diversas valências, não existindo uma só rubrica que espelhe este valor na sua totalidade, ou seja, este valor é distribuído pela componente da ação social, educação, desporto, cultura, apoios às instituições, entre outros.

Assim, quando falamos de ação social no Município da Maia, é necessário ter em conta diversas abordagens sobre esta temática.

1 - Em primeiro lugar temos as Instituições de Solidariedade Social. Desde sempre, a política social maiata foi feita em parceria com aqueles que atualmente, constituem a sua Rede Social. Consciente da sua importância, esta Edilidade tem sabido apoiar e ajudar as Instituições de Solidariedade Social do Município no desenvolvimento de um trabalho notável nas diversas áreas, desde a infância, juventude, 3ª idade, pessoas com deficiência e famílias. Podemos afirmar com toda a convicção que todo o trabalho desenvolvido por estes Parceiros Sociais, são o garante da política social desenvolvida no Concelho, promovendo de uma forma sustentada e solidária a inclusão dos mais desfavorecidos.

Esse apoio espelha-se das mais diversas formas: cedência gratuita de terrenos para a construção de equipamentos sociais, apoio financeiro para a construção ou remodelação dos seus equipamentos, isenção de taxas municipais, apoio na aquisição de viaturas, cedência gratuita de recursos humanos, cedência gratuita de espaços municipais (auditórios, equipamentos desportivos, etc.) e apoio no desenvolvimento das suas atividades.

A título de exemplo e olhando para o documento vemos:



Apoio à construção do Centro Dia para Idosos a ser levado a efeito pelo Centro Social e Paroquial da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia;

Apoio à construção do Lar para Idosos a ser levado a efeito pela Abrigo Nossa Senhora da Esperança, na Freguesia de Milheirós;

Apoio ao "Amanhã da Criança" na construção de um Lar de Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, na Freguesia de Pedrouços;

Apoio à construção do Centro de Acolhimento de Jovens da "ASMAN - Associação de Solidariedade Social da Mouta – Azenha a Nova, na Freguesia da Cidade da Maia (Gueifães);

Apoio ao "Amanhã da Criança" na obra de adaptação/transformação do Berçário / Creche e Centro de Estudos Pedagógicos, na Freguesia de Pedrouços;

Apoio às obras da Creche da Ponte de Moreira, da Santa Casa da Misericórdia da Maia, na Freguesia de Moreira;

Apoio às obras de ampliação do Centro Social de Milheirós da Santa Casa da Misericórdia da Maia, na Freguesia de Milheirós;

Apoio à construção de um Lar Residencial da A.P.P.A.C.D.M. da Maia, na Freguesia de Vila Nova da Telha;

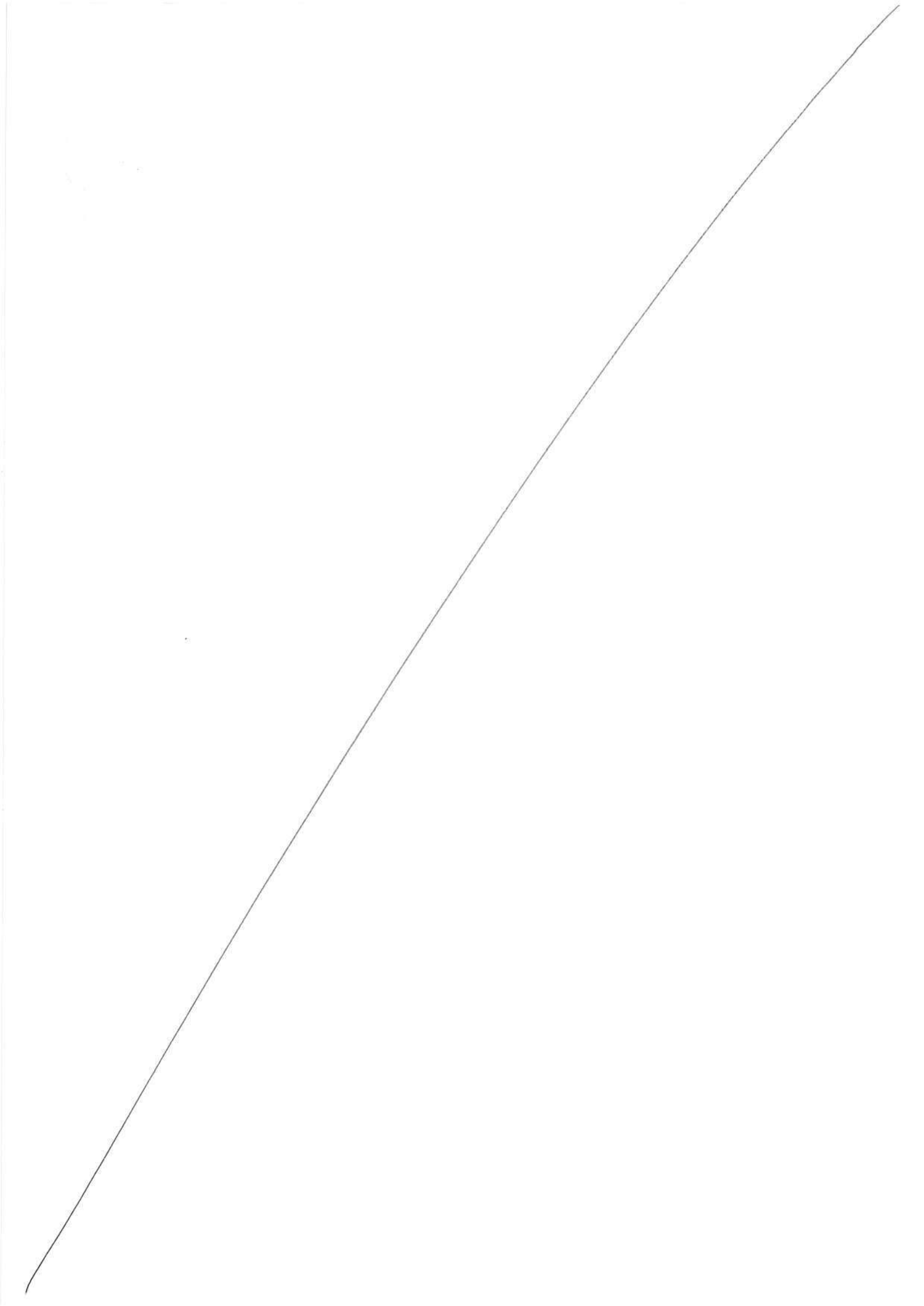
Apoio às obras de ampliação do Lar de Santo António, na Freguesia da Cidade da Maia (Gueifães).

Assim, para 2014 estes apoios totalizam oitocentos e trinta mil euros sendo certo que estes valores fazem parte de contratos programas que na sua totalidade ultrapassam os dois milhões de euros.

2 - Numa segunda perspetiva, na Maia quando falamos de Apoio Social falamos obrigatoriamente de **Atendimento Integrado** e **Rede Social**.

Desde 2007 que na Maia funcionam os Gabinetes de Atendimento Integrado Local com o objetivo de criar um serviço de proximidade, possibilitando o acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, de forma a permitir a sua inserção nos domínios social, económico, institucional e territorial.

Estes Gabinetes, resultam de uma pareceria estabelecida entre a Câmara Municipal, Instituto de Segurança Social, Juntas de Freguesias e diversas I.P.S.S. Funcionam nas Juntas de Freguesia,



privilegiando o atendimento de proximidade, 57% dos atendimentos sociais são assegurados por técnicos da Câmara Municipal;

Nestes atendimentos é possível colocar ao dispor da população: Apoio económico para Medicação, comparticipação de rendas, Apoio no pagamento das despesas da casa (água, luz, gás) Apoio económico para Transportes, Apoio económico para Próteses Dentárias, Apoio económico para óculos, Apoio económico para fraldas e produtos de apoio, Apoio alimentar, Encaminhamento para outras respostas sociais.

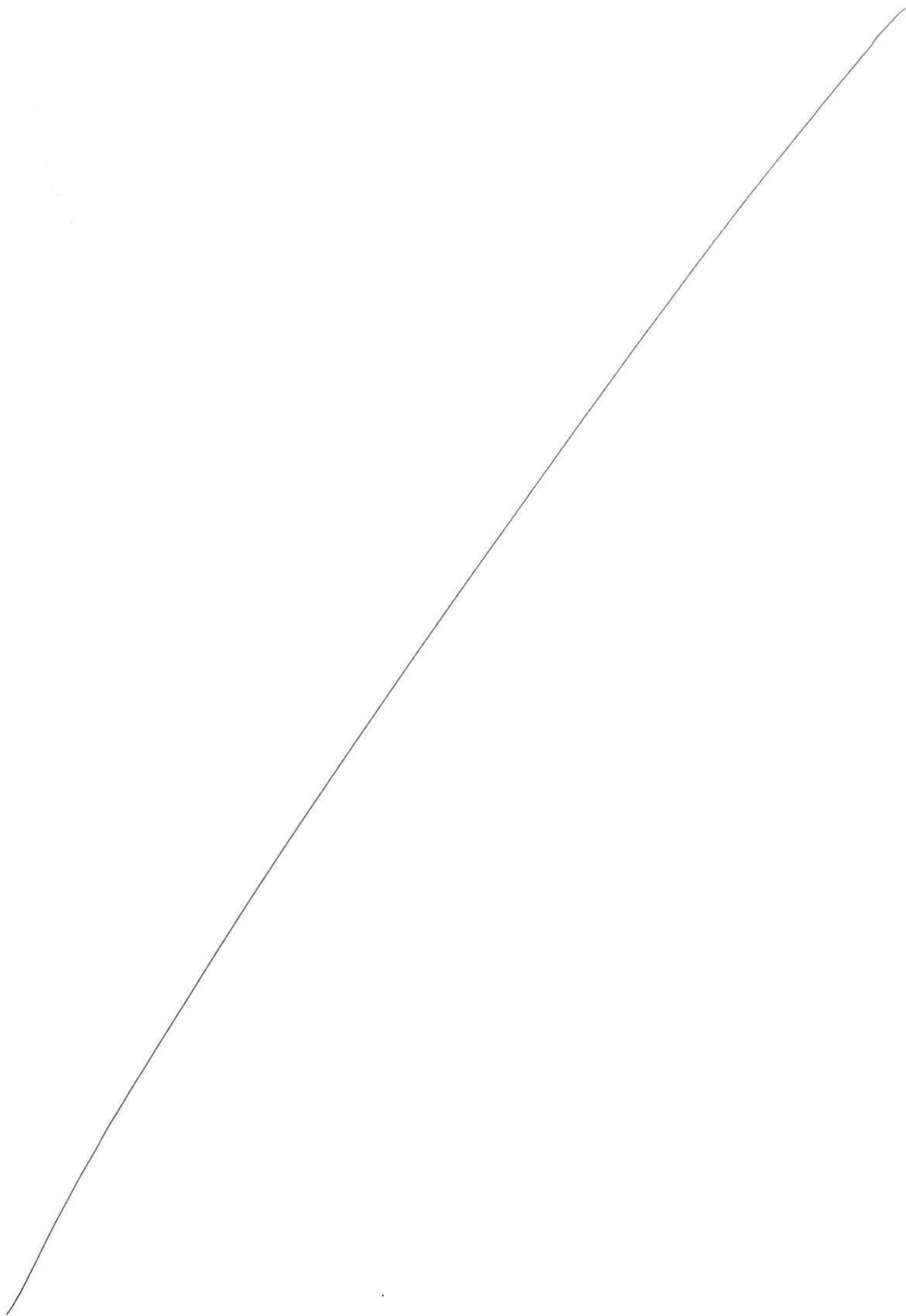
O valor atribuído durante 2013 chegou aos setecentos mil euros. De salientar o trabalho fundamental que a Câmara Municipal tem na execução destes Gabinetes.

Não podemos ainda esquecer, que fruto deste trabalho em rede, a Câmara Municipal da Maia executou o Plano Metropolitano de Emergência Social da área Área Metropolitana do Porto, que rondou os cento e vinte e seis mil euros. Fruto desse trabalho, da experiência acumulada, e dos tempos difíceis que vivemos, a Câmara Municipal da Maia previu para 2014 a criação de um **Programa Municipal de Emergência Social**, na ordem dos quinhentos mil euros que servirá para complementar o valor gerido pelos GAIL e acudir a situações de emergência social, promovendo desta forma a integração e coesão social.

3 – No entanto e como já foi referido anteriormente, as funções sociais deste documento não se esgotam apenas nesta rubrica, ou seja, existem diversas **Parcerias/Projetos** desenvolvidos pela Câmara Municipal da Maia.

Quando olhamos para a Ação Social Escolar, o Apoio à Família, Educação Pré-escolar, Atividades de Enriquecimento Curricular, Transporte Escolar, Subsídios para Aquisição de Material Didático e Programa de Saúde Escolar, constatamos que esse valor ultrapassa os três milhões e setecentos mil euros;

No que diz respeito ao Desporto e à Atividade Física e sob o lema “Maia – Desporto para Todos” o valor neste documento, ultrapassa os setecentos e cinquenta mil euros com especial destaque para o Clube Maia Sénior que permite a cerca de 1.500 Idosos deste Município envelhecer ativamente, aumentando assim a sua qualidade de vida.



De referir ainda diversas parcerias estabelecidas pela Câmara Municipal da Maia: o Projeto Bué d'Escolhas (prevê a implementação de um modelo de intervenção sociopedagógico que permita uma mudança efetiva na comunidade, sendo o princípio subjacente o da capacitação dos seus membros, sobretudo os mais jovens), os Gabinetes de Inserção Profissional que prestam apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho (que ao todo na Maia são 8, sendo 3 da responsabilidade da câmara), o Tarifário Social da Água para agregados familiares com baixos rendimentos, a cooperação com a CPCJ da Maia através da disponibilização de meios humanos, físicos e materiais.

Referir ainda, de uma forma muito particular o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde da Maia como Cidade Amiga das Pessoas Idosas, o que mostra bem o trabalho desenvolvido por este Executivo nos últimos anos em prol dos mais velhos.

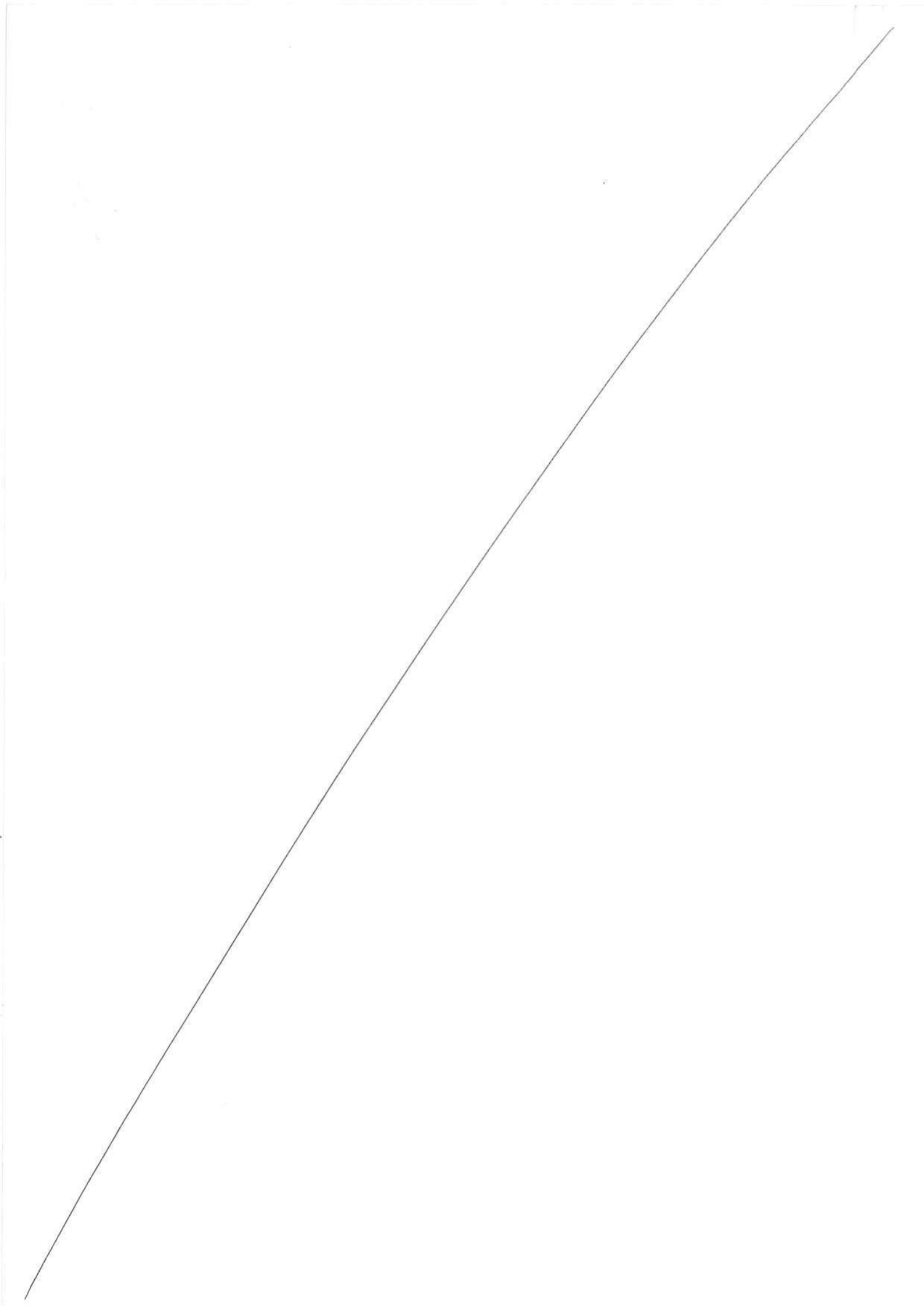
4 – Por último não podemos esquecer a política de **Habitação Social**.

Embora esta seja uma competência delegada na empresa municipal: Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é importante referir a seleção criteriosa que tem sido feita na atribuição das habitações sociais, o Programa Recrimaia que apoia a recuperação de imóveis degradados e a ligação de água e saneamento e a importantíssima requalificação dos empreendimentos já iniciada com capitais próprios durante o ano de 2013, na ordem dos um milhão e oitocentos mil euros e que para 2014 se prevê que através da candidatura ao PROHABITA sejam aprovados a requalificação de 47 empreendimentos no valor de quinze milhões de euros continuando desta forma a política de qualidade que bem define o Município da Maia no que diz respeito às habitações sociais municipais.

Pela obra feita e pelo sentido de responsabilidade que esta edilidade sempre soube incutir em todas as iniciativas da Ação Social, reiteramos, no que concerne, às diretrizes do Plano e Orçamento de 2014 na área da Ação Social, toda a confiança neste Executivo Camarário para continuarem o trabalho de excelência desenvolvido até agora, para continuarem a Ser o Norte para muitas famílias Maiatas.

Obrigado.

A Deputada da Assembleia Municipal
Susana Filipa Coelho Rafael



te
s.

Estamos a viver na Maia um momento absolutamente singular da nossa história recente, um momento que enche de orgulho todos quantos reconhecem o desporto como um elemento fundamental para o bem-estar físico e emocional das pessoas. O título de "Maia Cidade Europeia do Desporto em 2014", que o nosso município conquistou, é o justo reconhecimento do trabalho que o município da Maia desenvolveu nos últimos 25 anos. Esta política consubstanciou-se em consideráveis investimentos financeiros e não financeiros, realizados com estratégia e visão de futuro, que fizeram com que, actualmente, a Maia possua 189 espaços desportivos, dos quais 122 são municipais. Tendo como principais objectivos a aculturação, o fomento do espírito do bem comum, uma identidade, a iniciativa, o dinamismo e o reconhecimento do concelho, a Câmara Municipal da Maia desenvolveu um trabalho

desportivas
Nº ORGANISMO DE
FEB 2014 o

Concluo desejando a todos vós e respectivas famílias um feliz ano novo de 2014

Beltza Ferre

26/12/2023

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

... e a sua importância para a sociedade...

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**3.3 Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da
Receita e Despesa e Documentos previsionais do Município
Para o Ano Financeiro de 2014**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Ao analisarmos as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo executivo, observamos desde logo uma diminuição global do montante disponível, reflectida nos diversos pontos do plano. Esta diminuição não é de hoje e deve-se, por um lado, á situação de crise permanente vivida em Portugal há vários anos, e por outro às directizes políticas dos últimos governos que irresponsavelmente têm diminuído as transferências para as autarquias e ao mesmo tempo aumentado as suas responsabilidades. Temos repetidamente denunciado esta prática, em nosso entender prejudicial para a organização administrativa do país e sua gestão pública, pelo que não nos deteremos aqui novamente.

Todavia, independentemente das dificuldades gerais, comuns a todas as autarquias portuguesas, há aspectos muito objectivos neste plano com os quais não concordamos e que, na nossa óptica, não se coadunam com as necessidades da Maia, com os seus problemas e com a sua realidade social presente.

Olhemos para os valores inscritos no ponto da Segurança e Ordem Pública. Comparativamente com o ano anterior, a diminuição de verbas afectas cifra-se em 1.600.000€. Os valores destinados aos Bombeiros e à Cruz Vermelha mantêm-se, sendo a fatia destinada à Protecção Civil e Luta Contra Incendios substancialmente inferior. Como se justifica uma diminuição tão vasta? Bastaria termos saído à rua nestes dias e observar as consequências das últimas chuvas, nomeadamente os estragos em arruamentos ou condutas a lançar água para o exterior e o modo como estas ocorrências afectam a vida das pessoas, para sermos confrontados com a necessidade de uma Protecção Civil bem apetrechada de meios. É certo que não visitei todo o município, porém duvido que os problemas se tenham circunscrito aos locais por onde passei. Isto, meus senhores e minhas senhoras, em tempo de chuva. Mais uns meses e provavelmente assistiremos todos à via sacra dos incendios, para os quais, estamos certos, a solução será tão mais eficiente quanto for preparada com a devida antecedência. Sublinhe-se a situação dos bombeiros, nomeadamente na Maia, pois é da Maia que tratamos, que bem necessitariam de um aumento de apoios públicos para melhor acudirem a estes problemas e a outros.

Outro aspecto que não nos parece ter merecido a devida atenção é a Segurança e Acção Sociais. É verdade que se verifica um aumento de verbas em cerca de 400.000€, mas tendo em conta a situação social decorrente não só da crise como também de políticas nacionais altamente prejudiciais para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, entendemos que deveria ser este o ponto central das opções da autarquia no próximo ano. Olhemos, por exemplo, para a situação da Terceira Idade que não tem

qualquer alteração de verbas relativamente ao ano que agora termina. O problema é que, durante este mesmo ano, o Governo entendeu por bem diminuir valores nas pensões ou reformas, directa ou indirectamente, tornando a vida de muitos dos idosos portugueses ainda um pouco pior. O mesmo Governo que decidiu impôr uma nova lei de arrendamento, tornando a situação de muita gente ainda mais frágil em termos habitacionais, muitos dos quais idosos, que também por aqui vêm a sua qualidade de vida diminuída. Também no apoio à infância, um aumento inferior a 50.000€ não chega para sequer disfarçar as necessidades que se verificam. Curiosamente, se avançarmos um pouco no documento, verificamos como o aumento efectivo no apoio à infância é, grosso modo, a diminuição efectiva nas verbas para a juventude. Esclarecedor. Saiba V. Exa. que, actualmente, há na Maia Associações de Pais a fazer recolha de alimentos para famílias de crianças que têm na escola a única refeição quente do dia. Saiba também que qualquer relatório da UNESCO ou da OMS esclarece que, em situações de empobrecimento são sempre as crianças as primeiras vítimas.

Ainda neste ponto, a nossa análise fez-nos questionar onde pára o famigerado Fundo de Apoio Social que V. Exa. anunciou na última sessão desta Assembleia, o qual seria financiado pelos impostos elevados cobrados pelo município aos contribuintes maiatos, impostos esses aqui tão elogiados pela bancada da maioria. Procurámos, procurámos, procurámos, mas não encontrámos. Já ouvimos dizer que o tal fundo se encontra diluído nas diversas rubricas – a ser assim, estaremos certamente perante uma inovadora aplicação política de homeopatia. Cá estaremos para avaliar resultados.

Uma nota ainda para o ponto da Habitação. Assentada que está a poeira eleitoral, é claro para quem quiser ver que a situação geral da habitação social da Maia, salvo raras excepções, não é a melhor, havendo inclusivamente alguns locais onde as condições de salubridade são chocantes. Já aqui trouxemos diversos exemplos e assim continuaremos, pois, diz-me a experiência enquanto deputado municipal e, antes disso, cidadão atento a este órgão político, que se não for a CDU a levantar esta questão, mais ninguém o faz. As Grandes Opções do Plano tratam este assunto numa perspectiva de continuidade, sendo que nós entendemos que o mesmo deveria ser tratado como uma prioridade. X

Poderíamos referir outras questões que nos causaram dúvidas, mas estas são, no essencial, as mais importantes.

Voltaria agora ao início desta intervenção para repetir que estamos bem cientes das dificuldades inerentes ao exercício do poder autárquico no actual contexto político. Mas isso, por si só, não justifica a natureza das opções políticas, a existência de um plano de acção integrado e bem pensado ou a falta dele. A CDU muito claramente denuncia a falta de um plano político para a Maia e um modo de gestão que não está preparado para enfrentar as dificuldades presentes.

Olhemos para o Resumo das Receitas e Despesas. Mais de metade das receitas totais provêm dos impostos. E se é verdade que há uma diminuição dos impostos indirectos previstos, uma situação perfeitamente natural numa sociedade estagnada, com menos trabalho e menor criação de riqueza, é curioso como, não obstante, os impostos directos aumentam. Portanto, qual é o plano do município? Espremer os maiatos, tostão a tostão, enquanto for dando, e fazer figas para que amanhã seja melhor. Repare, senhor

Presidente da Câmara, que nem sequer faço referência a previsões de receitas inflacionadas, como é habito na Maia. Damos isso de barato e faremos de conta que confiamos piamente nas vossas previsões. Ainda assim, é extraordinário como os senhores começam o documento dando conta de uma diminuição nas receitas dos impostos, e terminam-no dizendo que afinal não é bem assim, e que os impostos directos até aumentarão em 1.200.000€, aumentando assim também a dependência do município dos impostos cobrados. Extraordinário.

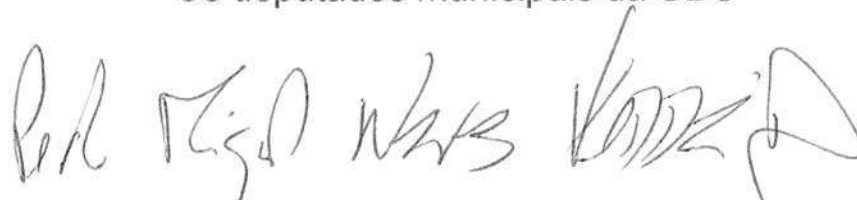
Por fim, algumas palavras sobre o Plano Plurianual de Investimentos. De acordo com o documento que nos foi apresentado, o financiamento para o ano em curso será próximo dos 60.700.000€. Para além do aspecto preocupante de perto de 75% deste financiamento não estar definido, há outro dado relevante que importa referir. No Plano Plurianual de Investimentos anterior, o valor previsto para 2014 era de 69.700.000€, cerca de 9.000.000€ superior ao que agora é apresentado. Se bem se recorda, senhor presidente da Câmara, a CDU aludiu ao que parecia ser uma estratégia de atirar para adiante as despesas necessárias, logo se vendo como seria. Disseram-nos que não era assim, que estávamos enganados, mas quer-nos parecer que, afinal, estávamos certos. E isto leva-nos às previsões para 2015. Tal como no documento anterior, a previsão para o ano seguinte é superior à do ano do plano. Não obstante a contínua diminuição das receitas municipais, ano após ano, o executivo continua firme na sua crença de que, para o ano haverá mais dinheiro. Mas, na verdade, V. Exa. e o seu executivo bem sabem que não será assim, já o sabiam antes e sabem-no também agora.

A CDU faz uma análise muito crítica a este documento e às orientações políticas nele plasmadas, ou melhor, à falta de orientação política, de rigor e ao princípio laxista de ficar à espera do que aí vem. Infelizmente para todos, a Maia não pode simplesmente ficar à espera. Precisa de uma Câmara Municipal dinâmica, com ideias novas, rigorosa e capaz de combater o marasmo a que parece estarmos condenados.

Não estamos. A CDU votará contra este documento e o que ele representa, ciente de que há alternativas credíveis e viáveis, haja vontade política para tanto.

Maia, 26 de Dezembro de 2013

Os deputados municipais da CDU


Maria Rosário Talhas
Custódio Fernandes do Lento



Pessoas
Animais
Natureza

**PARTIDO
PELOS
ANIMAIS
E PELA
NATUREZA**



UM PARTIDO INTEIRO PELO BEM DE TUDO E DE TODOS.

DECLARAÇÃO DE VOTO

4ª Sessão Ordinária em 26/12/2014

3.3 Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2014

3.4 Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia

O PAN, Partido pelos Animais e pela Natureza, é uma associação política que visa transformar a mentalidade e a sociedade portuguesa e contribuir para a transformação do mundo de acordo com os fundamentais valores éticos e ambientais, tornados ainda mais imperativos no século XXI, quando o desenvolvimento tecnológico da humanidade permite um impacto sem precedentes na biosfera planetária que compromete as gerações futuras e a sobrevivência das várias espécies, incluindo a humana, conforme é cientificamente reconhecido.

Consciente de representar o surgimento na política nacional de um novo paradigma mental, ético, cultural e civilizacional, emergente em todo o mundo, o PAN rege-se pelo princípio da não-violência, mental, verbal e física, e lutará firmemente pelos seus princípios contra ideias e práticas e nunca contra pessoas.

O PAN concorreu, pela primeira vez, às eleições autárquicas. Na Maia o PAN candidatou-se unicamente ao órgão deliberativo do município – Assembleia Municipal – por razões de simbolismo e de atitude.

Por razões de simbolismo porque é na Assembleia Municipal, por definição o órgão nobre do municipalismo, onde se apresentam e debatem as ideias e as propostas concretas que resultam da convicção e da justeza das causas em que se acredita.

Por razões de atitude porque sendo o PAN, também por definição um partido inteiro e de causas, que se rege pelo princípio da não violência mental, verbal e física, o seu objetivo não é "o poder pelo poder" mas sim o de contribuir, também na Maia, para uma mudança de mentalidades e a implementação de um novo paradigma que permita o bem-estar de todos – ^{Pessoas} humanos, animais e natureza –, consubstanciado num novo modelo (cooperativo) de sociedade onde as pessoas possam viver livres e felizes e em harmonia com a natureza e as restantes espécies animais.

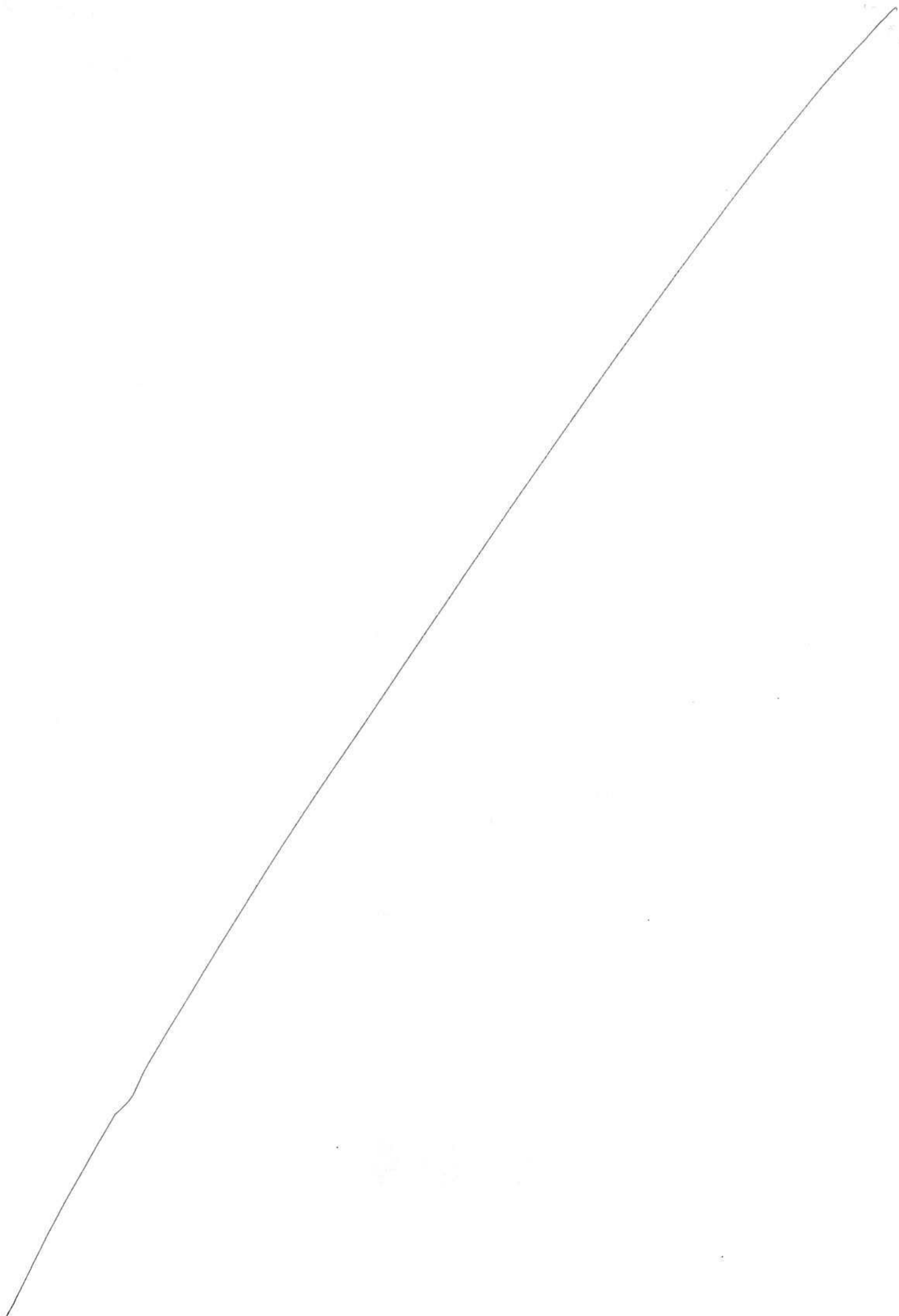
panmaia@sapo.pt

<https://www.facebook.com/panmaia>

<http://maia.pan.com.pt/>



ESTAMOS A CONSTRUIR UM NOVO MUNDO





Pessoas
Animais
Natureza

**PARTIDO
PELOS
ANIMAIS
E PELA
NATUREZA**



UM PARTIDO INTEIRO PELO BEM DE TUDO E DE TODOS.

Neste quadro, agora instados com qualidade a pronunciarmo-nos em sede de Assembleia Municipal sobre importantes instrumentos para a governação do município, mormente as Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2014, o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017 e Orçamento Ordinário para o ano de 2014 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, **considerando**

- o PAN ter renunciado a concorrer ao órgão executivo municipal, nas eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013,
- o Presidente, o Executivo Municipal e os partidos políticos de que emanam terem obtido recentemente, tal como em eleições pretéritas, expressivo acolhimento eleitoral,
- e que ^{contribuir para} moralizar e etizar a política também é aceitar, à partida, que o outro poderá fazer tão bem ou melhor do que nós, assim contribuamos, todos,

Justifica-se o voto de abstenção do PAN.

Maia e Paços do Concelho, 26 de dezembro de 2013

Hélder da Costa Pereira Ribeiro

Partido pelos Animais e pela Natureza

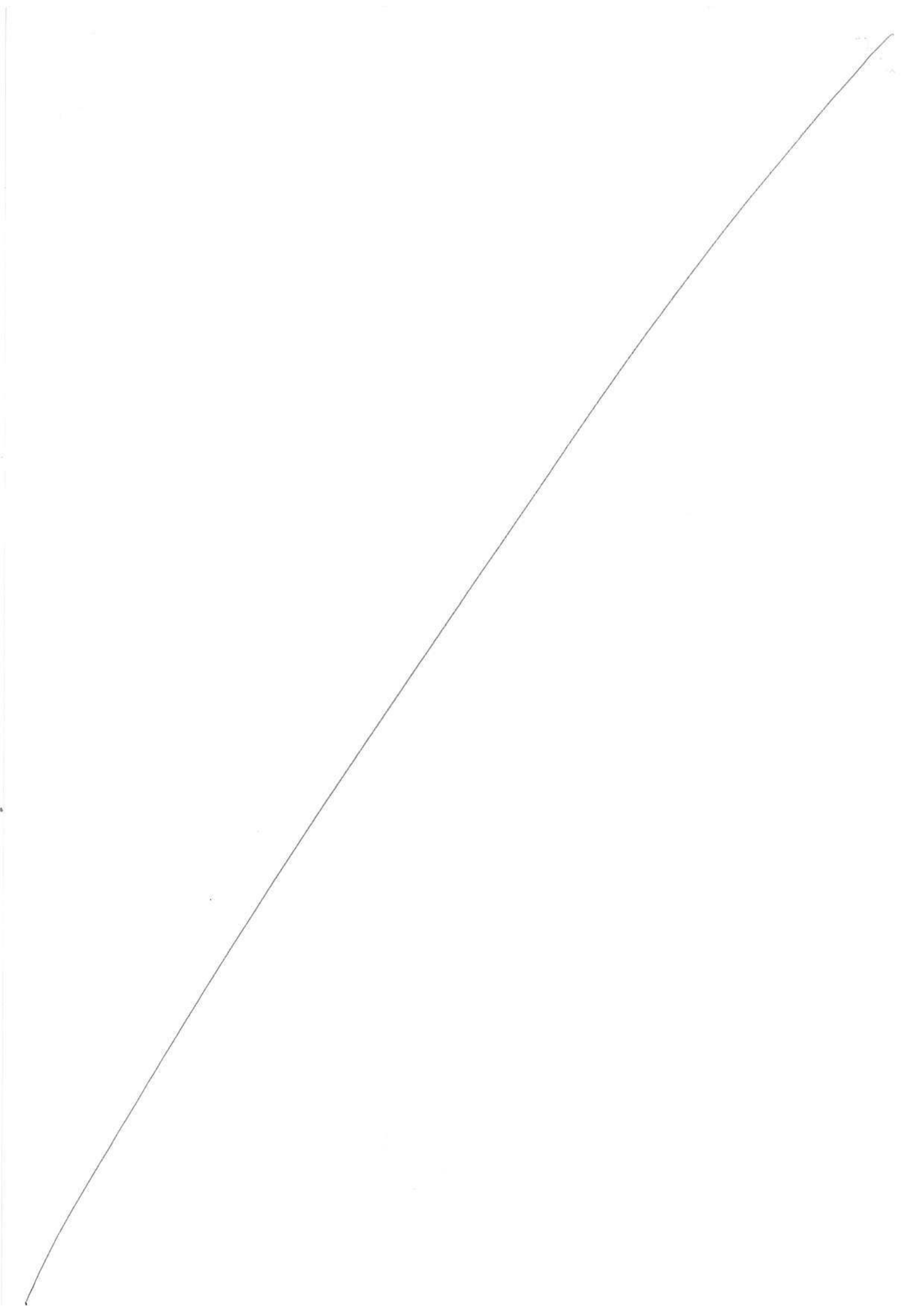
panmaia@sapo.pt

<https://www.facebook.com/panmaia>

<http://maia.pan.com.pt/>



ESTAMOS A CONSTRUIR UM NOVO MUNDO





Partido Socialista

Grupo da Assembleia Municipal

*Dispersam-se
os Benfiteiros*

Ordem do dia : Ponto 3.5.

Exmo. Senhor. Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,

Exmo. Senhor. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta,

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos gostaria de dizer o seguinte:

O Partido Socialista reconhece a importância dos Parques de Ciência e Tecnologia, nomeadamente do TECMAIA, como pólos de criação de emprego e de desenvolvimento de uma economia moderna e de valor acrescentado. É conhecido a elevada taxa de sucesso das empresas e dos negócios que se desenvolvem em Parques de Ciências e Tecnologias e por isso, **é fundamental a sua continuidade e o seu apoio.**

O TECMAIA vive hoje, uma **situação difícil** e o PS considera fundamental o encontrar-se uma solução que **viabilize** a sua continuidade e, se possível, que **reforce** o seu papel de **incubadora** de negócios e de centro capaz de atrair novos investimentos estruturais para o **futuro da economia do nosso concelho**. Sabemos bem que, **infelizmente**, o aproveitamento das potencialidades do TECMAIA não têm sido **bem feitas** e que a CMM não tem utilizado este meio da melhor forma a **fim de captar grandes investimentos para o concelho**.

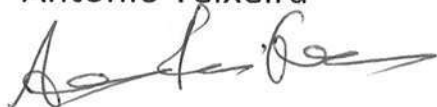
O histórico de perdas de **investimentos qualificados** para **concelhos vizinhos** é já grande, mas um dos que ilustra melhor, no nosso entendimento, o **fraco aproveitamento** feito das potencialidades do TECMAIA é sem dúvida a perda do **CEIIA** para o concelho de Matosinhos. Um investimento de cerca de 37M€ com capacidade para criar mais **de 150 postos de trabalho qualificado** e que deveria ter ficado na Maia. Mas infelizmente não houve a capacidade, por parte do executivo da CMM, de reter esse investimento que em tempos chegou a ser anunciado para o nosso concelho.

É de referir ainda que este quadro de incerteza e de instabilidade criado nos Parques de Ciência e Tecnologia como o TECMAIA surge devido a mais uma **Lei anacrónica** criada pelo Governo do PSD/CDS-PP. Mais uma Lei, que vem criar dificuldades ao municípios e que, principalmente, vem lançar **a incerteza sobre um conjunto de postos de trabalho instalados nestes espaços.**

Mas o que nos interessa, hoje, é encontrar uma solução que viabilize o TECMAIA no sentido de o manter a funcionar. A CMM apresenta-nos uma solução que o **PS viabilizará**, pois entendemos fundamental encontrar um modelo que ponha a **salvo o TECMAIA.** No entanto, ficamos preocupados porque não temos a certeza que **esta operação obtenha o visto favorável por parte do tribunal de contas**, pelo que nos parece fundamental **o pensar, desde já o futuro.** E neste sentido, gostaríamos de **questionar a CMM**, nomeadamente o seu **Presidente**, se há já alguma solução alternativa pensada no caso do Tribunal de Contas vir a chumbar esta operação.

Disse,

António Teixeira



Bloco de Esquerda



Concurso para processo de empréstimo e aquisição dos lotes 1 e 4 do parque (TECMAIA).

A TECMAIA tal como é reconhecido pelo executivo está numa situação de grande dificuldade financeira, aliás conhecida e por vezes aqui a florada, mas sempre de algum modo escondida ou protelada, argumentada com o discurso de que ali se faz o empreendedorismo e o nascimento de empresas, que reconhecemos, mas que não compreendemos como é que sendo a CM Maia detentora de 51% do capital social da empresa e portanto maioritário, deixou a que se chegasse a este ponto e assim, temos mais um problema financeiro com dívida cada vez mais acrescida para o município.

É para nós importante saber as razões desta situação, uma vez que sendo a TECMAIA uma incubadora de empresas que tem como objetivo a criação e a inovação, esta também terá de ser um exemplo de gestão e de uma gestão equilibrada, porque são já muitos os postos de trabalho que a TECMAIA emprega e estes poderão ficar em causa se não houver uma alteração no atual curso das coisas. Assim, para o BE é fundamental o porquê desta situação de desequilíbrio financeiro

Colocamos por isso as seguintes questões?

Após a aprovação do empréstimo que garantias de retorno financeiro proveniente desta ação de endividamento? Qual o plano de recuperação da TECMAIA?

Que modelo de gestão tem o Executivo e a Tecmaia para um futuro com perspectiva de continuidade?

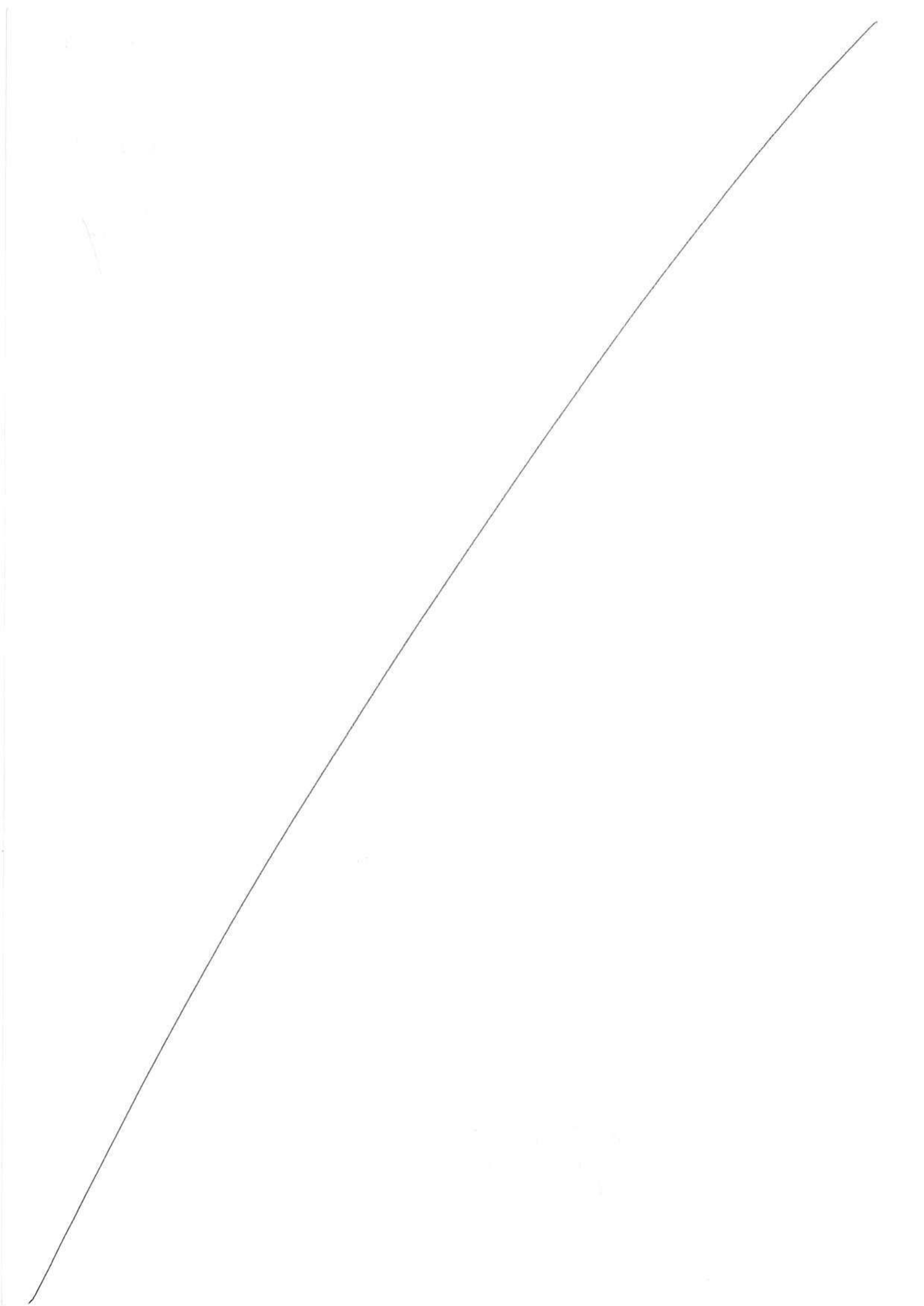
As respostas a estas questões são importantes para que possamos assumir uma posição com um critério mais objetivo e fundamentado.

Maia, 26 de Dezembro 2013

O Grupo Municipal do BE

Silvestre Pereira

António Neto



**ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA –
MANDATO DE 2013/2017 NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DO
PORTO**

PROPOSTA

Handwritten signature and a circular stamp containing the letter 'D'.

**- Luís Cândido Ribeiro de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia de
Folgosa**

Maia, 26 de dezembro de 2013

Pela Coligação “Sempre pela Maia”

Handwritten signature.

ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00
ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00
ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00

ALICIA DA SILVA

ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00
ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00

ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00

ALICIA DA SILVA - 12 JUN 1975 - 15:00